

José Alexandre Altahyde Hage

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL

SEÇÃO CIRCULANTE

As Relações Entre Argentina e Brasil no MERCOSUL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 16/05/2001

BANCA:


Prof^o Dr. Shiguenoli Miyamoto - orientador


Prof^o Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira


Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias

Campinas, 2001.



7895004

UNIDADE 73C
N.º CHAMADA:
TAUNICAMP
H.19.10
V. _____ Ex. _____
TOMBO BC/ 45502
PROC. 16/372/2001
C D
PREÇ. 11,00
DATA 31/07/2001
N.º CPD.....

CM00158146-3

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

H 12 r **Hage, José Alexandre Altahyde**
As relações entre Argentina e Brasil no Mercosul: princípios de hegemonia, dependência e interesse nacional no Tratado de Assunção / José Alexandre Altahyde Hage. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Shiguenoli Miyamoto.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mercosul. 2. Diplomacia – Brasil. 3. Hegemonia. 4. Relações internacionais. 5. Realismo. 6. Cooperação internacional. I. Miyamoto, Shiguenoli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Índice

Agradecimentos.....	Pg. V
Apresentação.....	Pg. VI
Introdução	
Desenvolvimento do Tema.....	Pg. 01
Procedimentos Metodológicos.....	Pg. 11
Plano de Trabalho.....	Pg. 15
Capítulo I – A Política Clássica no MERCOSUL	
À Guisa de Explicação.....	Pg. 19
A Tradição Realista.....	Pg. 22
O Conceito de Hegemonia.....	Pg. 31
O Conceito de Dependência.....	Pg. 38
O Conceito de Interesse Nacional.....	Pg. 45
Capítulo II – Recentes Transformações no Sistema Internacional	
Transformações no Plano Global.....	Pg. 50
Transformações na América Latina.....	Pg. 63
Capítulo III – Desafios Históricos do MERCOSUL	
A Política Externa Brasileira e a Questão Nuclear.....	Pg. 77
A Afirmação Diplomática Brasileira na Questão de Corpus-Itaipu.....	Pg. 90
Capítulo IV – A Realização do MERCOSUL	
Os Fatores Históricos da Integração na América Latina.....	Pg. 100
O Advento do MERCOSUL.....	Pg. 105
A Razão do MERCOSUL.....	Pg. 113
Capítulo V – A Paralisia do MERCOSUL	
Os Contratempos entre Argentina e Brasil no MERCOSUL.....	Pg. 120
A Relativa Desindustrialização da Argentina.....	Pg. 126
Os Dilemas da Argentina e do Brasil no MERCOSUL.....	Pg. 135
Considerações Finais.....	Pg. 141
Anexos	
A – Dados Comparativos.....	Pg. 157
B – Cronologia.....	Pg. 158
Referências Bibliográficas.....	Pg. 160

Agradecimentos

São muitas as pessoas a quem devo demonstrar gratidão. De início, agradecer não somente pela orientação, mas pela atenção e amizade a mim atribuídas. Assim expresso minha gratidão na forma de aluno e amigo, pois as duas condições são muito presentes quando se trata da orientação do professor Shiguenoli Miyamoto. Agradeço a atenção de Ademar Seabra Júnior, Ana Maria Stuart, Gilberto Rodrigues e Nanci Valadares, cujos primeiros contatos se deram na Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

De outros centros, não posso deixar de mostrar minha gratidão aos professores Guido Soares, da Faculdade de Direito e a Oliveiros Ferreira, do depto. de Ciência Política, ambos da Universidade de São Paulo; assim como aos integrantes do IRI da PUC-Rio e a Maria Susana Soares, da UFRGS. Sou grato ao casal Marissol e Luiz Fernando Carvalho, secretários do Itamaraty, pelos documentos oferecidos. Demonstro igualmente gratidão aos amigos Edson Inácio, José Luiz Niemeyer Santos Filho, pela generosidade e ajuda na confecção material deste trabalho. E agradeço também a Alexandre Cesar Felício, pela amizade e pela confiança como se fosse um irmão.

Gostaria, além disso, de demonstrar reconhecimento ao carinho recebido de meus amigos de salas-de-aula. Amigos simbolizados nas pessoas de June e Sérgio Carvalho. Um reconhecimento à amizade de Cesar, Gilberto, Tiago, Cláudio, Guilherme *Tadeu*, Jaime, Mariane, Valéria e Adriana, bem como aos funcionários da secretaria de pós-graduação do IFCH. Na pesquisa efetuada e na confecção desta dissertação recebi apoio financeiro do CNPq, ao qual agradeço.

José Alexandre A. Hage
Campinas, 2001.

Apresentação

Os planos de integração regional são um modo de resolver problemas históricos, econômicos e políticos, no momento em que os Estados nacionais passam por grandes transformações no âmbito interno e externo, vale dizer, rápida circulação financeira sem controle efetivo de instituições públicas, circulação de informações, de culturas etc.

Na América do Sul, o MERCOSUL, concebido pelo Tratado de Assunção, de 1991, é resultado de esforços conjuntos entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai para contribuir na resolução de problemas da economia regional: aumentar a circulação de mercadorias e a competição intrabloco de empresas para melhoria e baixo custo de produtos, na medida que as economias entram em processo de intercâmbio.

O MERCOSUL, de certa forma, contribui também para esfriar a histórica rivalidade entre os dois grandes países da região do Prata. Rivalidade essa proveniente, dentre várias razões, de projetos de monta em infra-estrutura, por exemplo, a usina hidrelétrica de Itaipu Binacional, construída em parceria com a República do Paraguai e responsável por grande divergência entre Argentina e Brasil.

E mais, o plano concebido entre os quatro países da região pode contribuir para a evolução da democracia, conquistada no começo dos anos 1980 na região do Cone Sul, contando com a *cláusula democrática* resultante do emprego do Tratado de Assunção. Ou melhor, faz com que os assuntos relacionados à política internacional abandonem o teor esotérico e elitista de antes para ser debatido em órgãos de imprensa, sindicatos, partidos políticos, associações de empresas e outros.

Entretanto, o MERCOSUL poderá revelar, a médio prazo, características não virtuosas num plano de integração regional que é um projeto de teor internacionalista, cujo desejo é a cooperação entre os Estados integrantes. São características não virtuosas aquelas compreendidas na forma de comportamento de coloração realista, de dependência e da emergência de vetores de interesse nacional que tem possível existência no contexto do Tratado de Assunção.

É esta a questão a ser investigada: em que condições um plano de integração e de cooperação pode resolver problemas históricos, políticos e econômicos e, ao mesmo tempo, revelar outros problemas da mesma ordem, problemas tardios. A partir do instante em que a Argentina procura angariar vantagens no comércio internacional, com o retorno ao *agribusiness* (agronegócio). Esse país poderá reafirmar sua dependência com relação a países com maior grau de industrialização e mercado consumidor interno, como o Brasil.

Resumo

Esta dissertação pretende analisar as relações entre Argentina e Brasil no âmbito do Mercosul. O trabalho procura observar a possibilidade de se reproduzir características de dependência no intercâmbio econômico entre os maiores países da América do Sul. Isto em razão da relativa desindustrialização argentina com início na década de 1960. Também esta dissertação tenciona analisar a retomada do agronegócio, a economia de base e tradicional. Outro aspecto, a ser averiguado, é a possível hegemonia do Brasil na condução do Mercosul: dois problemas contra o espírito deste plano de integração do Cone Sul.

Abstract

This work tries to access the relations between Argentina and Brazil in MERCOSUL Plan (SAFTA). Political and economic Agreement of South American countries with in Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay. This work researches the possibility of reproduction in MERCOSUL of political hegemony and dependence between Argentina and Brazil because of the return to economy of base, *agribusiness*. The raising of these questions is against the idea and aims of the MERCOSUL Plan that searches co-operation in South America.

**À memória de Luiz Paulo Gnecco
(1926 a 1998)**

INTRODUÇÃO

“Não ha um só homem de Estado argentino que não confesse que a suprema ambição de seu paiz é a reconstituição do antigo vice-reinado de Buenos-Ayres, pela conquista do Paraguay e do Uruguay. Eis ahi a fraternidade Americana”.

Eduardo Prado

Desenvolvimento do Tema

O objetivo desta dissertação de mestrado é analisar o relacionamento político e econômico, assuntos fundamentais sob incursão da diplomacia, entre a República Argentina e Brasil no âmbito do MERCOSUL - Mercado Comum do Sul. Este objetivo se dá ao admitir as perspectivas argentina e brasileira sob a existência de categorias de teor realista, legadas pelo estudo de ciência política e relações internacionais, como hegemonia, dependência e interesse nacional, sistema internacional; conceitos tradicionais que são pertinentes a esta dissertação.

Estas são categorias investigadas num instante em que os Estados nacionais (unidades políticas) procuram a cooperação e a igualdade por intermédio de arranjos institucionais figurados em blocos de integração regional e mercados comuns. Esses são processos de integração regional que ganharam impulso a partir da década de 1950, de início, na Europa Ocidental e, posteriormente, em todo o mundo nas décadas seguintes, para melhor preparar os Estados nacionais aos desafios que surgem sob a égide da globalização. Assim escreveu o ex-deputado federal André Franco Montoro, com a afirmação de que a integração é o caminho para enfrentar unidos os aspectos negativos e positivos da globalização”. (Cf. Montoro, 2000: 674).

Neste percurso, na América Latina, em 1960, criou-se a ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio, uma importante antecessora do MERCOSUL. A seguir, no ano de 1980, formou-se a ALADI – Associação Latino-Americana de Integração, órgão de grande importância nos esforços de ampliação comercial na região. Além destas instituições há outros movimentos regionais, por exemplo, a Comunidade Andina. Estes impulsos de integração são acontecimentos vindos da vida nacional dos

países que concorrem para mudar, quando estão em conjunto, o equilíbrio e a feição do sistema internacional vigente.

Mas não são fatores de integração vistos por si só como suficientes à formação dos blocos internacionais. É necessário, de igual modo, examinar as transformações passadas pelos Estados nacionais em suas instituições de domínio e controle social, político e econômico que contribuem para a formação dos blocos internacionais que se fazem presente em todo o Globo. O MERCOSUL é uma resposta sul-americana aos desafios que ganham força a cada momento. São desafios que pressionam o poder público das unidades políticas e os levam a procurar, em certo nível, a integração regional para melhor prepara-los frente aos problemas externos.

Por conseguinte, é necessário definir o conceito de integração como um esforço exercido por um grupo de Estados a compor um corpo coerente e coeso. Coeso no propósito que possa suportar tensões e desequilíbrios no instante em que há alto grau de interdependência entre seus componentes ou unidades nacionais. A integração é um relacionamento entre países na qual eles são interdependentes, sendo que a mudança programática provocada por um dos componentes altera todo o bloco, bem como o processo integrativo, conforme escreve Karl Deutsch, em seu livro *Análise das Relações Internacionais*. (Cf. Deutsch, 1978:204).

Este trabalho é, antes de tudo, um exercício sobre os desdobramentos políticos e econômicos do MERCOSUL, acordo de integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, sendo que estes dois últimos estão sob o conflito dos dois maiores integrantes. É esta uma tarefa que se expressa na forma de exercício, pois, dentre outros motivos, esta dissertação procura refletir a complexidade do assunto e da existência de publicações específicas sobre relações internacionais no Brasil e Argentina, em particular, sobre o MERCOSUL.

Isto posto, a presente dissertação pretende analisar dois tempos complementares deste novo acordo de integração regional do Cone Sul. Primeiro tempo, a razão de seu projeto para os países integrantes e quais complicadores políticos e econômicos podem modificar a agenda de debates na evolução do Tratado de Assunção, de 1991, origem do MERCOSUL.

Segundo tempo, de qual modo o MERCOSUL se estabelece da perspectiva teórica, sob qual escola de relações internacionais se desenvolve o referido bloco de integração, Realismo, Idealismo ou uma mescla das duas grandes escolas, nos limites de um “neo-Realismo internacionalista”. Em seguida, quais os exemplos a seguir no período em que há fatores multipolares e monopolar indefinidos, ao contrário do esquema bipolar da Guerra Fria, cujo fim se deu com o malogro da experiência socialista da União Soviética, em 1991.

Há dois pontos a comentar nesta passagem. Primeiro, o conceito de neo-Realismo é atribuído a trabalhos mais recentes, décadas de 1970 e 1980, sobre o papel representado pelo Estado, mas mesclado com elementos de outros modos de pensamento da teoria de relações internacionais. Compreende-se a aglutinação de embates nitidamente militares e políticos aos econômicos, comerciais e culturais, muito presentes neste fim de século em que a despolitização de assuntos internacionais contribui para a ascensão, em primeiro plano, da economia e do comércio, conforme a expressão de Andrew Hurrell.

Outro ponto é saber sobre a possibilidade de ter existido uma escola marxista de relações internacionais no instante da bipolaridade entre as superpotências na Guerra Fria, escola de inspiração anticapitalista que houvesse influenciado os debates latino-americanos sobre política internacional, em consonância com a teoria da dependência. A escola marxista levaria em consideração a ideologia de seus atores no lugar de outros critérios, religião e a etnia seriam esses critérios.

A desfiguração de tal ideário começara com as divergências, intrabloco, da Iugoslávia e da Albânia contra o predomínio político de Moscou. Além de tudo, a rivalidade interna ao sistema entre a ex-União Soviética e a China Popular contribuiu, ainda mais, para o malogro dessa escola que não chegou a ser uma referência na teoria de relações internacionais, conforme se vê na leitura de Marcel Merle, em *Sociologia das Relações Internacionais*. (Cf. Merle, 1981:57).

Procura-se também estudar, em parte, transformações internas das sociedades argentina e brasileira para compreender o porquê de determinadas decisões no sistema internacional, a saber, se as decisões sobre questões externas, até que ponto, são orientadas pela política doméstica ou por circunstâncias vindas de fora, dos grandes

centros mundiais de poder: mudança no padrão de tecnologia, das orientações políticas ou queda no valor dos produtos primários.

A relação dessas duas esferas complementares de poder possibilita resultar em dois dilemas a respeito de tomadas de decisões: dilema argentino sobre os rumos da economia e o reflexo desta nas orientações de política externa daquele país; já o dilema brasileiro reside em saber se a posição principal é privilegiar uma atividade denominada *global trader*, um negociador universal, ou afirmar posições com os parceiros do MERCOSUL, ou seja, com a Argentina.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial (de 1939 a 1945) os diplomatas e especialistas em política internacional pensam organizar acordos supranacionais com consistência suficiente para darem cabo de rivalidades históricas, inclusive organizar a economia da região, arruinada pela guerra. Aquele foi o intervalo de tempo em que a economia da Europa Ocidental ressurgiu com a contribuição financeira de US\$20 bilhões do Plano Marshall. Essa operação de reconstrução da economia continental vista pelo francês Raymond Aron marca, dentre outras coisas, não somente o fomento da Guerra Fria, mas também a tentativa de afirmação política do Velho Continente, após a crise da descolonização. (Cf. Aron, 1986:576).

Por conseguinte, é neste caminho que se constituem, dentre outros, o NAFTA, o acordo de integração econômica firmado no primeiro dia de 1994 entre Estados Unidos, Canadá e México; a formação do MERCOSUL, a experiência sul-americana de integração e, por vez, a maior aproximação dos países do sudeste asiático: Japão, China, Coreia do Sul e outros Estados com poder de transformar aquela região numa das mais dinâmicas das décadas de 1980 e 1990.

A formação do MERCOSUL se deve a três impulsos. Primeiro e, de modo indireto, à experiência por que passaram os países integrantes da atual União Européia: o primeiro mercado em via avançada de integração regional e de desdobramentos progressivos a ser constituído com instituições e normas comuns, tarifa externa única, livre circulação de mercadorias, questões sociais e trabalhistas em via de uniformização, regras de investimento de caráter compensatório etc; assuntos de grande relevo para a formação de um bloco regional que se faz nos moldes democráticos.

Segunda razão, por causa do clima de normalidade política inaugurada com as eleições de Raúl Alfonsín, em 1983 na Argentina; de Júlio Maria Sanguinetti, em 1985, no Uruguai e a posse do presidente José Sarney, eleito pelo colégio eleitoral, também em 1985. Já o terceiro impulso ao MERCOSUL foi a emergência do processo de interdependência econômica entre os Estados, de modo geral, em virtude dos acordos firmados na Rodada Uruguiaia do GATT – Acordo Geral de Comércio e Tarifas (de 1986), ao aproveitar avanços acumulados com o surgimento de acordos de parceria e de cooperação para a economia do Cone Sul.

Atualmente, pelo Tratado de Maastricht (1992), pretende-se também outorgar a moeda única, a moeda européia, fato este admitido pela maioria dos Estados participantes daquela integração regional. Em consequência de tal fato, constata-se a firme atuação diplomática da União Européia em algumas instituições multilaterais, por exemplo, na OMC - Organização Mundial do Comércio, para conservar suas posições de vantagem em algumas áreas comerciais, como na agricultura. É um tipo de conjugação de defesa que serve de exemplo ao MERCOSUL nos embates em que os países da região podem agir sob uma mesma agenda. (Cf. OESP, 31.08.1999: A3).

Com relação aos progressos trazidos no campo político-econômico, a União Européia, desde sua gênese na CECA – Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (1952), conseguiu resolver, a bom termo, a histórica rivalidade entre França e Alemanha pela disputa da hegemonia continental. Ao corroborar isto, concorda-se com Rogério Haesbaert, ao verificar que Tratado de Maastricht, procura conservar o princípio de equilíbrio regional a partir do arranjo político entre os países mais importantes do continente europeu, preocupação que se faz presente naquele bloco internacional e seu desdobramento econômico: o mercado comum. (Cf. Haesbaert, 1994:33).

Neste paralelo de observações, repara positivamente Alberto do Amaral Júnior, o MERCOSUL também conseguiu diminuir o grau de rivalidade entre Argentina e Brasil na região Sul do continente de forma semelhante ao tratado europeu que pôs fim à disputa franco-alemã. (Cf. Amaral Júnior, 1994:16). É evidente que a rivalidade na bacia do Prata não teve a mesma envergadura e drama semelhante ao conflito do Velho Mundo, que chegou a fomentar duas guerras mundiais. Mas, mesmo assim, tal problema de caráter

regional não poderia ser relegado ao segundo plano ou a algo de menor importância; teria de ser resolvido na nova agenda democrática dos dois países sul-americanos.

Com efeito, o Tratado de Assunção poderia evitar relações assimétricas presentes na América do Norte, a saber, relações entre Estados Unidos e México ou entre duas sociedades muito diferentes na política, na economia e na cultura. Isto a considerar que o NAFTA é, efetivamente, uma ZLC – Zona de Livre Comércio, cuja preocupação primeira é a eliminação de obstáculos tarifários e não-tarifários, situação inferior ao estágio do processo integrativo do MERCOSUL que é de União Aduaneira. (Cf. Florêncio et Araújo, 1996: 26).

O projeto do MERCOSUL pretende, em tese, que haja cooperação entre os países-membros e não trocas tão desiguais a ponto de levar a economia mexicana, com referência à experiência norte-americana de integração, a uma histórica crise semelhante àquela de dezembro de 1994, que aconteceu em virtude do grande número de importações sem contrapartida do lado mexicano, que não pôde acompanhar com o aumento e a diversificação de suas exportações.

Problema esse que representa uma interdependência assimétrica, de acordo com o raciocínio de Robert Keohane, que contesta a idéia de que a interdependência, por si só, encontra o mesmo grau de interesse e vulnerabilidade por parte dos Estados nacionais. Esta pregação, com tal pressuposto, seria uma ideologia a favor dos países mais bem industrializados, por exemplo, os Estados Unidos, fonte primeira dessa pregação. (Cf. Keohane, 1992:167).

Por conseguinte, o conceito de interdependência assimétrica, a exemplo do México com os Estados Unidos, em 1994, também pode ser empregado nas relações entre a Argentina e o Brasil no MERCOSUL. Uma amostra desta afirmação se encontra na crise econômica que a república platina entrou a partir do ponto em que o Brasil deixa de ser seu maior comprador, ato que começa com a crise brasileira do câmbio desvalorizado, em janeiro de 1999.

Em síntese, os objetivos do MERCOSUL podem ser observados, de acordo com o entendimento dos diplomatas Sérgio Abreu Florêncio e Ernesto Fraga Araújo na seguinte forma: a) liberalização com gradual redução de tarifas, b) coordenação de políticas

macroeconômicas, c) criação de tarifa externa comum, d) implementação de acordos setoriais, e) estabelecimento de regras de origem e, por fim, f) harmonização da legislação em setores específicos. (Cf. Florêncio et Araújo, 1996: 28).

Este trabalho não pretende ser um ensaio a favor do protecionismo econômico ou de aspectos realistas: categorias presentes nas relações internacionais. Apenas pretende compreender a forma na qual alguns Estados se comportam ao aceitar a integração econômica, por exemplo, Argentina e Brasil no âmbito do MERCOSUL ou do subsistema platino cujas mudanças, em seu meio, afetam todos os demais integrantes com diferentes graus de vulnerabilidade. Em outros termos, são questões que levam a um regionalismo com sinais de assimetria entre os países participantes.

De certo modo, os planos de integração foram concebidos para lograr melhor entendimento entre os Estados nacionais no que tange às suas diferenças históricas e políticas. Quando se pensa na construção de um determinado plano regional, tenta-se desprezar algumas posturas de coloração realistas e da política tradicional que almeje poder, interesse próprio, interesse nacional e o uso da força, sempre aplicada pelas grandes potências.

No lugar destes pressupostos das chancelarias, os teóricos das relações internacionais procuram substituí-los por termos que possam desenvolver o Internacionalismo e a razão ou, assim escreve o historiador e diplomata inglês Edward Carr, no livro *Vinte Anos de Crise* (edição de 1981), a utopia benéfica contra o pessimismo realista levado às últimas conseqüências. Isto é, o Realismo que escapa dos limites da simples prudência. Na citada obra, o diplomata inglês emprega conceitos de política clássica e política tradicional com significado igual ao de Realismo, sendo também os conceitos de Utopia e Idealismo semelhantes à idéia de Internacionalismo. (Cf. Carr, 1981:21, 22).

Assim, um plano de integração regional procura, em essência, diminuir o teor realista dos Estados em prol de algo que os aproxime do bem comum, da cooperação e da paz. Mas neste ponto, podem surgir fatores destoantes nos esforços de cooperação tanto na União Européia quanto no MERCOSUL, não se esquecendo que se trata da existência de unidades políticas com históricos distintos no relacionamento internacional.

Neste fim de século, ao utilizar a visão da professora Sonia de Camargo, é lícito concordar com a progressão da idéia de que os Estados nacionais não têm mais praticamente o monopólio de formular compromissos para a área de relações internacionais. A sociedade civil, entendida no ideário marxista, representa-se pela economia, instituições industriais e comerciais como base de formação da superestrutura do Estado moderno, também formula relações internacionais num mundo de comunicação instantânea. (Cf. Camargo, 1997:16).

Outro grupo importante, neste campo, é aquele formado pelas chamadas Organizações Não-Governamentais ligadas a igrejas, sindicatos, entidades de proteção ambiental, de defesa dos direitos humanos e outros órgãos que passam a ganhar espaço de atuação externa. Contudo, percebe-se que o termo interesse nacional não é somente relativo aos Estados e às chancelarias. É também um conceito direcionado a meios particulares que procuram aumentar ganhos em negociações externas que, para fazer valer seu intuito, utilizam os instrumentos públicos do Estado, porque, de acordo com Carsten Holbraad, em nenhum momento essas organizações desempenharam as funções do Estado. (Cf. Holbraad, 1989: 18).

Destarte, o país que tiver melhor estrutura econômica terá, subseqüentemente, vantagens em comparação aos países pouco industrializados, vide China e os “Tigres Asiáticos”: Coréia do Sul, Taiwan e Cingapura. Deste modo, se pode pensar no surgimento do fenômeno da dependência, de acordo com o ideário desenvolvido por Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, incluindo a CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina, ou seja, relações assimétricas entre Estados com formação econômica e tecnológica distintas.

Tenciona também, este trabalho, compreender críticas constituídas ao modelo de industrialização encontrado na Argentina e no Brasil a partir dos debates produzidos pela citada entidade de substituição de importações, quando essa se estabelece na condição de fomentar a industrialização nacional e, de modo complementar, aumentar o grau de cooperação entre países latino-americanos, vistos em semelhança nas questões estruturais de economia.

Por outro lado, há o parecer crítico dos estudiosos da dependência, realistas e marxistas ligados às relações internacionais. Os primeiros examinam a integração ao mercado mundial sem perspectiva de rompimento, pelo menos não em primeira instância; os segundos defendem o rompimento no sistema internacional, considerando a analogia do ordenamento interestatal com a exploração do burguês sobre o proletariado.

Os partidários da dependência defendem o pensamento de que a industrialização, propriamente dita, não é suficiente para legar relativa autonomia nacional e bem-estar social aos países se não for acompanhada com incremento tecnológico, cujo controle seria atribuído aos instrumentos políticos do próprio Estado nacional contando, estes últimos, com uma sofisticada burocracia pública. Com efeito, teria de ser uma industrialização com intuito de desenvolvimento conjunto da sociedade e não apenas de um setor, o da classe média.

É lícito pensar que não há exagero em empregar o conceito de dependência, ou uma variante desta, nas relações entre Argentina e Brasil no plano do MERCOSUL. Isto pelos seguintes motivos: a Argentina, desde a década de 1960 (breve período democrático de Perón e governos militares) em razão de circunstâncias internacionais, toma duas medidas: primeiro desmonta seu parque industrial iniciado na década de 1950; segundo ponto, a Argentina reformula amplamente seus quadros governamentais empregados na área externa em benefício de maior centralidade diplomática representada pelos Estados Unidos e Europa Ocidental.

Outro motivo, o vizinho meridional tem no mercado brasileiro seu principal ponto de escoamento produtivo, seu principal parceiro comercial. A crise econômica argentina só não foi pior, a contar com a interpretação do argentino Raúl Bernal-Meza, na primeira metade da década de 1990, em virtude dos acordos do MERCOSUL relativos ao Brasil, que recebeu boa parte das exportações argentinas e deixou superávites na balança comercial para esta última. (Cf. Bernal-Meza, 2000: 48).

A vulnerabilidade econômica da Argentina chega, inclusive, a pressionar sua Chancelaria para que defenda limites à atuação comercial da Bolívia e do Chile no Tratado de Assunção, os dois países são membros associados no MERCOSUL. Na verdade, Buenos Aires se preocupa com a concorrência do gás natural boliviano

direcionado em grande escala ao território brasileiro, para suprir os principais núcleos industriais do Sul e do Sudeste.

Mas a questão vai além desse ponto, o governo argentino também não aprecia a possível compra do produto energético de origem venezuelana pelo Brasil, porque a Argentina também produz gás natural em apreciável quantidade e pretende que esse produto energético seja vendido ao Brasil, principalmente às unidades federativas da região Sul, relativamente próximas dos pampas e das fontes do insumo de Santa Cruz de la Sierra. (Cf. OESP, 26.05.1996, A3).

Por outro lado, uma relação de dependência entre dois Estados não significa necessariamente, na avaliação de Celso Lafer e Felix Peña, um legado de pobreza para o lado menos competitivo ou desenvolvido em algumas áreas da economia. Ao disso contrário disso, a Argentina não pode ser classificada como país cujo povo é mal alimentado e de baixo nível educacional da mesma forma que sempre é encontrada nas outras repúblicas da região, que não conseguem romper históricos índices de pobreza. (Cf. Lafer et Peña, 1973: 69).

Para isso, se observa o histórico social argentino em comparação com as outras unidades latino-americanas, quando se pode perceber que a Argentina apresenta, de acordo com o relatório do PNUD 2000, posição de alto desenvolvimento humano naquele citado órgão das Nações Unidas. De outra forma, a questão primordial é, para os dois autores mencionados, saber se o processo de dependência mina e diminui a possibilidade de auto-realização e da busca de autonomia por parte da República Argentina e outros Estados Latino-Americanos que abrem mão de construir projetos nacionais. (Cf. Relatório Anual do PNUD 2000).

Sendo assim, é necessário examinar os rumos da industrialização da Argentina para verificar se esse país não entraria no processo de dependência em virtude do baixo incremento tecnológico pelo qual passa seu parque fabril. Outro ponto a ser compreendido no fator de dependência é o grupo de políticas públicas e econômicas expressadas pela classe média dos centros urbanos argentinos à procura de outro “estilo de vida” que não seja igual àquele oferecido pelo programa de substituição de importações. Enfim, dá-se a afirmação de “preponderância”.

O cientista político Leonel Itaussu Mello é da opinião, em sua tese de doutorado publicada com o nome *Brasil e Argentina: A Balança de Poder no Cone Sul*, que o crescente distanciamento entre os elementos de poder (economia, tecnologia e infraestrutura), leva a uma configuração de preponderância favorável ao Brasil, em substituição ao equilíbrio que existira com a Argentina até o segundo lustro da década de 1970. (Cf. Mello, 1996:156, 163).

Encontra-se, neste trabalho, a utilização de conceitos já consagrados pelas ciências sociais, verificados em sociedade civil, dependência, hegemonia e outros. Para cada conceito empregado há escolas de pensamento, por exemplo, marxista ou marxista à moda do italiano Antonio Gramsci, realista e idealista. Considera-se também a crescente importância de analistas que ganharam notoriedade a partir da década de 1970 e 1980, a exemplificar os trabalhos de Robert Keohane que procuram reavaliar alguns conceitos clássicos.

São conceitos típicos da ciência política e utilizados pela disciplina de relações internacionais. Até este ponto, conforme afirma acertadamente Marcel Merle, a divisão programática entre as ciências humanas, política, sociologia, história e direito, por exemplo, faz parte do método para melhor compreensão pedagógica das ciências, apenas dividindo-as para melhor estudo, e não como um artifício à parte para alimentar certas suscetibilidades acadêmicas. (Cf. Merle, 1981:8).

Desta forma, procura-se empregar os citados conceitos para melhor precisar as características econômicas surgidas entre a Argentina e o Brasil que afinal são, igualmente, relações políticas. Porventura, é necessário investigar se a centralização dos negócios do MERCOSUL pelo Brasil não representaria hegemonia regional ou se a relativa perda tecnológica da Argentina não é razão suficiente para utilizar o conceito de dependência nos moldes formulados por Cardoso e Faletto, na década de 1960.

Procedimentos Metodológicos

Mesmo que este trabalho seja acerca de problemas inerentes ao MERCOSUL, as relações entre Argentina e Brasil, é opção metodológica desta dissertação adotar estudos

de autores clássicos sobre ciência política e relações internacionais, consoante aos conceitos de sistema internacional, hegemonia, dependência, interesse nacional e sociedade civil. São disciplinas às quais este trabalho pretende se vincular, considerando-as ligadas pelo mesmo tronco histórico e acadêmico, o pensamento político clássico, de suma importância tanto para realistas quanto para utópicos no exercício da ciência política. (Cf. Thompson, 1994:17).

São considerados autores clássicos aqueles cuja menção é inevitável e universal nas ciências humanas, em que seus conceitos são sempre recorridos no decorrer da história. (Cf Merle, 1981: 18). Dentre os autores mais expressivos são citados o grego Tucídides (edição de 1982), autor do primeiro clássico do Realismo na teoria de relações internacionais; Thomas Hobbes, cujo livro, *O Leviatã*, procura investigar a rudez do comportamento humano na sociedade pré-estatal e, daí, a necessidade de se instaurar um poder superior para se fazer valer a ordem sociopolítica.

Para melhor entendimento deste trabalho, cita-se Raymond Aron, autor de *Paz e Guerra entre as Nações* (edição de 1986), um dos mais comentados escritores de relações internacionais no século XX, atribuindo-lhe importância em razão da multidisciplinaridade de seu trabalho: Política, História, Geopolítica, Sociologia e Economia. O francês Aron tem sido referência não somente para escritores realistas, mas para todos os estudiosos das relações internacionais.

Seguindo também, nesta dissertação, as reflexões sugeridas por Karl Deutsch, em seu livro *Análise das Relações Internacionais* (edição de 1978), importante obra para estudar a natureza dos tratados de integração, as organizações regionais no plano das relações internacionais e, por último, as análises tornadas clássicas do autor cujo trabalho é um dos mais importantes para entender as relações internacionais do século XX, independente da corrente intelectual advogada. Trata-se do trabalho de Hans Morgenthau, que esta dissertação pretende utilizar para demonstrar o teor do Realismo na política internacional.

Com menção aos brasileiros, são mencionados autores importantes na análise da formação nacional dos países latino-americanos e do Brasil em particular e, por outro lado, a relação que esta formação tem com questões da política e economia externas, após

a Segunda Guerra Mundial, quando aumentou e se sofisticou os estudos sobre os Estados nacionais latino-americanos. Aquela foi uma ocasião em que surgiram estudiosos, em âmbito mundial, com preocupações sobre industrialização, qualidade no nível de vida, emprego, demografia e democracia, dentre esses autores cita-se o economista Celso Furtado.

Considera-se também a importância de Cardoso e Faletto, autores de livro de grande fama nas ciências sociais: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (edição de 1977). Este é um livro responsável por grande impulso que foi dado aos estudos sobre problemas encontrados nos países latino-americanos, em outras palavras, trabalho que procura renovar o entendimento acerca da dependência e do subdesenvolvimento; e Celso Lafer, autor de grande incursão no meio acadêmico e governamental, na diplomacia, com importantes livros de referência à área de política exterior brasileira.

Além destes autores, adota-se, neste trabalho, os artigos escritos pelo embaixador Ronaldo M. Sardenberg que é responsável, atualmente, pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia do governo federal; este é autor que versa as posições adquiridas pelo Brasil no contexto internacional. São citados também, os embaixadores Gelson Fonseca Júnior, formulador de análises que orientam a política externa brasileira no Instituto Rio Branco do Itamaraty; Luiz Augusto Araujo Castro e Samuel Guimarães, diplomatas de grande experiência em assuntos de integração regional.

Do lado argentino se verifica, dentre outros, a emergência de antigos membros do governo federal e pesquisadores empenhados nos assuntos ligados aos MERCOSUL e à política exterior platina de modo geral. São autores com publicações no Brasil. São citados o ex-ministro da Economia, Roberto Lavagna, que se preocupa com a possível falta de atenção do Brasil aos acordos firmados em Assunção, e o ex-secretário de Relações Exteriores, Felix Peña, que opina sobre as diferenças e mudanças institucionais das diplomacias argentina e brasileira sob o impacto da “política de prestígio” existente na América Latina.

O professor Aldo Ferrer opina que a Argentina deve mudar a forma pela qual se integra no mercado mundial, por uma globalização irresponsável, e por vez, não gastar

energias com a intenção de constituir relações de benefício com os Estados Unidos em detrimento do MERCOSUL. O cientista político Atilio Borón analisa novos meios e alternativas para a política externa argentina frente aos novos desafios do cenário internacional multipolar e, por último, Mônica Hirst, diretora do Centro de Estudos Brasileiros, que marca presença no meio acadêmico argentino.

Estes são autores que investigam os processos políticos e econômicos da Argentina nas duas últimas décadas, bem como os progressos legados pelo Tratado de Assunção no processo de cooperação. De fato há progressos, no entanto, estes autores não deixam de fazer críticas a respeito da evolução do MERCOSUL. Afinal, são críticas em benefício do próprio plano e dos países-membros que procuram uma inserção competitiva na esfera internacional.

A relevância dos livros clássicos junto aos contemporâneos, para estudar o MERCOSUL, se dá pelo motivo de que estes podem demonstrar observações e experiências não somente pertinentes para os novos desdobramentos da política internacional, mas também para reavaliar conceitos básicos da disciplina de relações internacionais, sendo esta, talvez, o fruto mais recente das ciências sociais e do direito, a partir da autonomia que a primeira passou a ter na década de 1950.

Ainda que este trabalho não se enquadre em história propriamente dita, nem em história de acordos diplomáticos, é necessário ter, na disciplina de Heródoto, um ponto de reflexão e apoio para melhor compreender algumas transformações por que passam os Estados nacionais neste fim de século, imperativo válido inclusive para a Argentina, Brasil e os demais países da América Latina: *“Assim a história e a ciência política associam-se estreitamente para melhor entendimento dos fenômenos internacionais”*. (Merle, 1981:39).

Com o fito de melhor definir as alterações ocorridas no sistema internacional, que incentivam a formação de acordos regionais, esta dissertação adota a concepção de que os acordos de integração são, além de tratados, “blocos internacionais de poder”; concepção encontrada no trabalho de Rogério Haesbaert, cuja fonte teórica vem de Gramsci, com a concepção de “bloco histórico”. Como tal, o mencionado componente usado por

Haesbaert, exprime uma medida mais precisa do que a encontrada na DIT - Divisão Internacional do Trabalho.

O termo bloco internacional de poder não contempla somente os aspectos econômicos, mas também os políticos e culturais num novo arranjo de poder, categorias que até então, seriam relegadas pela tradicional DIT. Mas seriam bastante utilizadas pelos Estados na formação de acordos regionais a partir de peculiaridades políticas, econômicas e culturais para enfrentar adversidades externas sob cadência de um Estado líder. Por essa forma, há o bloco europeu, liderado pela Alemanha; há a composição de um bloco asiático, cadenciado pela China ou pelo Japão e, possivelmente, o bloco sul-americano, liderado pelo Brasil. (Cf. Haesbaert, 1994:17).

Há, além destes trabalhos citados, outras publicações amplamente utilizadas para a confecção desta dissertação de mestrado. Foram lidos vários artigos tanto de pesquisadores brasileiros e de outras nacionalidades encontrados nas revistas *Política Externa* editada, publicada em conjunto com a editora Paz e Terra, pela Universidade de São Paulo; a revista *Brasileira de Política Internacional*, de responsabilidade do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais e, por último, a revista *Contexto Internacional*, editada pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC do Rio de Janeiro.

Plano de Trabalho

No primeiro capítulo, **A Política Clássica no MERCOSUL**, a idéia é identificar quais as principais características da escola realista de diplomacia e de teoria relações internacionais. Escola fundamentada pelos estudos da ciência política clássica e moderna que, em conjunto, fornece subsídios para a política tradicional, inclusive seus principais autores: Tucídides, Hobbes, Morgenthau, Aron, Carr e outros. E, além do mais, saber como se qualificam alguns conceitos clássicos da política, como hegemonia, dependência e interesse nacional. Estes são conceitos que, neste fim de século, necessitam ser examinados quando podem tomar lugar nos arranjos em que emergem importantes tratados de integração regional, como o MERCOSUL.

Com o intuito de entender os acontecimentos mundiais que contribuíram para o surgimento do MERCOSUL o segundo capítulo, **Recentes Transformações no Sistema Internacional**, é um esforço para se considerar o instante que houve grande alteração na ordem internacional, por exemplo, o fim da experiência socialista cadenciada pela ex-União Soviética. Malogro não só da existência socialista, mas igualmente do momento histórico sob o qual dera sua existência: o relacionamento bipolar da Guerra Fria.

E mais, as condições políticas e socioeconômicas da América Latina são consideradas partes integrantes da transformação no sistema internacional. A redemocratização dos países latino-americanos na década de 1980 e o aprofundamento da crise econômica, em virtude dos problemas relacionados à dívida externa, são importantes na reflexão para um projeto integracionista, visto no MERCOSUL. A marginalização da região latino-americana e a ascensão econômica do sudeste asiático são fatores importantes para o impulso à formação de acordos regionais.

Já o terceiro capítulo, **Desafios Históricos do MERCOSUL**, pretende analisar duas das maiores questões enfrentadas no relacionamento entre a Argentina e o Brasil na década de 1970: as questões de Corpus-Itaipu e a intenção brasileira de se aprofundar nas pesquisas de energia atômica, intento este que resultou no acordo Brasil-Alemanha para o fomento da pesquisa nuclear. Aquelas foram duas questões históricas responsáveis por grandes conflitos políticos e diplomáticos entre Buenos Aires e Brasília.

A idéia deste capítulo é defender a visão do MERCOSUL na qualidade de plano regional, cujo teor de confiança é suficiente para sanar ou diminuir substancialmente o teor de conflito político entre a Argentina e o Brasil no que diz respeito ao passado recente. Pode-se dizer que o MERCOSUL, assim como a União Européia, na questão do Sarre, contribui para o entendimento entre os dois grandes países da América do Sul. Inclusive, confirmando acordos de aproveitamento hidrelétrico e na conclusão de ações contrárias à construção de artefatos nucleares para fins militares.

O quarto capítulo, **A Evolução MERCOSUL**, tenciona demonstrar os avanços que este plano de integração regional possibilita nas esferas da política e da economia frente às transformações em curso no sistema internacional sob complexas transformações. Vale dizer, avanços que foram possíveis, inclusive, graças a outros

planos de integração que antecederam o MERCOSUL: ALALC e ALADI, bem como o Tratado de Buenos Aires, de 1986.

Neste capítulo pretende-se analisar alguns dados referentes às trocas comerciais entre os países do Cone Sul a partir do advento do Tratado de Assunção, para saber qual a importância este plano tem para a região. Já no nível político, este trabalho procura investigar o teor da integração regional por que passa a República Argentina e o Brasil, justamente numa relação de proximidade geográfica cujo histórico é de cooperação e conflito.

Enfim, no quinto e último capítulo denominado **A Paralisia do MERCOSUL**, tenciona-se demonstrar que o MERCOSUL, efetivamente, conseguiu concluir, a contento, resoluções que já haviam sido iniciadas pelas diplomacias da Argentina e do Brasil a partir de 1985, portanto da redemocratização dos dois Estados sul-americanos. No entanto, a partir da segunda metade da década de 1990, novas questões, de ordem política e econômica, começam a ganhar volume nos relacionamentos que ligam a Argentina e o Brasil no MERCOSUL.

Em parte, esses problemas são resultantes dos diferentes modos e projetos pelos quais os dois países entendem e participam no Mercado Comum do Sul e, de modo paralelo, a relativa desindustrialização da Argentina que direcionou seus esforços em retorno ao agronegócio, a economia agrícola, que acaba deixando a Argentina vulnerável à integração regional, ou seja, no relacionamento com o Brasil, considerado País de peso específico na condução do MERCOSUL.

CAPÍTULO I

A Política Clássica no MERCOSUL

“Uns querem possuir mais, outros temem perder o que já ganharam; daí o atrito e a guerra, que por sua vez provoca a destruição de um império para servir à elevação de outro. São os interesses que cortam os laços de todas as alianças.”

Nicolau Maquiavel

A concepção dos planos de integração regional é feita sob determinadas inspirações teóricas e intelectuais. Desta forma, tem sido desde os ensaios de cooperação internacional do século XIX, passando pela Liga das Nações, até a admissão do Tratado de Maastricht. Significa dizer que os tratados de integração regional não são modelos puros ou ideais, eles são suscetíveis de crises e conflitos entre os países-membros, que guardam características da política tradicional. A idéia, deste capítulo, é saber como se qualificam alguns conceitos clássicos de política tradicional que podem se desenvolver no circuito do MERCOSUL, como hegemonia, dependência e interesse nacional.

À Guisa de Explicação

Os modelos realista e idealista (ou liberal) da teoria de relações internacionais perfazem linha seqüencial cujo início encontra-se na Antigüidade clássica, com os escritos do grego Tucídides sobre a grande guerra que pôs fim à democracia de Atenas. Os modelos são uma programação de relações externas que se prolonga por toda a história das ciências humanas. Neste quadro conceitual, vários autores e filósofos políticos são abarcados no centro dos modelos realista e idealista, não desconhecendo que há, dentre estes modelos, variado grau de percepção da realidade internacional.

Escritores da qualidade de Morgenthau, Aron e Kissinger são vinculados à corrente realista de pensamento em relações internacionais e ciência política. Eles têm o intuito de demonstrar a preeminência da “política de poder” sobre outros modos e esforços de angariar a paz e o equilíbrio entre os Estados nacionais. Aqui, na ótica de Carr, a política de poder é a arena sobre a qual se estabelece o uso da força, isto é, quando

se trata de organizar nacionalmente o Estado e também na utilização dessa mesma força pela unidade política em sua defesa e existência no sistema internacional sempre que essa força for necessária.

Já na percepção de Max Weber, emprestada para a argumentação de Aron, a política configurada no poder tem o intuito de fazer da *“capacidade que tem o ator A de obter a submissão, ou a sua vontade, ou a conformidade com suas ordens, do ator B (mais precisamente, a possibilidade de obter submissão ou conformidade).”* (Aron, 1980: 321).

Neste último caso, ao orientar-se por Morgenthau, pode-se dividir a política de poder em quatro categorias que, embora sejam separáveis teoricamente, elas apresentam a mesma fonte: o poder político, o poder econômico, o poder sobre a informação e o poder militar. Além do mais, considera-se que o elemento “aglutinador” dessas categorias de poder é o sentido de estratégia para a área do Exterior: a qualidade do governo e da diplomacia. (Cf. Morgenthau, 1985:162).

Isto posto, procura-se explicar, à guisa de melhor definição do termo, que a forma pela a qual se entende o conceito de Estado nacional é feita sob o significado de uma unidade política, ou melhor, espaço territorial aliado a uma população e a um governo que tenha expressão de poder, independente do período histórico. Trata-se de uma unidade política composta por sentimento de nacionalidade e de soberania, de fazer suas ações sem a ingerência de qualquer outra coletividade externa, são unidade políticas vistas como a base das relações na órbita internacional.

O Estado, perante seus pares, conserva, influencia ou, na ausência de tais prerrogativas a seu favor, deixa ser influenciado ou modificado em suas bases de constituição original, pois sublinha-se, no Estado, a capacidade dele manter os “interesses em termos de poder”. (Cf. Morgenthau, 1985). Esta é a forma pela qual procura se referenciar o direito internacional que pede, para se definir a existência de um Estado, o reconhecimento de seus homólogos perante outros Estados do sistema internacional. Já a ciência política acrescentaria, na composição do Estado nacional, a substância do poder, a vontade com a qual a unidade política se manifesta no teatro internacional.

Por conseguinte, ao verificar as particularidades e a sistematização das relações internacionais (como algo imanente à ciência política), concorda-se que essas começam a partir da observação da ordem feita de Estados nacionais desiguais e assimétricos. As relações internacionais são, no parecer de Aron, em *Estudos Políticos*, o meio pelo qual a realidade se faz compreensível apenas entre as soberanias, entre os Estados nacionais. A compreensão das movimentações básicas da política é feita por alguns códigos de conduta, por algumas variantes caras ao pensamento realista tradicional: a vontade de potência. (Cf. Aron, 1981:321).

Nesta seara, seguindo Aron, as relações internacionais não teriam, em sua gênese, o ideal da paz vinda da virtude, nem esse ideal tencionaria anular as competições normais na vida dos Estados nacionais. Essa é a maneira para compreensão do fenômeno político realista que seria encontrado na diversidade histórica, econômica e diplomática presente nas unidades políticas que integram o sistema internacional, ainda que este se altere em composições ideológicas “homogêneas” e “heterogêneas” ou de configurações de poder, bipolar ou multipolar.

Com efeito, há igualmente, indicações de bipolaridade e pluripolidade consagradas nos estudos de relações internacionais e do sistema interestatal, como expressão à qual se demonstra a ordem internacional. Estes conceitos e suas variantes são sempre os mesmos em significado, apesar das transformações tecnológicas em vários estamentos que incidem sobre o próprio sistema interestatal: sempre haverá países desejosos em diminuir algum tipo de dependência pela sua segurança, glória ou ideologia. (Cf. Aron, 1986:159).

Esse tipo de competição, independentemente das composições ideológicas com as quais o Estado se projeta no sistema internacional, vai ao encontro dos argumentos de Max Weber sobre a definição da política na qualidade de instrumento e meio de participar na organização dos Estados modernos: “*Por política entendemos, conseqüentemente, o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado*”. (Weber, 1999:56).

Se a política é, no pensamento do sociólogo alemão, um conjunto de esforços para influenciar a divisão do poder proveniente do Estado na esfera doméstica e, além disso,

tirar proveito desse mesmo poder para a autoconservação típica dessa instituição na área do Exterior, pode-se afirmar, de igual modo, que o sistema internacional é a reprodução conceitual das mesmas disputas de poder e de influência encontradas nos negócios públicos nacionais.

Por outro lado, o ponto de equilíbrio da ordem internacional, imprimida nas relações entre as unidades políticas, está reconhecida, ao menos na Europa continental e está igualmente vinculada à doutrina anglo-saxã (com o risco do cinismo), na resolução de conflitos pela política de poder e não na tomada da justiça em primeira instância, embora esteja claro que está última teria de ser o fim dos Estados num período de paz ou de guerras de pouca intensidade.

Na política de poder e de equilíbrio entre as potências, permite-se a existência de “pequenas” injustiças a ter que suportar uma grande injustiça, que seria um embate bélico sem o conhecimento das conseqüências para a *sociedade internacional* que entraria em grande caos, por exemplo, a crise do Canal de Suez, em 1956, se àquela fosse permitida o emprego dos voluntarismos. Ou então, para usar um caso mais próximo, a indiferença dos Estados Unidos com a sorte da Argentina contra a Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas, em 1982, relegando, por parte de Washington, o TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, em 1947 na OEA - Organização dos Estados Americanos.

Neste particular, entende-se a sociedade internacional não apenas como meio em que há intercâmbios dos Estados dentro do sistema internacional e suas implicações de poder, reconhecidas nos cálculos de força a qual a sociedade internacional é subordinada. A sociedade internacional vai, além disso, ao acrescentar movimentações culturais, religiosas, ideológicas e econômicas, que são intercâmbios transnacionais na vida dos Estados nesse tipo de sociedade mundial, assim reflete Aron em *Os Últimos Anos do Século*, seu derradeiro livro. (Cf. Aron, 1987:27).

A Tradição Realista

No modelo realista é de suma importância a manutenção da ordem estabelecida, de teor assimétrico, que procura reproduzir a hierarquia e o sentido de preponderância

encontrado, da mesma forma, na política interna dividida entre classes sociais distintas e partidos políticos que almejam o poder político no sistema pluripartidário ou representativo, mas sem o intento de desestruturar o sistema político doméstico, bem como o externo, de forma que, para frisar esta afirmação, pode-se observar esta passagem de Morgenthau sobre ascendência da política realista:

“Esta defesa realista da autonomia da esfera política contra sua subversão vinda de outros modelos de pensamento não implica que se deva descuidar da existência e a importância de outros modelos de pensamento político. No lugar disso, implica dizer que cada uma poderia assinalar sua própria esfera de atuação. Por isso, o Realismo político é baseado na pluralidade de concepções da natureza humana, (...) composta pelo homem em suas dimensões econômicas, políticas, morais e religiosas”. (Morgenthau, 1985: 16).

É com esse intuito que se constitui o ambiente que permite ou legitima a emergência das cinco potências nucleares, membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, grupo que procura inibir ou anular tentativas de aquisição dessa tecnologia sensível por outros Estados, sobretudo os pertencentes ao bloco do Terceiro Mundo, que procurariam “subverter a autonomia política” dos grandes Estados. A existência de uma *oligarquia* feita de potências não apenas se faz presente no “congelamento” da tecnologia nuclear, mas também em outros campos que envolvem sofisticadas pesquisas científicas, portanto, na arregimentação de poder: informática, tecnologia espacial e biociência.

Por conseguinte, o papel de tal junção de Estados que influenciam em primeiro plano é justamente montar campos de atração aos países que se resignem em suas deficiências. A partir de então, constituem-se relações entre Estados fortes e fracos, pela qual os fracos vêm a adotar a proteção, o “protetorado” do parceiro de maior poder e prestígio internacional. Este comportamento tem sido vislumbrado, na percepção de Morgenthau, desde a Antigüidade clássica, da Grécia, até nossos dias. (Cf. Morgenthau, 1985: 4).

O princípio do pensamento realista, a começar pelos clássicos da política, é apresentar condutas de poder na qualidade de serem estas perenes à natureza humana, o que significa dizer que a própria evolução dos homens é imutável nos aspectos da

sociabilidade. Com efeito, seria possível fazer dessa mesma natureza a base de experiência para ser útil à história dos povos em sociedades políticas, de outra forma, um seria um conteúdo de alerta para as gerações que não conhecem os tempos de guerra, vista que esta é ação fruto da coletividade de homens.

Este é o objetivo do grego Tucídides, ao demonstrar o ocaso do equilíbrio existente entre as unidades políticas gregas lideradas por Atenas e Esparta, reparando que o citado equilíbrio na península helênica teve seu fim justamente em virtude do imperialismo ateniense, demonstrado numa política de poder. Ato esse que provocou a contestação da aliança espartana e marca, enfim, a decadência da democracia de Atenas e seu clássico modelo de civilização.

E, não obstante, este assunto é também utilizado para estudar os modernos conflitos internacionais, incluindo os do século XX, em que os homens estejam em primeiro plano e em condições de serem os senhores de seu destino. Passagem esta que confere ao estudioso grego a importância de ser pioneiro na formulação do pensamento histórico, do político e das relações internacionais, mormente na avaliação do modelo realista, ao averiguar a existência de categorias pertencentes a esse modelo, por exemplo, interesse, aliança externa e o uso da força: *“quem pode usar a força não tem necessidade de apelar para o direito”*. (Tucídides, 1982:51).

A primeira tendência, do pensamento realismo, é defender a idéia de que o fator principal que dimensiona o Estado-nação, no plano internacional, é a de lutar em prol de seu interesse próprio e pela garantia de sua preeminência no espaço político, econômico e geográfico, comportamento balizado pela desconfiança e pela procura de se garantir a obtenção do poder. Este último utilizado na defesa às investidas de Estados mais fortes ou para que possam se defender perante pressões externas. No cálculo final, os Estados nacionais procuram sempre preservar sua existência.

Se se concordar, porventura, com a assertiva de que a política clássica só tem trânsito num mundo ordenado por Estados nacionais e possuidores de soberania, se levará também em conta que esta mesma política comporta elementos que ora podem ser vistos como imorais e irresponsáveis quando o Estado parte em busca de glória e de distinção no cenário internacional comparavelmente anárquico. Sendo que, além do mais, o Estado

terá igualmente de aceitar a punição e o castigo quando esse empreendimento estatal de poder é malogrado.

Para esta afirmação, opina Kenneth Thompson sobre a forma pela qual se assenta o Realismo europeu de inspiração continental, tipicamente tradicional em oposição ao Idealismo anglo-americano de pretensão reformista, cuja proposta seria uma participação internacional de carácter virtuoso. Na visão deste autor, a política internacional conta com outro tipo de comportamento, imune às grandes considerações morais: *“Na teoria política idealista, a revolução é um extremo caso e uma exceção, mas na tradicional teoria internacional a força e a violência são a regra”*. (Thompson, 1994:11).

Por outro lado, é mister dizer que mesmo num ambiente propenso à formação de blocos regionais e ao Internacionalismo, via cooperação, não se descarta a possibilidade de um projeto integracionista vir a ser palco com presença de escolas de pensamentos opostos, fazendo com que as correntes teóricas entrem em choque. Assim, tanto na União Européia quanto em outros tratados podem conviver posturas distintas no modo de observar as relações internacionais, visto que as concepções teóricas, na afirmação de Aron, não são contraditórias, mas complementares (Aron, 1986:50).

Teóricos e analistas herdeiros dos estudos clássicos gregos e dos escritos políticos dos séculos XVI e XVII, Thomas Hobbes dentre outros, os partidários do modelo realista acreditam na proeminência dos instrumentos de poder sobre a razão instrumental; a razão que não seja utilizada em prol da manutenção do Estado num concerto hierárquico. Neste ponto, haveria certo fatalismo ao constatar a realidade internacional, da qual o homem não pode escapar, pois seria inútil contestar os fundamentos básicos que regem a natureza humana substanciada no Estado, na aridez do “estado de natureza” em que a regra geral é **homo homini lupus**, frase central do pensamento de Hobbes.

O que significa ser o Estado uma versão de personalidade coletiva, fonte do primeiro contrato que os homens, em sociedade política, aceitam para assegurar-lhes segurança - esta como garantia de uns contra os outros. Nas palavras do próprio Hobbes, este artifício se dá de tal forma: *“O maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa, natural ou*

civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade: é o caso do poder de um Estado". (Hobbes, 1997:83).

Assim, a política teria, na configuração do poder secular, encontrado no Estado, uma moral própria que não pode ser confundida com a moral das relações particulares da sociedade no plano doméstico, as denominadas relações individuais. As atitudes tomadas na circunscrição da política do Estado são justificadas numa razão única, a "razão de Estado" presente em todo meio em que haja a necessidade administração da política de poder e de conflitos.

Com efeito, o único "articulador" de política, seja interna ou externa, é o Estado que faz do seu interesse algo legítimo, pois a desconfiança e o cinismo são seus modos de atuação junto a outros Estados nacionais, que só existem no cenário competitivo porque utilizam os mesmos costumes e comportamentos perante seus homólogos numa situação de disputa, com mais desejo de poder - uma vontade sem limites. E, para o filósofo inglês, a angústia e a expectativa do conflito era também um subproduto da guerra, da perene situação de insegurança. Uma situação que é bem assentada nas relações entre Estados de assimétricos poderes ou de poderes equivalentes.

Além do mais, o Estado representa o poder regulador de vontades e cálculos imprimidos pela situação de sociabilidade, esta como antípoda do estado natural, vale dizer, dos empreendimentos econômicos, políticos e culturais particulares de modo geral, como se estes fossem frutos da vontade coletiva, as determinantes naturais e sociais do poder. (Cf. Lebrun, 1984: 28). Na tarefa de arregimentar o que é possível, sob o prisma da realidade, pode-se aceitar o parecer de um argumentador equipado com instrumentos teóricos tradicionais.

No jogo das relações internacionais, para os realistas e partidários de Hobbes, há o fator de "soma zero", a saber, para que um Estado ganhe é preciso que outro homólogo venha a perder. Sendo que isto se dá justamente num instante que o imperativo é a competição e o esforço para manter intacta os pressupostos do Estado nacional, manutenção de fronteiras, existência da diplomacia como instrumento estratégico, manutenção das forças militares etc. Enfim, as bases clássicas de defesa nacional, da

conservação da herança cultural e da política de um governo pertinente à visão concernente a Hobbes.

Por conseguinte, o conceito primordial de “estado de natureza” tem duas implicações na teoria das relações internacionais de inspiração hobbesiana: a primeira implicação é pensada como “tipo ideal”, uma construção teórica para balizar os entendimentos sobre a realidade de conflitos e disputas entre Estados. A segunda implicação tenta reproduzir o ordenamento da política interna para a área exterior anárquica, situação em que impera a emulação geral e a guerra nos relacionamentos entre as unidades políticas suscetíveis de perderem sua soberania, é por isso que existem relações internacionais. (Cf. Merle, 1981: 21).

O conceito de estado de natureza, utilizado por Hobbes, é transferido da política interna para a externa num ambiente de competição e conflito semelhante ao da sociedade doméstica, pois o autor de *O Leviatã* não escreve um ensaio de política internacional propriamente dito. O inglês Hobbes utiliza a idéia de soberania e autoridade pensadas da política interna para o âmbito externo, em outras palavras, verifica que na arena internacional há também uma tendência a: “*Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória*”. (Hobbes, 1997:108).

Com a diferença que, neste caso, não há um legítimo poder supremo que faça com que as unidades políticas abram mão de parte de sua liberdade de “autoconservação” para atribuir a uma entidade superior a prerrogativa da regulação e da coerção internacional, como seria exequível na situação interna contra vários focos de força, em benefício de uma única fonte de violência - o Estado. Por outro lado, as unidades políticas são suscetíveis de qualquer limitação e reparos em seu sentido de soberania que é, além do mais, o poder supremo em que se assenta a vontade coletiva.

Por conseguinte, Hobbes pensa na necessidade de ordenamento para os Estados nacionais que começaram a tomar forma a partir do século XVII, período em que viveu o autor de *Civis* e presenciou os conflitos religiosos e das várias nacionalidades que habitavam a Europa. Deste modo, fazia-se necessário recusar a liberdade e o poder sem limites agregado a cada população para fazê-la de exemplo para outras unidades políticas

à procura de maior aquisição de força na esfera internacional. Conceito que, nos estudos das relações internacionais, indica combate à anarquia entre os Estados nacionais.

Contudo, havia complicadores neste pensamento do filósofo Hobbes, a saber, na política interna, era patente a existência de uma soberania para regular os desejos, diferenças e ambições dos súditos. Essa soberania poderia ser o príncipe ou a assembléia de representantes do povo que renunciava à sua liberdade individual para transferir a um dos primeiros, para a formação de um pacto. (Cf. Hobbes, 1997:27). Mas na política internacional, não havia tal possibilidade, pois não se saberia quem seria a autoridade na órbita externa, o soberano neste campo da política em que a normalidade seria a anarquia, a ausência de uma fonte centralizada de poder.

Este é um fator que agrega analistas em lados opostos quando o debate é a forma pela a qual se organiza o sistema internacional anárquico. Há aqueles que pensam na sorte de existir uma instituição para a regulação internacional sob o direito e normas institucionais, por exemplo, a ONU – Organização das Nações Unidas, com alguns princípios de democracia de caráter universal nas relações internacionais. Vale dizer, uma organização que se projete fundamentalmente para a cooperação entre diferentes Estados nacionais.

No entanto, a democratização das relações internacionais não deverá ser apreciada efetivamente, na opinião do ex-embaixador brasileiro na ONU, Celso Amorin, isto se não forem contempladas reformas que venham a dar lugar às potências regionais que almejam assento no “núcleo de poder” das Nações Unidas: o Conselho de Segurança. Aquele órgão, para demonstrar maior legitimidade, deveria ser representado também pelos principais países da América Latina, África e Ásia e “*suas diferenciadas visões de mundo no órgão máximo da ONU*”, mesmo que não fosse distribuído, de início, o poder de veto aos permanentes (Cf. Amorin, 1995:325).

Há outros cuja opinião é a de que deve existir equilíbrio entre os Estados mais bem posicionadas no campo econômico, político e militar para, justamente, contribuir no ordenamento deles, conforme opina Antonio Carlos Pereira. Esse é um ordenamento de teor elitista das grandes potências, já que não conta com a admissão dos Estados considerados de médio poder, ao ver que o conceito de grande potência envolve, dentre

outras coisas, a posse do armamento nuclear. É posicionamento que não permite qualquer “vislumbramento” de utopia redentora, até porque os detentores de tal armamento não abrem mão de sua posse. (Cf. Pereira, 02.05.2000: A2).

Com efeito, os Estados teriam autonomia suficiente, a contar com sua liberdade, para não se alinhar a qualquer acordo entre países. Não haveria nada que os forçasse a acatar pactos contra a vontade do soberano ou da vontade concentrada. Para tal efeito, entram em emergência os tratados de direito internacional, cujo valor se encontra na admissão voluntária e espontânea por parte das unidades políticas, ao relegar seu egoísmo em prol da sociedade de Estados e em busca de equidade nas relações entre Estados nacionais de diferentes pesos e poderes.

O comentário sobre o direito internacional não é aleatório, pois num ambiente em que a política de poder ganha supremacia, os ordenamentos jurídicos são o primeiro instrumento racional a ser contestados numa arena de conflitos. Mas não apenas o arcabouço jurídico é contestado, com ele, todo o agrupamento idealista (utópico e liberal), com o fito de contrariar a visão *realista-determinista*, é rejeitado de imediato. No embate com o poder, tradicionalmente na história das relações internacionais, o direito internacional sai perdendo, ao menos no parâmetro histórico, em sua tentativa de lograr uma ordem internacional de equidade e específica, conforme a observação de Carr. (Cf. Carr, 1981:23).

O arcabouço do direito internacional, de modelação “positivista” faz parte, no juízo de Francisco Rezek, daqueles que acreditam na autolimitação da soberania, ao defenderem o pressuposto de que o direito tem condições de lograr ordem no relacionamento entre os Estados nacionais por intermédio do termo **Pacta sunt servanda** (o princípio segundo o qual o que foi pactuado deve ser cumprido), pela obrigação de se fazer com que os tratados, acordos mútuos, sejam respeitados pelos Estados num imperativo ético, mesmo considerando que as unidades políticas são substanciadas por soberania, o poder de exercer sua vontade sem a intromissão de seres e entidades externos. (Cf. Rezek, 1996: 11).

Este pressuposto de direito internacional “otimista” é, no argumento de Karl Deutsch, originado na criação de tratados e no poder de atração que estes exerceriam nos

países, levando-os a compromissos em que os litígios de várias formas e o apego ao “amor próprio” (a ambição da glória) teriam pouco espaço de atuação numa arena internacional em que a condenação moral lograria grande peso ao Estado infrator. (Cf. Deutsch, 1978:208).

Na verdade, para o jurista internacional, os Estados têm de dar consentimentos a um órgão universal ou multilateral. Seria uma utilização do conceito de estado natural com concepções positivas, já que esse órgão não seria de coerção baseada na força e na repressão, mas sim na moralidade, cujos frutos são mais bem assentados no histórico dos Estados agressores. Esta foi uma idéia adotada na criação da Liga das Nações e, com menos intensidade, na criação das Nações Unidas, vinte anos depois para tentar sanar os problemas deixados pela Grande Guerra de 1939.

Eis uma explanação a ser debatida nos projetos de tratados, de alianças e de blocos regionais, com a participação de Estados com grandes disparidades na economia, na tecnologia e na inserção internacional. Sendo que, o eixo da proposta de integração, é a tentativa de se instaurar uma política de “harmonização de interesses” em benefício do grupo de Estados nacionais que procuram angariar algumas medidas de solidariedade num meio de rivalidades.

Utilizando mais uma vez Morgenthau, que é um dos estudiosos que integram a fileira dos que criticam o Internacionalismo liberal que fora exercido pela Liga das Nações, e também da representação do direito internacional conferido pelas Nações Unidas e suas instituições multilaterais como a OIT - Organização Mundial do Trabalho, conforme segue a opinião do autor da *Política Entre as Nações*.

O fundamento do “império do direito” é, para aquele escritor, a legitimação do **status quo** e dos grandes desníveis de poder entre os Estados nacionais, ao ver que a manutenção dessa assimetria, a despeito do direito, só poderia ser útil àqueles que sempre tiram vantagens políticas e econômicas que se estabilizam sob o argumento do direito internacional, já que dificilmente acatam as normas do direito: “*A mesma advertência dada à idéia de uma opinião pública feita pela moralidade internacional, é válida também para o direito internacional*”. (Cf. Morgenthau, 1985:300).

Daí vê-se a fragilidade do direito internacional num mundo no qual a moeda de troca é a política de poder para efetuar a conservação da estrutura na qual se encontram as unidades nacionais em todas as suas formas. Política essa exprimida com aspecto unitário ou em combinação de estratégias com outras unidades sob uma aliança entre Estados nacionais com pouco grau de assimetria. Esta passagem pode ser exemplificada atualmente pela posição dos Estados Unidos, como estilo unitário, ou pela Europa na forma de conjugação, conforme a interpretação de Aron. (Cf. Aron, 1986: 171).

O comportamento realista é, assim, resultante da negação dos Estados nacionais soberanos em seguir normas estranhas à sua própria vontade, principalmente quando eles têm condições de resistência para não se vincular a normas não desejadas. As unidades políticas, de fato, procuram defender interesses próprios (interesses em termos de poder), bem como a manutenção da força e o uso de usá-la quando for necessário. É nesse particular, pertinente a esta dissertação, que emergem outros conceitos clássicos da política clássica como hegemonia, dependência e interesse nacional, termos que irão ocupar posição no debate da teoria de relações internacionais.

O Conceito de Hegemonia

Diferentes autores são empregados nesta dissertação para melhor precisar alguns tradicionais conceitos de ciência política usados na teoria de relações internacionais. Os autores citados são utilizados para demonstrar que os conceitos clássicos da política, por exemplo, hegemonia, tem continuidade tanto histórica quanto de significado que se reforça pelo próprio tempo, e não à procura de demonstrar diferenças de percepção deste conceito entre os autores.

Assim, o conceito de hegemonia pode ser compreendido, de acordo com a intenção desta dissertação, com o objetivo de se maximizar o poder e o prestígio em prol de certo Estado nacional, uso concernente a determinados partidos políticos ou classes sociais organizadas na esfera interna da sociedade. De outro modo, pode ser hegemonia de uma determinada cultura ou grupos sociais sobre outros, mas sem anulá-los, pois é justamente na composição de grupo coeso, com o consentimento ativo dos membros, que

existe idéia de hegemonia. Em relações internacionais, seria hegemonia de uma unidade política sobre outras do sistema internacional da qual essa unidade faz parte, conforme se pretende demonstrar no espaço da América do Sul.

Hegemonia significa a representação dos atores e instituições mais articulados ou mais influentes na liderança de pactos e alianças, é um termo válido para determinar um número de partidos políticos. Ainda mais se esses partidos são observados sob orientação marxista, partidos em busca do poder político quando se manifestam em grupo, no chamado “bloco histórico”, pensado por Antonio Gramsci, no livro *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. A ascensão de um país hegemônico é resultado do consentimento de um determinado grupo de Estados a favor daquele que consegue unir o maior número de categorias de poder, para que se faça valer sua aliança.

Compreende-se como sistema internacional de poder uma constelação de Estados nacionais, cujo centro é ocupado pelo Estado hegemônico e sua respectiva área de ação. Embora a cadência do sistema de poder seja feita pelo centro hegemônico há, constata o marxista, diferentes modos de relacionamento entre o centro hegemônico e outras unidades políticas, bem como certo grau de autonomia por parte destas últimas, justamente para não se anular o teor de consentimento. (Cf. Gramsci, 1968:191).

De outra forma, Gramsci contribui para a utilização do conceito de hegemonia nos estudos de política internacional, quando analisa as relações diplomáticas entre cidade-Estados da Itália renascentista e a resistência destas unidades às potências emergentes do período moderno. Ou, de outra maneira, quando investiga o equilíbrio de poder entre os Estados europeus no advento da Primeira Guerra Mundial. Nesta contextualização, o estudioso italiano é preciso na avaliação e no emprego da hegemonia:

“O modo através do qual se exprime o ser grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercute sobre outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acôrdos com maior ou menor extensão.” (Gramsci, 1968:191)

Conseqüentemente, vários fatores concorrem para que haja hegemonia a favor de um determinado Estado que, de acordo Gramsci, são a demografia, a industrialização, a

força militar, a ideologia (considerados adequadamente) e a paz interna. Alguns fatores são suficientes, dependendo do momento histórico, e outros são complementares aos primeiros. De forma análoga ao italiano, Morgenthau também defende a idéia de que na formação do possível Estado hegemônico, ou com características hegemônicas, concorrem vários fatores principais e secundários: economia industrial, força militar, organização política, tamanho do território etc. (Cf. Morgenthau, 1985:136).

Comentou-se muito na existência do forte poder militar, como fator suficiente, para que exista hegemonia em prol do Estado potência. Mas neste particular, haveria características hegemônicas ou dominação de armas somente. Foi assim que se atribuiu ao poder soviético no sistema bipolar durante a Guerra Fria, cuja ascendência se dera mais pelo caminho da força e da coerção propriamente dita e não por intermédio de uma combinação que passasse conjuntamente pela influência científica, cultural, educacional e ideológica semelhante ao que se tem encontrado na presença global norte-americana. (Cf. Ramonet, 1998:35).

Fatores de ordem econômica ou industrial, prestígio político, demografia, situação geopolítica, podem agregar condições de hegemonia quando estes são muito bem administrados e com fins muito bem planejados num ambiente de aliança e na formação de acordos. Há países donos de uma ou mais categorias de hegemonia, mas sem possuí-las integralmente ou exercê-las de pronto naquele meio específico, considerando que a emergência da hegemonia se dá pelo conjunto de fatores culturais, políticos e econômicos.

Este seria o exemplo do Japão, país dono de forte economia capitalista e protagonista de importante pesquisa tecnológica em várias áreas da ciência, mas que apresenta reduzido poder político em escala mundial, sempre sob a observação norte-americana. Seria igualmente, de outro modo, o caso da Índia com seu poder militar e tradição diplomática junto aos Estados do Hemisfério Sul, mas sem poder econômico para debelar seus negativos índices sociais, inclusive para fazer valer sua importância regional.

E por último Cuba, país que não tem poder militar nem econômico, mas cujo sistema político permite-lhe continuar existindo, como Estado socialista, em meio a crises

e pressões de toda ordem. São pressões provenientes de grupos contestadores hospedados num Estado muito mais poderoso; uma unidade política que sempre deixa à vista sua posição de desconforto em relação ao vizinho caribenho, até porque uma forte intromissão em Havana poderia ocasionar grande desgaste político à Casa Branca. Isto é, ela não poderia se dar ao luxo de ignorar, assim pensa Deutsch, o efeito cumulativo de contratempos que acarretaria ao Estado autor da intromissão. (Cf. Deutsch, 1978:212).

Em relações internacionais, emprega-se o conceito de hegemonia à unidade nacional, cuja influência política e ademais são constatadas pelos seus homólogos. Do ponto-de-vista histórico, há hegemonia desde a Grécia clássica, com a idéia de que a cidade-Estado de Atenas obteve liderança sobre outras cidade-Estados da Confederação Helênica, aqueles com pouco poder militar e político para uma ação bélica de grandes dimensões. Naquele instante, de acordo com Tucídides, em virtude da sua superioridade naval e prestígio político, Atenas recebeu delegações apoiando-as à guerra contra os persas, o maior inimigo grego da época. Desta forma, a Atenas de Péricles exerceu hegemonia na Península Grega por determinado período histórico. (Cf. Tucídides, 1982:59).

Na evolução histórica das unidades políticas, outros Estados, isoladamente, ou em confederações têm adquirido hegemonia por determinado tempo. A hegemonia dos gregos se transferiu para o Império Romano com seu célebre concerto, a **pax romana**. Na Antigüidade Clássica, Roma construiu sua hegemonia na expansão da força militar e no fator de transferência de conhecimento do direito, da arte da guerra e do comércio estendido a outras localidades de seu domínio imperial.

Com o advento da Idade Moderna, Portugal e Espanha foram Estados que demonstraram descrições hegemônicas nos Descobrimentos e no comércio marítimo da Ásia e da África. Os Estados ibéricos apresentavam conhecimentos e técnicas marítimas responsáveis pelo prestígio que gozaram no início da Idade Moderna. Isto até a ascensão da Grã-Bretanha e dos Países Baixos na qualidade de Estados mais bem preparados econômica e militarmente no plano global; e pólos bastante presentes no comércio exterior daquele instante.

Na Idade Contemporânea, a Grã-Bretanha exerceu hegemonia, principalmente após o Congresso de Viena, de 1815, feito para restaurar conservadoramente a Europa das guerras napoleônicas, inclusive outorgando sua conhecida paz, a **pax britannica**, ponto de apoio a fazer valer seu conceito universal de Liberalismo e livre-mercado, pressupostos práticos do Concerto Europeu de inspiração britânica, o princípio de um sistema internacional passivo, na preferência de Gramsci. (Cf. Gramsci, 1968:8).

O período de paz na Europa, os “cem anos de paz”, após o Congresso de Viena foi possível na opinião de Karl Polanyi, na obra *A Grande Transformação*, em virtude de dois fatores: primeiro, ao equilíbrio conservador das potências e, segundo, ao teor de livre comércio continental assistido pela Grã-Bretanha, na defesa do mercado auto-regulável. Este equilíbrio perdurou até a Primeira Guerra Mundial, em 1914, após essa data, foi debelado pela contestação heterogênea dos nacionalismos da Europa Continental. (Polanyi, 1985:32).

Por conseguinte, aquela ocasião em que a Grã-Bretanha exerceu hegemonia, inerente ao mercado auto-regulável, foi particularmente importante para a Argentina. Ao tirar partido da Divisão Internacional do Trabalho existente naquele período, o Reino Unido fora o principal parceiro comercial de Buenos Aires, foi o grande responsável pelo crescimento econômico argentino a começar pelo fim do século XIX. A base desse crescimento foi o Livre-cambismo entre os países que se beneficiou, naquele ínterim, a Argentina, que era considerada um *informal member* do império britânico.

É interessante, para este fim, reproduzir a opinião do diplomata Paulo Roberto de Almeida sobre a posição brasileira no espaço latino-americano e sua ampliação de liderança que começa a ser sentina neste fim de século: “*O Brasil se encontra assim, em escala continental, na mesma situação da Inglaterra vitoriana, quando esta decretou o free trade universal do século XIX*”. (Almeida, s/ed.).

O mesmo argumento é válido para analisar a influência dos Estados Unidos como potência econômica e militar e a ex-União Soviética com poder nuclear e forte ideologia socialista, cujo ápice foi a descolonização da África e Ásia, após a Segunda Guerra Mundial, da mesma forma, a divisão do mundo em dois pólos de liderança onde o ponto principal foi a Europa. A lógica política do período da Guerra Fria era semelhante à da

“soma zero” em que a vantagem de um só poderia ocorrer com o malogro do outro participante. Assim foram encaradas as guerras do Vietnã, Coréia e Afeganistão e do Oriente Médio.

Por acaso, se a história é um cemitério de aristocracias, como salientou Vilfredo Pareto, pode se afirmar, de outro modo, que a ciência de Heródoto é um cemitério de países hegemônicos; países que exerceram sua hegemonia e seu prestígio em determinados períodos da história universal, que presencia agora a passagem de sua coroa a outros Estados com mais vigor de potência do que os anteriores; fato que contribui para a existência de uma *circulação de elites*, ou seja, Estados que apresentam supremacia hegemônica nas relações internacionais. (Pareto, 1984:78, 79).

Por conseguinte, este ponto concebido por Pareto é consoante ao de Holbraad quando este último diz que: “*É um ponto de inclusão das potências que, fortes em seu tempo, entram em decadência, cansadas de gerar políticas de poder e (por outro lado) vêm a ascensão das potências menores, estas conscientes de seu potencial e movidas pela ambição*”. (Holbraad, 1989:13).

Há grupos de determinados Estados que concorrem historicamente, na perspectiva do Realismo, para conseguir maior poder político e influência junto a outros Estados, vindo a ser elites econômicas, políticas ou militares quando substituem antigas potências na arena internacional, provocando, deste modo, uma circulação de “Estados-elites”, parafraseando Pareto. Este é o exemplo dado pela Grã-Bretanha, potência do século passado e pelos Estados Unidos, potência na atual realidade *monopolar*, sobretudo no aspecto militar e econômico deste final de século.

Então, pode-se tratar da possível ocorrência da potência emergente obter hegemonia na condução do bloco regional, não somente como princípio, mas por causa de características de sua política externa, sua complexidade econômica e, por vez, à ausência destas mesmas categorias por parte dos outros parceiros na integração regional. Com efeito, é mister reparar que a possível hegemonia brasileira, de caráter regional e específico, não seria **ad aeternum**, nem anularia a palavra da Argentina e dos outros parceiros do bloco regional.

A Argentina demonstra delegar a Brasília os negócios do plano de integração do Cone Sul. Até porque Buenos Aires pode, inclusive, balancear a influência brasileira com os Estados Unidos, cuja política é considerada ainda predominante no continente americano e de interesse primordial para a Casa Rosada. Mas no discorrer sobre os negócios do MERCOSUL, ao perceber o gênio político do autor de *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, é possível qualificar do seguinte modo a posição brasileira, bastante aprazível para as observações nacionais a respeito do Cone Sul, isto se se confirmar, **de facto**, a liderança do País:

Os acôrdos políticos regionais poderiam tornar-se acôrdos econômicos regionais em virtude dos quais a importação e a exportação 'negociadas' não se verificariam mais apenas entre dois Estados, mas entre um grupo de Estados, eliminando muitos inconvenientes não pequenos, evidentíssimos." (Gramsci, 1968:209).

Entretanto, o surgimento de tomadas hegemônicas brasileiras na América do Sul poderá acontecer também pela preferência dos Estados Unidos aos negócios políticos e econômicos da Ásia. Isto considerando aquele continente, em artigo do presidente Bill Clinton, seria o mais dinâmico na economia e o mais sensível na segurança coletiva, a ponto de preocupar a Secretaria de Estado daquele país. (Cf. Clinton, 27.09.2000:A2). A presença norte-americana na Ásia se faz em dois pontos políticos e econômicos em níveis maiores do que os encontrados na América do Sul.

Por conseguinte, faz-se político porque se houver diminuição da presença norte-americana naquela região, criará uma instabilidade de poderes em razão de desconfianças antigas entre Japão, Índia, China e Coréia do Sul, o que seria também uma questão de segurança coletiva. A presença econômica pode ser representada pela declaração do ex-secretário-de-Estado dos Estados Unidos, Warren Christopher: "*nosso coração está na Europa, nossa saúde (econômica) na Ásia*". (Christopher **apud** Oliveira 1997: 7).

Assim, com essa evolução, daria se a possibilidade de ocorrer características de hegemonia brasileira no Cone Sul. Mas tal parâmetro seria posto de modo não agressivo, negando o que haviam pensado os analistas argentinos da geopolítica, e sim com a utilização de outras tradicionais categorias de poder: demografia, produção econômica e persuasão política. E, por outro lado, o Brasil não faria combinar suas citadas categorias

de poder com a presença militar no campo do extremo Sul, pelo menos não a ponto de barrar em discórdias. (Cf. Turner, 1991:58).

O processo de integração entre Argentina e Brasil não está livre de pressupostos realistas, sobretudo do lado argentino onde há análises, exames e produção de artigos e debates sobre o peso da presença brasileira nos negócios do Cone Sul, portanto, de se reproduzir hegemonia regional. O papel do Brasil a ser representado como país de teor hegemônico pode ser reforçado no pensamento de muitos analistas políticos de Buenos Aires, ainda mais por causa da retração política da Argentina nos últimos anos. (Cf. Minvielle, 1994).

Embora a integração regional seja aceita como um imperativo dos tempos modernos, das alterações do sistema internacional, não é ainda assunto capaz de obter concordância sobre a concepção positiva que esta pode lograr à República Argentina. Há temores, dentre alguns analistas, de que a integração seja um fator desagregador do Estado-nação: “(...) a integração é perda de soberania. Exige a partilha de decisões, intenta-se por impulso do estado de necessidade, por império das circunstâncias” (Auel apud Minvielle, 1994:141).

Fica patente que a integração regional provoca temores sobre a existência de uma hegemonia regional, tornando notório uma suposta volta do ressentimento do Estado argentino nos moldes refratários ao processo de integração nos blocos regionais. Tal ação poderá ser concebida sob justificativa de o país não perder influência face à existência econômica, política e demográfica brasileira no Cone Sul. De fato, Idealismo e Realismo existiriam na mesma instituição.

O Conceito de Dependência

Durante as décadas de 1960 e 1970 se utilizou muito o conceito de dependência para examinar o processo de desenvolvimento nacional e participação internacional dos Estados do chamado Terceiro Mundo e, em particular, da América Latina no mercado mundial. Inclusive, como conceito, a dependência vai além da instrumentalização

acadêmica, já que fora amplamente utilizado pelas Chancelarias dos países dependentes nos fóruns abertos aos problemas do desenvolvimento e das reivindicações sociais.

A dependência é utilizada no estudo do sistema internacional desigual e estratificado, em que as relações entre os Estados se manifestam sob ascensão de uns e a subordinação de muitos. A idéia era propor novo conceito de desenvolvimento em substituição aos utilizados no estudo do relacionamento entre países fornecedores de matérias-primas, ou de pouca industrialização, com os de Capitalismo avançado; entre Estados Unidos e Europa Ocidental com Ásia, África e América Latina, desenvolvimento e subdesenvolvimento ou países centrais e periféricos. Na escrita de Cardoso e Faletto se lê:

“A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos no que se refere ao plano interno dos países com o externo”. (Cardoso et Faletto, 1977:27)

Uma das propostas dos mencionados cientistas sociais e outros teóricos de mesma afinidade havia ganhado impulso com o processo de descolonização começado após a Segunda Guerra Mundial, período em que aumentou o número de Estados no sistema internacional. A perspectiva da dependência pretendia, com efeito, substituir conceitos de relações econômicas e sociais entre Estados, desenvolvidos e subdesenvolvidos, por exemplo, pela dicotomia países autônomos - países dependentes.

Há críticas ao conceito de dependência e sua validade em assuntos políticos e econômicos. Uma delas indica que este conceito é algo por demais evidente no decorrer da formação nacional dos países periféricos e, sendo assim, não mereceria maiores debates para concluir algo à vista de todos com conhecimentos médios dos problemas nacionais, o que anularia sua “originalidade científica”. Além disso, a dependência imprimiria visão generalizante ao tratar os países do Terceiro Mundo, como pertencentes ao mesmo rol de desenvolvimento político e econômico.

Os partidários da dependência concluíam que as “jovens nações” ainda não haviam saído da Divisão Internacional do Trabalho pertinente a esse grupo de Estados, mesmo que estivessem num nível industrial estimado, como Brasil e México, de acordo

com o projeto de substituição de importações propagado pela CEPAL, sobretudo, aos Estados recém-industrializados da América Latina. Na visão dos teóricos da dependência, a substituição de importações provocou não só o aumento da dívida externa, no consumo de novos produtos de capital, mas revelou também propensão à concentração de renda a favor das classes média e alta. (Cf. Zerkowski, 1987:320).

Os estudiosos da dependência procuraram investigar as falhas do modelo industrializante idealizado pela entidade desenvolvimentista voltada para a industrialização da América Latina. Eles pensavam não ser necessário que um país se industrialize apenas com o esgotamento de recursos financeiros na importação de bens de capital. Seria mister que a industrialização fosse, na ótica de Cardoso e Faletto, permanente e com autonomia tecnológica. Em suma, que não houvesse dependência desta última com relação a centros mais avançados dos Estados Unidos e Europa Ocidental, lugares onde haveria o controle da dinâmica industrial, malogrando o processo de autonomia nacional para os Estados dependentes.

Na condição de críticos do modelo de desenvolvimento e do conceito de subdesenvolvimento, Cardoso e Faletto analisam os aspectos econômicos e sociais dos países da América Ibérica como um conjunto. Problemas de ordem econômica não podem ser compreendidos sem instrumentos teóricos da sociologia, pois a fonte dos problemas econômicos é encontrada nas relações e conflitos entre instituições nacionais, grupos e classes sociais com ligações com similares internacionais. Ou seja, respondem aos estímulos do Exterior.

A outra crítica, liberal ou conservadora, opina que as constatações dos estudiosos da dependência não dão contribuições relevantes porque não haveria comprovação na prática; seria fruto de debates acadêmicos e nitidamente teóricos que não levariam em consideração o papel relevante dos agentes empreendedores no país. Além do mais, os partidários da “escola” da dependência atribuem ao capital internacional papel de obstáculo ao desenvolvimento nacional autônomo. O imperativo seria maior participação no mercado global na atividade conjunta entre economia nacional e internacional com livre investimento e circulação de capital. (Cf. Zerkowski, 1987: 321).

Com relação a problemas externos, os teóricos da dependência não apresentam resoluções prontas para não marginalizar os países nos negócios internacionais, por exemplo, negociações com instituições multilaterais, a tomada da moratória da dívida externa ou qual deveria ser o tratamento dado às empresas multinacionais, têm sido críticas vindas do grupo conservador ou liberal que preferem objetivos mais ortodoxos, via integração ao comércio externo.

Assim, o grupo da dependência formula reparos a respeito das indicações e problemas resultantes da industrialização latino-americana, opinando que aquele fora um período em via de esgotamento em seus recursos intelectuais e materiais. Sobre o crescimento industrial da década de 1950 em diante, escrevem Cardoso e Faletto, que era muito difícil indicar pontos falhos no processo de industrialização dos governos nacionalistas. (Cf. Cardoso et Faletto, 1977:12).

Os estudiosos da dependência acrescentam ao debate político-econômico um estilo de análise que lhes parecia desconhecido para o período após a década de 1950: o ensaio sociológico. As classes sociais, como dinâmica interna da sociedade, são categorias a ser utilizadas nos estudos a respeito do desenvolvimento industrial em ligação permanente com a dinâmica econômica dos grandes centros internacionais.

Na formação de um Estado latino-americano, com o caráter de dependência, havia presença dos embates sociais à procura de influenciar a esfera pública e utilizá-la, no possível, a serviço da classe mais bem preparada. É interessante notar que para Cardoso e Faletto as classes sociais são ativas, participam dos destinos de seus países, isto é, a capacidade de dinamismo político, bem como a forma do conceito empregado é resultado de alianças políticas e sociais e do modo de como estas se ligam ao Exterior.

Aqui se percebe que as classes e as forças sociais concorrem para encabeçar a construção de hegemonia nacional, ou melhor, para estabelecer “*a ordem legítima*”: burguesia nacionalista, oligarquia agrária tradicional e classe média urbana. Forças sociais que procuram impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que é própria a elas, sendo que sua atuação na esfera externa será em extensão dos grupos internacionais mais presentes (Cf. Cardoso et Faletto, 1977:18).

Os autores de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* se filiam à corrente de novos debatedores das ciências sociais, cuja idéia era renovar os estudos sobre os Estados nacionais sem ou com pouca industrialização, substituindo conceitos que, para eles, já haviam se esgotado como categorias científicas para dar cabo das complexidades teóricas presentes no novo quadro de desenvolvimento dos países latino-americanos e do Terceiro Mundo em geral.

Mesmo sendo um quadro da CEPAL, Celso Furtado critica a construção de parques industriais apoiados somente na substituição de importações com controle dos grandes centros industriais, detentores da cadência tecnológica e científica. Aparentemente em concordância com Cardoso e Faletto, o autor de *Formação Econômica do Brasil* escreve a respeito do tema: “*O progresso tecnológico, necessário à produção das coisas mais simples, até o automóvel, realizava-se lá fora. Ali, onde há uma expansão da renda, um aumento da produtividade, mas não uma modificação nas formas e nas técnicas de produção(...). E porque ela (a modernização) está sendo teleguiada de fora*” (Furtado, 1981:123).

Os estudos sobre a dependência se revelam em dois modelos: marxista e “realista autárquico”. O marxista defende, grosso modo, o pensamento de que os países não industrializados ou dependentes são membros da lógica econômica de exploração pela qual os países centrais teriam poder de decisão e a cadência do sistema internacional, por intermédio de indústrias multinacionais e de instituições sob influência de seus governos. Há também de dizer da conjugação do Marxismo e Terceiro-Mundismo que milita tanto contra o modelo liberal ou contra o chamado “social-imperialismo” de origem soviética, uma outra ala da opressão. (Cf. Merle, 1981:60).

Em princípio, a análise marxista reproduz o conceito de lutas de classes da política doméstica, como fora concebido para a esfera externa. Os países centrais industrializados simbolizariam a burguesia e, o mundo periférico, seria simbolizado pelo proletariado fornecedor real de riquezas. O antídoto contra tal moléstia seria a “revolução internacional”, o rompimento da ordem econômica global desfavorável à maior parte do Globo.

A análise mais realista não advoga o rompimento do sistema internacional, é melhor tirar partido das “brechas” existentes no sistema para obter vantagens com investimentos externos monitorados pelo Estado. E por último, mas não menos importante como maneira de incentivar a industrialização nacional a incluir, igualmente, uma forma de aumentar a oferta de emprego, mas sem perder de vista a vulnerabilidade econômica do país em virtude do repasse da tecnologia e à cadência de decisões dos tradicionais centros de poder. (Cf. Silva, 1987:321).

Um país com grande quantidade de capital estrangeiro e sem monitoração não poderia se apresentar na condição de país autônomo, pois sua economia seria a extensão do sistema econômico internacional, portanto dependente. Com efeito, na avaliação de Lafer e Peña, poder-se-ia aceitar o fato de que dependência extensivamente pode ser igualmente entendida nos seguintes termos: *“Dominação entendida como capacidade para influir decisivamente, pelos meios mais diversos, no conteúdo de decisões básicas de uma comunidade nacional”*. (Lafer et Peña, 1973:70).

A resolução para economias dependentes ou subdesenvolvidas não deveria ser somente procurada na substituição de importações, ou seja, na maior compra de bens de capital. É que, assim, não se compreenderia o fator preeminente do imperativo industrial: a formação de tecnologia, pois a substituição de importações, em princípio, não permitiria ao país obter determinado *saber* com aquisição de produtos importados complexos.

O ponto central era que os jovens Estados nacionais da África, Ásia e América Latina ainda estavam vinculados a vestígios do antigo “exclusivo metropolitano”, vale dizer, mesmo que se apresentassem como unidades nacionais independentes. Esses países não teriam grande margem de autonomia econômica, pois estavam muito dependentes das antigas relações comerciais da Era Colonial, conforme a visão de João Manuel Cardoso de Mello. (Cf. Mello, 1988:111, 112).

Esta é a opinião do referido professor de economia, quando versa as relações entre as ex-colônias, principalmente, com os antigos centros metropolitanos da Europa. A independência “de direito” dos Estados não seria o suficiente para anular a lógica do mercado internacional, baseado no “exclusivo metropolitano”. Novamente a questão é saber se haveria possibilidade de existir, nos blocos regionais, um sistema econômico em

que alguns Estados participantes teriam pouca margem de ação, simbolizada numa interdependência de caráter assimétrico.

A admissão de condutas liberais de tendência anti-regulatória, sendo entendida como neoliberal na América Latina, faz parte dos debates a respeito dos processos de integração entre países de pesos distintos, na averiguação de Keohane: *“O liberalismo é às vezes associado a uma doutrina que subestima a natureza das relações de poder, exagera a estabilidade dos mercados e ignora as assimetrias de poder e riqueza”*. (Keohane, 1992:169).

Para a manutenção de alguns poderes públicos dos Estados latino-americanos seria preciso que houvesse, nas décadas de 1950 a 1970, uma base industrial e tecnológica para a emergência da economia moderna, para escapar à lógica da dependência internacional: a criação de instituições estratégicas para dar sustento às indústrias, oferecendo-lhes estímulos e, ao mesmo tempo, formando combinações entre a empresa nacional, a corporação multinacional e o centro de apoio governamental seriam o ponto crucial para a interdependência assimétrica do Estado nacional na era de globalização. (Cf. Lafer et Fonseca Junior, 1995: 46).

Em parte, tanto a Argentina quanto o Brasil promoveram uma industrialização com relativa autonomia tecnológica naquele prazo de tempo e com os efetivos estudos sobre modelos de desenvolvimento nacional pela CEPAL. Essa autonomia fora constatada na fabricação de diversos produtos: indústria química, siderúrgica, elétrica, papel, enfim, indústria de base que fora relegada, a partir da década de 1980, pelo ex-ministro argentino, Martinez de Hoz, escreve Helio Jaguaribe. (Cf. Jaguaribe, 2000: 36).

Subseqüentemente, neste final século, se pode aplicar o conceito de dependência, e sua versão interdependente, nas relações econômicas entre Argentina e Brasil na medida que o parque industrial argentino vem a ser menos competitivo, a cada passo, com perda da tecnologia em produtos industrializados em comparação ao Brasil; parceiro tão imperativo neste momento para o equilíbrio comercial do vizinho platino, mas que pode quebrar a “harmonia” sob a qual se estabelece o bom relacionamento entre os dois sócios do MERCOSUL.

Neste caso, aplica-se o conceito de dependência com menção a um país, ainda relativamente industrializado, mas com pouco poder de aquisição de novas tecnologias. Boa parte dos produtos sofisticados, que agregam tecnologia, é importada e essa importação é resultante, inclusive, de programas governamentais, pois o retorno ao agronegócio também seria projeto da sociedade civil argentina, da classe média, cujo consumo se volta para produtos estrangeiros, melhores e mais baratos em comparação aos similares nacionais.

Observa-se que a crítica feita pela análise da dependência, mais realista, pode ganhar propósito no MERCOSUL: a cada ano a economia argentina deixa de ter autonomia para formular suas política para o setor. Mesmo a importante esfera industrial, passa a se interligar com o vizinho brasileiro à procura do maior mercado, em comparação ao nativo, pelo tratado de integração, sendo que Buenos Aires é também o grande centro de investimentos brasileiros. Até 1998, havia mais de 340 iniciativas de empresas brasileiras na Argentina, intenção que contou com a intermediação da ADEBIM-Associação dos Empresários Brasileiros para a Integração do MERCOSUL. (Cf. Ardisson, 1999:54).

Neste ponto, não haverá economia nacional ou controlada internamente no raio de ação do MERCOSUL. Haverá uma economia conjunta liderada regionalmente pela brasileira. Com relação à Argentina, esse processo dá-se pelo desmonte de seu parque industrial, pela emergência da economia primária, em primeiro plano, e pela vulnerabilidade política de Buenos Aires frente às questões internacionais a qual chega, às vezes, a abrir mão de instrumentos de regulação pública, por exemplo, a retirada do Estado no comando das telecomunicações e do transporte aéreo, deixando de legislá-los; visto que as telecomunicações e demais pontos de infra-estrutura são concessão do poder estatal. (Cf. OESP, 15.08.1996, A: 3).

O Conceito de Interesse Nacional

As relações econômicas e políticas entre Brasil e Argentina são também imbuídas de interesses conceituados de nacionais para os respectivos governos e para algumas

associações que participam dos debates econômicos e diplomáticos entre estes países. Mas é preciso definir o que são interesses nacionais neste caso, em que o citado conceito sofre mutações, às vezes, ao gosto de grupos organizados, dispersos pelo território e conflitantes entre si, que exigem, para obter capacitação, a regulação do poder estatal. Em outras palavras, na sugestão de Deutsch, grupos de interesses que influenciam nos assuntos de política exterior. (Cf. Deutsch, 1978:74).

Para melhor precisar o termo, vê-se que não são apenas interesses, **lato sensu**, de países. São igualmente interesses de grupos organizados que se vinculam à soberania do Estado, tirando partido da transformação por que passa este último: a retração no controle sobre comunicações, algumas áreas do transporte e informática. Convencionou-se pensar o termo interesse nacional como a união complexa de vontades particulares representadas pelo Estado; uma instituição com poder suficiente para se expressar em nome de todos os grupos interessados, alojados em sua envergadura, no Exterior.

Este papel de proteção de interesses nacionais no Exterior é, além disso, acompanhado pela função de coordenador das atividades políticas, econômicas e sociais na arena internacional, a saber, coordenação presente em especial na função diplomática e na projeção do poder de manobra. A idéia de manobra imprimida como conjugação do poder militar com o arregimento político e econômico, sob a proteção e a articulação estatal representada pela própria diplomacia, quando esta procura adquirir espaço privilegiado no cenário internacional, de acordo com observação de Oliveiros Ferreira:

“De fato, como a função do Estado é igualmente proteger os interesses privados de nacionais estabelecidos além-fronteira, e como da realização além-fronteira do excedente depende (ainda que em grau pequeno) o êxito da função coordenadora estatal no espaço internacional, pode dizer-se com boa margem de acerto que a defesa desses interesses integra também o que se pode definir como interesse nacional, e que a manobra deve considerá-los da mesma maneira que a ação diplomática, incentivá-los e protegê-los.” (Ferreira, 1988:145,146).

Assunto concernente ao MERCOSUL, não há como afirmar, de imediato, que este bloco regional contribui para a fomentação dos interesses do Estado brasileiro ou argentino, mas sim de grupos organizados dos países, a saber, parte do empresariado com

atuação no mercado exterior, sindicatos de várias categorias profissionais (solidários aos similares regionais), burocratas federais e outras agremiações com capacidade de fazer relações internacionais. O problema de se definir o que é interesse nacional no Mercado Comum do Sul torna-se um obstáculo em virtude da complexidade da economia e da sociedade brasileira, de acordo com a demonstração do diplomata Sérgio Danese:

“Eles (os interesses não definidos) dificultam a definição clara da prioridade sul-americana como interesse nacional do Brasil e de seus vizinhos e impedem uma visão mais clara dos reais interesses nacionais e regionais em jogo, porque reforçam percepções de cisão e falta de coesão nacional e infra-regional e confundem nossos parceiros e interlocutores regionais, que neles percebem, com razão, sinais de fraqueza estrutural negociadora”. (Danese, 05.12.2000, A:3).

Tarefa difícil de qualificar o que são interesses nacionais ao verificar que, em muitas ocasiões, acontece aquilo que outrora fora observado por Gramsci: grupos privados e públicos que podem defender, em conjunto, seus interesses como se fossem gerais de toda a unidade nacional. Ou seja, constituir pressupostos políticos para a emergência da hegemonia, bem como sua aceitabilidade no Estado ou na sociedade internacional, o que é igualmente uma maneira de outorgar legitimidade e consenso em torno da política exterior adotada.

Os estudiosos José H. Rodrigues e Ricardo Seitenfus, cujas opiniões são de que a política externa dos Estados nacionais tem ligações com a esfera doméstica, ao ver que uma é conseqüência da outra. Este fato demonstra as complexas relações de interesses nacionais, ao compreender a dificuldade de versar sobre o termo, e também na tentativa de precisar o que são, de fato, vantagens do Estado. Há interesses singulares e individuais que, em conjunto, se transformam em Poder Nacional, porque instrumentaliza as funções estatais.

O Poder Nacional se expressaria na união de vários elementos, recursos humanos, econômicos e geográficos, cada um sendo um tipo de interesse nacional. Razões de vantagens importantes nas relações internacionais são componentes do Poder Nacional, mas que não existem de forma única, como o econômico e o exterior, de acordo com Rodrigues e Seitenfus: *“Desse modo, o Poder Nacional (legítimo interesse) é um*

conjunto de elementos, constituído por vários elementos e influenciado por diversos fatores, que exprime por formas diversas. O Poder Econômico é uma forma singular e individual do Poder Nacional, assim como o poder exterior é uma singular expressão deste poder”. (Rodrigues et Seintefus, 1995:28).

Por conseguinte, os planos de integração entre Argentina e Brasil ainda não são bem admitidos por alguns analistas argentinos da geopolítica, quando se referem ao conceito de interesse nacional. De início, o que seria a união de interesses nacionais para o bem comum da região, considerando o interesse nacional também sob conjugação de interesses (Em harmonia), tem oportunidade de se revelar numa categoria paradoxal para a manutenção de forma das expressões de poder do Estado argentino.

O que seria a possibilidade de integrar Estados, de ver a integração de espaços pouco dinâmicos, norte da Argentina ou a região da Patagônia, se transformaria em motivos de conflitos constantes, pois reapareceria a idéia de desagregação territorial tão cara para o pensamento realista nas relações internacionais. Na visão de um desses autores a questão poderá ser:

“Reapareceria a idéia da desagregação territorial ao afirmar a necessidade de acompanhar a iniciativa por coincidir com o ‘interesse nacional’, já que seria factível(...) que a ‘vinculação entre o norte argentino e o Brasil’ ajudasse a desvincular o território norte da Argentina porque, ‘por consequência lógica, a extensão até a periferia de obras de infra-estrutura, desenvolvimento econômico-social e cultural tenderá a favorecer o Estado que melhor ocupe o espaço desguarnecido.” (Koutoudjan **apud** Minvielle, 1994:141).

Desta forma, há pressupostos realistas de política externa junto ao Idealismo do tratado de integração regional e seu desdobramento no Mercado Comum do Sul. Fica patente que ainda há busca do “interesse próprio” com as possíveis conotações, mesmo que seja além do Estado, agente primeiro da política internacional. O interesse próprio se dá pela maximização de ganhos por parte de determinados grupos exportadores brasileiros que agem de forma complementar às orientações do governo. (Cf. Lafer et Fonseca Junior, 1995: 49).

Como resultado dessa empresa, pode-se pensar não somente na dependência evidente de Estado a Estado, como ficara patente para os teóricos da dependência, mas de sociedade civil a sociedade civil que, no cálculo final, resulta numa forma de dependência de sociedades mais frágeis. Em outras palavras, uma determinada sociedade pode vir a ser dependente, no âmbito comercial, importação e exportação, de outra sociedade com maior recurso econômico ou tecnológico; uma dependência entre duas sociedades.

Pensa-se o conceito de sociedade civil, no conjunto dos blocos regionais, ao estilo do marxismo, ou seja, como reino das relações econômicas e privadas em que emergem interesses que às vezes são conflitantes entre si. A organização empresarial, industrial e comercial seria a base da sociedade civil, seu centro de operação, cuja manifestação vai além do espaço do Estado nacional, transcendendo-lhe. De outra forma, para citar o pensador de *A Ideologia Alemã*, o Estado seria sua afirmação nacional com relação aos negócios externos, assim na percepção de seus autores:

“A sociedade civil compreende todo o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa, e nesta medida transcende ao Estado e a nação, embora, por outro lado, tenha de se fazer valer em relação ao exterior como nacionalidade e de se articular como Estado em relação ao exterior”. (Marx et Engels, 1982:71).

Verifica-se que no aspecto da sociedade civil, conforme a lembrança de Gramsci, não há necessariamente, nítida divisão entre a instância particular (econômica) e a pública no Estado, porque haveria, deste modo, confluência entre os dois grupos que se influenciam. A vida comercial e industrial necessitaria, em algumas ocasiões, da regulação crucial da burocracia estatal para fins de política internacional. Esta regulação é, para Danese, o ponto decisório que permite a filtragem e o diálogo dentre os diversos grupos de interesses setoriais e regionais para que venham a ganhar dimensão internacional. (Cf. Danese, 05.12.2000, A: 3).

CAPÍTULO II

Recentes Transformações no Sistema Internacional

“A combatividade que se encontra em cada um de nós para defender a posse de bens e as distinções que possuímos é uma das garantias contra o despotismo e a injustiça. É um instituto do qual depende a estabilidade e a paz das nações”.

Edmund Burke

A década de 1980 é marcada, *inter alia*, pela democratização da América Latina, mas também é o período em que se agravam as condições econômicas e sociais da região, entre as mais importantes razões, por causa da crise da dívida externa. Ao mesmo tempo, a América Latina passou por uma relativa marginalização econômica junto à Europa e aos Estados Unidos. Aqueles centros elegeram o sudeste asiático como o principal receptor de investimentos. Assim, os países sul-americanos, a exemplo da Comunidade Européia, procuram se organizar em blocos regionais, como o MERCOSUL, para melhor inserção internacional deles no século XXI.

Transformações no Plano Global

A evolução dos planos regionais, substanciados em blocos de poder, passou a ganhar novo impulso a partir de importantes eventos que marcam as transformações no sistema internacional. A formação do MERCOSUL, da APEC, do NAFTA e a agilidade no processo da unificação européia, pelo Ato Único de 1987, é resultado de mudanças pelas quais passa a comunidade de Estados nacionais ao adentrarem às décadas de 1980 e 1990. A decomposição da União Soviética, após a abertura político-econômica comandada por Mihail Gorbachov em 1985, a ascensão econômica da China Popular e as iniciativas de paz no Oriente Médio fazem parte desse histórico. Estes são fatos de grande relevância para examinar o abalo por que passa o sistema internacional.

Outro aspecto, não menos importante, se ao levar em consideração o poder de certas alterações no sistema interestatal, provocado pelo avanço da tecnologia em escala mundial que está fomentando diferenças de desenvolvimento entre os Estados

denominados centrais e periféricos. Cita-se a forte alteração no processo tecnológico, na qualificação científica e industrial responsáveis pelo prestígio ocupado atualmente pela informática, pela comunicação instantânea e pelos insumos mais sofisticados que se tornaram o ponto-chave para o desenvolvimento econômico nacional, portanto um fator de alteração do sistema internacional quando estes domínios tecnológicos são adquiridos por Estados denominados periféricos.

Sublinha-se que há mudanças no sistema mundial, levando em consideração que o concerto interestatal apresenta algumas modificações, mas não são importantes a ponto de alterar sua natureza que é a busca pelo poder e a conservação da assimetria entre as unidades políticas. Consta-se que, com o fim da Guerra Fria, o mundo consolidou seu ordenamento sob a égide da **pax americana**, da presença da República estadunidense em escala mundial. O que se afirma, neste caso, é que a ordem internacional, substanciada pela existência de Estados-nacionais soberanos deixa de se estabelecer sob uma coerção britânica (século XIX) ou heterogênea (com a existência da ex-União Soviética) para vir a ser, paulatinamente, norte-americana.

Procura-se definir o conceito de ordem internacional em cotejo a desagregação do espaço soviético na década de 1990, como foi amplamente difundido pela imprensa, ao averiguar que a União Soviética não havia feito qualquer tipo de oposição às forças aliadas pró Estados Unidos na Guerra do Iraque em 1991, bem como ao desaparecimento do bloco socialista. Portanto, haveria acabado a ordem e o equilíbrio de poder exercido pelos dois países detentores dos maiores gastos na corporação militar: pesquisas em novos armamentos e na manutenção de grandes contingentes estacionados em todo o mundo.

Por conseguinte, se vê que o sistema político e jurídico internacional, básico para a regulação dos Estados não havia sofrido, de fato, transformações em sua essência. Verifica-se a conjugação de Estados, em forma assimétrica, ao se encontrar em relações de proeminência e subordinação permanente, ainda que venham existir contestações por parte de potências emergentes para minar a homogeneidade do sistema de Estados soberanos sob o signo da ordem desigual, não se alterou em nível substancial.

Nessa ordem, o princípio de soberania com representação diplomática nos relacionamentos interestatais, apesar das fissuras, têm existido. Para tanto, neste texto se evoca a visão de Aron sobre o tema, quando opina que houve várias alterações no sistema internacional sem comprometer, contudo, a ordem estabelecida entre as unidades políticas: a Revolução Francesa de 1789 ou a unificação alemã de 1871 são exemplares a este fim. (Cf. Aron, 1986:217) Destarte, com o fim da experiência do socialismo soviético se malogrou a *heterogeneidade* do sistema, mas não sua ordem que ainda persiste na via internacional.

Houve sim, a partir da década de 1970, a iniciação de um esfriamento do confronto ideológico e militar entre os dois blocos sedimentados para assistir ao crescimento da importância em assuntos ligados à busca da autonomia tecnológica, à economia e comércio internacionais. Se, de início, a *détente* promovida pelas superpotências logrou esfriar as relações Leste-Oeste, ela não conseguiu, com igual êxito, fazer com que resolvesse, a bom termo, o histórico conflito entre o mundo industrializado e o subdesenvolvido, encontrado na combinação bisseguimentada Norte-Sul. Uma combinação que perdurou até o esgotamento político do grupo chamado Terceiro Mundo.

O relacionamento dos Estados pertencentes ao sistema internacional é, em parte, mediado pelas Nações Unidas à procura de diminuir o teor *oligopolístico* da estrutura internacional, isto é, uma instituição que tenciona regular a distribuição de forças no campo político-diplomático, tornando-a menos desigual, ao menos na palavra. Por outro lado, a questão é saber se, atualmente, o sistema internacional pode ser ordenado, além da própria ONU, mas também por outro mecanismo do sistema, pela OMC - Organização Mundial do Comércio, meio regulador das disparidades econômicas (também políticas) entre os diferentes Estados que a compõem. (Cf. Lafer, 1999:75).

A questão é saber se essas instituições multilaterais, apontadas por Lafer, poderiam contribuir para findar os desequilíbrios políticos e econômicos que ainda persistem neste final de século, pois tais instituições, tão somente, não seriam capazes para alterar o rígido panorama. A ascensão econômica da China e demais países do sudeste asiático, recém industrializados que concorreram para transformar a estrutura de poder, o **status quo** internacional, são acontecimentos exemplares para demonstrar o

limite de tais organismos internacionais num mundo globalizado, conforme avalia Shiguenoli Miyamoto. (Cf. Miyamoto, 1992:6).

Para efeito de melhor definição político-histórica do referido período, é mister dizer que a competição já havia deixado de ser bipolar para se tornar multipolar, quando se considera inclusão de testes e experimentos atômicos da República Popular da China e da França; a primeira na década de 1970 e a segunda nos anos 1960. Na percepção aguda de Zbigniew Brzezinsk, o que permitiu a imagem de dualidade de poder com, o desenrolar da Guerra Fria, foi a capacidade de posição mundial dos Estados Unidos e da União Soviética (sendo esta mais no poderio militar), ao contrário da França e da China que são potências regionais. Essa ocorrência aproximou as duas sedes de governo, o Kremlin e a Casa Branca, para o congelamento do poder refratário a novos pólos de poder nuclear. (Cf. Brzezinsk, 1989:270).

Verifica-se outros eventos de particular interesse que contribuem para a nova e rápida conformação internacional, ao mencionar a possível reforma nos pontos centrais da ONU, e sua elite: o Conselho de Segurança. Portanto, eventos e modificações que exprimem novos desafios externos que exigem nova resposta à comunidade de Estados nacionais que assiste à emergência de pólos de poder com razoável importância: União Européia e Índia, exemplarmente.

São acontecimentos que, em conjunto, permitem várias análises sobre os futuros das unidades políticas em seu relacionamento variado. Ao levar em consideração as recentes alterações no papel coercivo e de controle do Estado nos campos produtivos, econômicos e culturais, há autores que antevêm o fim das prerrogativas do Estado nacional em virtude de fortes correntes *globalizantes*, permitindo uma onda de intercâmbios irreversíveis sob o crivo de grandes corporações transnacionais.

Mais, não apenas o fim do Estado, como também das ideologias e até da geografia simbolizada pelas fronteiras interestatais. Tudo isso em prol da economia liberal que, ao terminar o confronto ideológico, voltaria às raízes clássicas do livre-cambismo do século XIX. Mas, desta vez, uma economia liberal neoclássica sob a envergadura norte-americana seguida pela União Européia, ambas com pregação, para outros blocos, pela abertura de mercados.

E, por outro lado, não se pode deixar de citar os realistas e neo-realistas, com sua dúvida e prudência a respeito dessa mesma emergência liberal e de teor internacionalista à moda do presidente Wilson. Essas ocorrências, para o mencionado grupo, seriam uma forma de obter poder e prestígio no espaço de desigualdades e assimetrias entre os Estados nacionais. Veja-se a liberalização econômica e do afrouxamento institucional na esfera doméstica funcionando como instrumento de ascensão dos mais fortes sobre os mais fracos. Sendo assim, os blocos regionais, teriam de ser imaginados dentro de uma estratégia de projeção e de resistência.

Essas realizações oferecem duas concepções acerca da alteração na ordem internacional de caráter bipolar entre as duas superpotências, isto é, entre Estados Unidos e ex-União Soviética: uma positiva e outra negativa. A primeira seria ascética porque contribuiria para romper a visão “oligárquica” constituída pelos países capitalistas centrais, tradicionalmente postas nos primeiros planos na ordem internacional com amostras de desigualdades herdadas da Era Colonial.

A segunda concepção seria fazer da malha internacional algo em favor dos mais bem preparados nas categorias consagradas de poder; voltando maiores atenções para a reorganização da política interna e arregimentando condições essenciais para a externa, isto, é claro, ao se tratar de países de regime democráticos. Ao sofrerem pressões de determinados grupos domésticos alguns países desenvolvidos preferiram rever alguns pontos de sua atuação no Exterior.

Sobre esta passagem, escreve Henry Kissinger, a respeito do relativo poder militar dos Estados Unidos, que está passando por grandes mudanças neste fim de século: “*O poder militar relativo dos Estados Unidos irá gradualmente diminuir. A ausência de um inimigo evidente resultará na pressão interna para o uso de recursos de defesa em outras prioridades, processo que já começou*”. (Cf. Kissinger, 1994:24).

A concepção positiva era encontrada basicamente no fim do histórico conflito entre as duas maiores potências nucleares, o que ocasionaria, em princípio, num período de paz com desenvolvimento sustentável para os Estados periféricos, solicitantes de equidade e de aumento de direitos nos negócios mundiais. É mister dizer que

superpotências são os Estados, cuja presença e poder são constatados em todo o mundo, inclusive para valer seus interesses quando esses estão em jogo.

Visto que havia a esperança, depois tornada como irrealista com o fim dos embates da Guerra Fria, de se obterem mais recursos financeiros por parte dos Estados menos desenvolvidos junto aos Estados Unidos e a Europa, porque havia a opinião de que as potências mundiais deixariam de gastar grandes somas em investimentos, em compras e pesquisas militares para fomentar a “indústria da guerra”. Havia a idéia de que tais recursos poderiam ser investidos nos países pobres, o que seria a aplicação de certo otimismo. (Cf. Lafer et Fonseca Junior, 1995: 39).

Efetivamente, as superpotências deixariam, de igual modo, de se procurar com certos pontos de instabilidade política espalhados pelo planeta, semelhantes a algumas áreas do Hemisfério Sul, para se preocuparem com seus problemas internos, caso mais patente com a ex-União Soviética. Países considerados teatros naturais para os embates ideológicos e suscetíveis a guerras civis encontradas facilmente são Afeganistão, Angola, Nicarágua e El Salvador, que passaram a não atrair grandes atenções neste fim de século.

A concepção negativa surge, justamente, da frustração que os Estados periféricos demonstraram ao constatar a permanência do desequilíbrio, inclusive, o parco espaço de desenvolvimento junto ao grupo dos países economicamente mais ricos. Conservaram-se relações assimétricas em que as capacitações científicas, tecnológicas e econômicas são componentes agregados aos centros mundiais de poder, mantendo-se o fosso existente entre as duas categorias de países. É o que demonstra claramente Paulo Nogueira Batista Júnior em citação às trocas comerciais: as maiores economias respondem por 80% da produção da circulação internacional. (Cf. Batista Júnior, 1997:12).

Com efeito, a extrema rapidez pela qual circula o capital internacional que, dentre outras coisas, é resultado daquilo que se convencionou chamar “globalização” contribuiu justamente para resultar numa espécie de “globalização assimétrica” O que aumentou ainda mais a vulnerabilidade dos países de pequeno e de médio desenvolvimento da América Latina, África e Ásia Ocidental. Em parte, esta crescente diferença se dá também pela depreciação dos produtos primários e de baixo valor agregado no mercado internacional.

Por outro lado, a posição dos Estados Unidos na condição de “hiperpotência” é, além do mais, uma amostra desse sistema internacional transformado que está em via de uma nova consolidação, mormente, com a ascensão da União Européia e com o reordenamento que os Estados de média potência passam a oferecer no sudeste da Ásia e na América Latina, como o MERCOSUL. Vale dizer, reordenamento que procura substituir o antigo embate Leste-Oeste por uma nova versão Norte-Sul, sob uma nova conjugação de Estados, em que o eixo de atuação poderá se dar em acordos de blocos internacionais.

Sobre esse ponto é pertinente ressaltar qual tipo de balanço de poder substituiu a antiga relação bipolar do tempo da Guerra Fria. Pode-se acreditar que o terreno no qual se firma a hegemonia norte-americana tende a assumir dois aspectos: um unipolar e outro oligopolístico. Unipolar em virtude da capacidade militar norte-americana de se fazer presente em todo o Globo terrestre, ainda mais em virtude de seu prolongado crescimento econômico sentido em todo o mundo.

E é oligopolístico em razão desse poder ser preeminente em prol dos Estados Unidos, pois este poder é, na avaliação de Carsten Holbraad, originado no reconhecimento da existência de outras grandes potências, Rússia, Alemanha, China e Japão; potências que, por sua vez, recebem o consentimento de países menos preponderantes em seus subsistemas regionais como sócios condôminos. Esta elaboração permite pensar na política hegemônica escalonada tendo a grande República norte-americana a junção da maior parte das categorias de poder em comparação às primeiras. (Cf. Holbraad, 1989: 15).

Isto faz com que o ordenamento do sistema internacional passe a ser exercido pelo equilíbrio de equações regionais, lideradas cada uma delas por um Estado preponderante e, ao final, todos contemplados pelo guarda-chuva dos Estados Unidos da América, porque somente este último país apresentaria condições de unificar as mais importantes fontes de poder: poderio militar, atrativo ideológico, estabilidade política, conquistas tecnológicas, alianças diplomáticas, enfim, influência global.

No entanto, é necessário frisar que o caráter de hiperpotência com sinal decrescente que acompanha a República norte-americana é vista, relativamente, no campo

estratégico. Nos aspectos econômicos e tecnológicos, aponta Helio Jaguaribe, ainda que os Estados Unidos estejam em primeiro plano, assistem à escalada de novos pólos de poder que possibilitam fomentar um mundo multipolar, cujas novas fontes são a União Européia, a China e o sudeste asiático sob o predomínio econômico japonês. (Cf. Jaguaribe, 2000: 27).

Nesse ponto, pode se opinar que o mundo passa por um novo sentido de equilíbrio, no jeito de pensar de Raymond Aron: *“Creio, portanto, num mundo em que os Estados Unidos são poderosos. Acho que o mundo será mais seguro (safer) e melhor se tivermos os Estados Unidos, a Europa, a União Soviética, a China e o Japão todos eles poderosos e sadios, (healthy) não se atirando um contra o outro, mas em verdadeiro equilíbrio (even balance)”*. (Aron **apud** Mello, 1996:68)

Assim, após a derrocada da experiência socialista do leste europeu, o mundo passou por grande intensificação de acordos multilaterais e de planos políticos e econômicos. O malogro da experiência socialista de inspiração soviética não apenas desestruturou o conceito de economia planejada no nível internacional, mas também desestabilizou o modo pelo qual eram praticadas as relações internacionais por intermédio da transição a um novo concerto naquela região. De fato, alguns destes acordos já eram exercidos desde a Segunda Guerra Mundial. Mas, a partir da década de 1980, os debates e encontros sobre integração regional se tornaram comuns, contribuindo para a emergência de novos acordos internacionais.

Apontam-se vários motivos para o surgimento de planos de integração regional no campo internacional. Adota-se, neste caso, a razão das rápidas transformações por que passaram os Estados-nacionais no que se refere ao controle do espaço territorial, dos investimentos, da comunicação e das culturas étnicas à procura de autonomia nacional. O Estado atual deixa paulatinamente de exercer controle efetivo sobre aplicações financeiras e informações em seu espaço primeiro de atuação, o território nacional, e passa inclusive a participar de órgãos multilaterais de influência como o antigo GATT, que procurou, pela Rodada Uruguaia de 1986, ampliar as trocas comerciais. (Almeida, 2000: 22).

Esta ação dinâmica relacionada acima torna anacrônico qualquer projeto de desenvolvimento autocentrado; esta assertiva é encontrada no livro *Era dos Extremos*, na

explicação de Eric Hobsbawm: *“As próprias unidades básicas da política, a Estados-nação territoriais, soberanos e independentes, inclusive os mais antigos e estáveis, viram-se esfacelados pelas forças de uma economia supranacional ou transnacional e pelas forças infranacionais de regiões e grupos étnicos secessionistas”*. (Hobsbawm, 1994:20)

No aspecto da transformação do comércio internacional, se pode indicar a recente industrialização do sudeste da Ásia, ou seja, grupo de países que nos últimos trinta anos deixou de ser conhecido com a imagem de eminentemente agrícola e passou a ser grande exportador de manufaturados. São daquele grupo regional países como Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan que se integraram à órbita de investimentos japoneses, atuando também como ponto de suma importância para a estratégia norte-americana na Ásia das décadas de 1960 e 1970.

Outro fator de grande relevância neste aspecto é a emergência da China na condição de país a caminho da industrialização e da representação de potência regional, cujo início se deu, no final da década de 1970, com as “quatro reformas”: na agricultura, na tecnologia, na indústria e no exército. A contar com crescimento da ordem de 9%, em média, a China tem se apresentado como receptor mundial de investimentos, processo que faz seu produto interno bruto real crescer com grande velocidade.

Há fatores importantes para a emergência econômica da China: estabilidade política assegurada contra tomadas de contestação e greves, grande quantidade de mão-de-obra a baixo custo, promissor mercado consumidor e liberalização econômica, apesar de controlada fora das zonas especiais de industrialização; posição estratégica no sudeste asiático, atuação financeira privilegiada em relação aos Estados Unidos (parceria favorecida) e a outras potências econômicas.

A industrialização por que passam alguns países da Ásia tem contribuído, de certa forma, para a formação de blocos econômicos regionais, bem como as transformações que alteram algumas funções tradicionais dos Estados-nações, especialmente na cooperação de atividades antes resguardadas ao interesse da comunidade científica local. Assim, com a união de algumas atividades em pesquisa tecnológica se dá a tentativa conjunta, o projeto “Eureka”, patrocinado por grandes empresas européias. Aquele projeto é bastante

expressivo para demonstrar a união de vários empreendimentos científicos nacionais da Europa para competir, em conjunto, com outros centros de pesquisas dos Estados Unidos e da Ásia.

O poder de regular atividades trabalhistas no modo de árbitro acima das classes sociais tem sido exercido pelos governos da China e, em menor medida, da Coreia do Sul (que adotara a democracia) e outros Estados que compõem os grupos dos países recém industrializados. Esses governos, quando não legislam sobre conflitos trabalhistas, nos modos ocidentais, ou não permitem certas manifestações políticas e sindicais por parte dos trabalhadores, imprensa livre e greves, contribui para o barateamento do produto manufaturado asiático no comércio internacional, criando grandes chances de concorrência com produtos cujos fabricantes vivem sob ordenação rígida nas tributações, conforme a queixa dos governos “tatcheristas” e democratas-cristãos.

Assim, produtos chineses que são fabricados a baixo preço e mão-de-obra barata, gozam de vantagem quando são comparados a produtos de origem européia, cuja produção é acompanhada de legislação trabalhista e de direitos sociais encontrados na Europa Ocidental. No final das contas, empresas britânicas, francesas ou alemãs, lugares com forte presença social-democrata, não podem acompanhar o ritmo de produção e características sociais presentes nos Estados do sudeste asiático.

Ao se tratar de salários, repara Ignacio Ramonet em seu livro *Geopolítica do Caos*, que os vencimentos pagos na China, Tailândia, Malásia e Indonésia são da seguinte ordem: “Atualmente, na região Ásia-Pacífico, um bilhão e meio de trabalhadores ganham entre US\$2,5 e US\$44 por dia, quando o salário diário médio nos países industrializados da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e do Japão nunca é inferior a US\$95 (US\$130 na França e nos Estados Unidos, US\$198 na Alemanha)”. (Cf. Ramonet, 1998:20, 78).

Efetivamente, os Estados da Europa Ocidental passaram por um conflito, que começou na década de 1970 como prefere Norberto Bobbio, encontrado na disputa entre “Estado Social contra Estado Fiscal”, como ficou patente na ascensão dos governos conservadores ou democrata-cristãos, em especial no Reino Unido. (Cf. Bobbio et alii, 1997). Entende-se por Estado Social o instrumento de bem-estar presente nos governos

trabalhistas ou da social-democracia da Europa continental, atribuindo universalmente direitos a toda população: manutenção de benefícios da seguridade social, educação e saúde pública. São direitos resultantes de forte tributação sobre a renda que, no caso alemão e inglês, chegara ao índice de 60% de seus orçamentos. (Cf. Hobsbawn, 1996:279).

Por outro lado, a negação deste último se encontra na campanha dos democrata-cristãos ou conservadores, desejosos de desmontar tal engenharia social e a forma de manifestação dos grandes e antigos sindicatos. São governos partidários do afastamento do Estado quando se trata do plano econômico produtivo para a diminuição da carga tributária, pois a reorganização industrial européia ocorre a ponto de estabelecer resistências comerciais com os exportadores asiáticos. Para isso, os europeus contam com o segundo modelo econômico-social, o Estado fiscal que, ao menos no caso inglês, tem angariado espaço.

Neste período, passou a existir pensamento de teor ideológico fruto de análises, cuja sugestão era a reformulação do Estado e da burocracia governamental, ou seja, medidas denominadas *Consenso de Washington*, muito debatidas no Brasil em virtude das eleições de Fernando Collor de Mello (1989) e de Fernando Henrique Cardoso (1994). Esse fora uma medida constituída pelo esforço em manter a abertura do comércio e a aquisição de uma moeda forte. É uma postura que, em parte, contribuiu para deixar, em segundo plano, ações de teor keynesiano para políticas públicas.

Ao reparar que além dos artigos imprimidos naquele *consenso*, dentre eles, ajuste fiscal, privatização e desregulamentação há, no prisma do embaixador Paulo Nogueira Batista, tentativa de subordinar a atividade política à movimentação econômica, fazendo com que a efetivação de uma democracia social seja relegada a um espaço menor; que sua possibilidade de existir esteja ao gosto e à dinâmica do mercado auto-regulável.

Apesar de ser amplamente utilizado na literatura política, o termo *consenso de Washington* (assim como globalização) é conceitualmente maleável e reside em terreno muito próximo à pregação ideológica. Essas medidas liberalizantes foram apresentadas no ano de 1990 não especialmente à América Latina; foram “sugestões” feitas também para a

ex-socialista Europa do Leste, região considerada grande ponto de atração a investimentos financeiros e empresariais.

O debate de tais medidas foi sentido, de forma ampla, por causa de peculiaridades geográficas, a proximidade da grande potência do continente aos países latino-americanos, em especial, ao México, primeiro país receptor das idéias “liberalizantes”. Mas é necessário dizer que boa parte do consenso já havia sido produzida durante os governos de Ronald Reagan, na década de 1980, para rever parte da dívida latino-americana. (Cf. Batista, 1995:106, 107).

No início da década de 1990, a partir da adoção do comentado programa, ganhou ânimo a opinião de que o Capitalismo entrara numa nova fase de prosperidade, uma *idade de ouro* capitalista. A oportunidade de angariar um lugar no grupo dos países desenvolvidos fora imaginado pelos Estados pobres. No entanto, diferente do ambiente do pós-guerra, a partir de 1950, a concepção de desenvolvimento e de aquisição de riquezas seria dada pelo aumento do setor de serviços e pelo comércio internacional e não, em grande parte, pela indústria nacional, conforme pensara a escola estruturalista.

Tal entendimento fora vislumbrado em resultado da integração dos países emergentes no concerto internacional, na facilidade que esses Estados passaram a oferecer a investimentos financeiros de qualquer tipo para a aquisição de moedas fortes (entende-se dólar americano). Esse comportamento foi típico na maioria dos países da América Latina e na Ásia, ao apresentar alguns países, notadamente o México sob o governo de Salinas de Gortari, governo exemplar na abertura financeira global.

A conjunção de Estados nacionais em blocos regionais seria, neste propósito, uma maneira de resistência à desagregação do poder público sobre algumas esferas que ainda não foram alcançadas pelas rápidas transformações tecnológicas: a política externa, o controle da moeda nacional e a força militar. São categorias vistas ainda como atividades estatais e, muitas vezes, pertinentes para a inserção internacional do país, é o que exprime Robert Keohane sobre esta passagem: “*A expansão dos blocos econômicos reflete as pressões da assimetria, que tanto estão aumentados os riscos econômicos de permanecer fora dos principais blocos como minando a realidade da autonomia política da opção de permanecer independente*”. (Keohane, 1992:177).

Com relação à soberania, em política internacional se reserva, a esta, o direito à autodeterminação, à autonomia e à livre escolha de governos, mesmo que seja numa realidade de interdependência. Ainda que os Estados se aproximem em acordos de integração regional, não anula alguns princípios da efetiva decisão política, como o desejo de contribuição, na forma de Estado autônomo, ao sistema internacional. Em outras palavras, procura-se conservar a fonte de exercício moral e político das unidades políticas.

Uma medida que, em princípio, não anula a relação entre regionalismo e coerência da ação estatal das unidades políticas é a permanência das prerrogativas estatais por meio das estruturas públicas, em outras palavras, o poder de Estado para sua organização doméstica e equilíbrio interno; vale dizer, na resolução para anular forças desagregadoras que podem influenciar na vida nacional, por exemplo, crime organizado, drogas, guerrilhas separatistas e crises de fronteira. Ao refletir sobre este assunto o antigo chanceler, Afonso Arinos de M. Franco, opina a respeito da relação entre afirmação nacional e cooperação internacional:

“(...) a afirmação nacional aumenta e não diminui a cooperação internacional. O mundo em que vivemos é ainda, e será por muito tempo, um mundo de Nações. Assim, o valor da contribuição dos países à obra comum de garantir a paz e a segurança nacional está na medida de sua colaboração consciente e não de sua abdicação irresponsável”.
(Franco, 1981:17)

Se for válida a assertiva de que os Estados têm de abrir mão de certos componentes da “soberania operacional”, como prefere Keohane, para fomentar os blocos regionais é, igualmente verdadeira, a idéia de que esses mesmos planos regionais só são concebidos, com segurança, a partir de Estados relativamente fortes e com legitimidade nas relações de fronteiras e com os regimes políticos internos. Esta é afirmação positiva para a evolução da União Européia e para o MERCOSUL.

No plano da economia, os acordos de integração regional contribuem para o barateamento e a circulação de mercadorias, transformando medidas de proteção aduaneira em livre mercado a longo prazo no contexto regional. Já no aspecto político, após décadas de desconfianças e caminhos conflitantes, o regionalismo ajuda na

intensificação da confiança mútua, na interdependência de fato, quando esta é por meio de consultas entre os governos que concorrem à aquisição de construtivismo: a atividade em conjunto dos países.

A formação de blocos regionais, contando com países de características econômicas, políticas e culturais semelhantes, é uma forma de evitar demasiados riscos de desagregação, ao enfrentar pressões poderosas para a homogeneização de políticas econômicas e, ao mesmo tempo, procurando competir na aquisição de investimentos e de novas tecnologias.

Mas, nos blocos existentes, há países que recebem maior atenção e representam maior papel na condução dos negócios intrabloco. São países de posicionamento hegemônico que apresentam grandes diferenças entre si, econômicas, demográficas, militares e tecnológicas com seus parceiros menores: Estados Unidos, Alemanha e, em outra medida, o Japão. Com referência ao MERCOSUL, este fator não é ausente entre o Brasil e seus parceiros.

Por força desta realidade, o tratado do Cone Sul é a evolução de esforços conjuntos para fomentar a integração econômica entre quatro países da sub-região, os quatro países que integram a bacia do Prata. A partir dos debates do Tratado de Assunção, de 1991, o MERCOSUL se torna o segundo plano de integração econômica, de fato, existente; o primeiro é a União Européia, cuja evolução vem desde 1957, com o Tratado de Roma.

Transformações na América Latina

A América Latina não ficou incólume às alterações internacionais pelas quais passaram a sociedade dos Estados nacionais no campo global. Com o fim do conflito político e ideológico, típico da Guerra Fria, a região procurou um modo de se afirmar frente a tais ocorrências no plano mundial à procura de demonstrar sua relevância que, em parte, fora perdida em conjunto com o Terceiro Mundo. Sendo que, desta vez, a ferramenta para pôr a região em evidência foi a afirmação baseada na cooperação de projetos de grande percepção no Primeiro Mundo, semelhantes aos debatidos pelos

acordos multilaterais; e não na disputa e competição pelo desenvolvimento, conforme fora averiguado na década de 1970, quando dos embates diplomáticos entre os componentes da América do Sul.

Por conseguinte, a constituição de planos de integração, como o MERCOSUL e a Comunidade Andina, são parte da reação da América Latina que adentra a década de 1990 com projetos políticos mais amplos para uma nova escalada de importância, especificamente, no subsistema platino, conforme demonstrara o Tratado de Assunção. Constituindo-se, este esforço, numa ferramenta para uma nova inserção internacional dos países da América do Latina. Tornara-se a tentativa de implementar uma inserção mais positiva em que os países não sejam totalmente vulneráveis às contingências emergentes, desfavoráveis ao mundo periférico.

Para essa finalidade, os mais importantes países da região, Argentina, Brasil e México, tiveram de encarar antigos problemas de ordem econômico e social persistentes desde o início do século XX, como a dependência aos grandes centros consumidores do Hemisfério Norte e, além desses, resistir às bruscas quedas nos valores das matérias-primas, a denominada “deterioração secular dos termos de troca”, tão cara ao pensamento estruturalista latino-americano.

Os inquietantes índices de desenvolvimento humano e o esgotamento do processo de substituição de importações adotado, após a Segunda Guerra Mundial, pelo ideário da CEPAL, são exemplares para ilustrar a perda de importância dos países latinos do continente americano no cenário mundial, inclusive com sua crise de representação coletiva no modo de Estados pertencentes ao mesmo bloco político e cultural. Tendência à procura de ser revertida se lograr progresso nos tratados regionais com a possibilidade de captar investimentos produtivos e tecnologia em benefício da região.

Ao passar pela crise da década de 1980, haveria a necessidade, de os governos latinos americanos repensarem novas estratégias para seus países no plano internacional, em razão do parco crescimento econômico da região que, em média, foi na ordem de 1,5 por ano, de 1982 a 1990. E mais, a participação regional passou de 12% após a Grande Guerra para 4% em 1980. As razões que concorrem para essa fragilidade são as crises do petróleo de 1974 e 1979 e os abalos financeiros ocasionados pela admissão da moratória à

dívida externa latino-americana, que fora presente em toda a década de 1980 em razão, dentre outras coisas, da explosão da taxa de juros internacionais. (Cf. Amorin et Pimentel, 1993:177)

No período em que houve tomadas de experiências nacionalistas de vários matizes, populista (conforme a variação de substituição de importações), socialista e autoritário-militar, a América Latina procurou caminhos que a levassem à autonomia política e econômica; à procura de abrir caminhos ao rígido modo com o qual se mantinha o sistema internacional de caráter dual e desigual para a totalidade do Hemisfério Sul. Isto é real ainda mais, para os Estados denominados “média potência” que procuravam não aceitar a resignação comum aos países pequenos, mas sem que tivessem as potências medianas, forças suficientes para fazer valer suas afirmações.

Portanto se imprimiria uma lógica de caráter refratário à ascensão de novos pólos de afirmação internacional, como a desejada formação de um autônomo sistema latino-americano de Estados, a se constituir numa unidade externa e coesa frente aos mais fortes centros de poder mundial. Essa postura era válida tanto para os Estados Unidos quanto para a União Soviética visto, igualmente, na imagem de poderoso Estado interessado no “engessamento” do sistema internacional: medida não ao gosto dos países médios: Índia, China e Brasil. (Cf. Lafer et Peña, 1973:105)

Na América Latina, essas tentativas são exemplificadas, ao menos, pela instalação do governo militar-nacionalista de Velazco Alvarado no Perú, em 1968; na ascensão, ao governo boliviano, do general Juan José Torres, em 1970 e pela eleição do governo socialista de Salvador Allende no Chile, em 1971: a primeira ascensão de um governo socialista em via da democracia representativa. E, por vez, não deixando de citar a tradicional política externa, atuação de não alinhamento aos centros hegemônicos, exercida pelo México, ao exemplificar o não rompimento diplomático com a revolucionária Cuba, quando todo o continente rompeu diplomaticamente com a Ilha.

É também ilustrativo o caso argentino na procura de obter autonomia em sua política externa, a saber, ao averiguar alternativas ao rígido sistema bipolar apresentado à América Latina. A contestação de Buenos Aires às posturas norte-americanas fora percebida na conjugação entre os governos do general Lanusse, fruto de um golpe de

Estado em 1969; e do também militar Domingos Perón, cujo retorno ao poder foi resultado de eleições populares em 1973; à Argentina também era dada a abertura de animar uma política externa independente.

A proposta da República platina, como atenta Leonel Mello, era representada pela tentativa de se formar uma ampla aliança com países de semelhante posição na área diplomática: Chile, Peru, Bolívia e Uruguai. Em outros termos, era vislumbrada oportunidade de fomentar uma aliança, sob a liderança da Casa Rosada (sede do governo argentino), com o objetivo de contrabalançar a influência brasileira no subsistema platino; influência inclusive incentivada pela potência hegemônica continental, os Estados Unidos: *“A inflexão argentina em direção aos governos nacionalistas considerados simultaneamente um risco à hegemonia americana e à segurança brasileira explicitou ainda mais a convergência de interesses entre Washington e Brasília.”* (Mello, 1996:126)

A experiência autônoma da Argentina em sua política externa teve duração breve na década de 1970, ao se levar em conta o golpe de Estado efetuado no vizinho meridional apresentou outra orientação de política externa, diferente da praticada pelos governos de Lanusse e Perón. Após 1976, o governo platino procurou transformar a Argentina no parceiro confiável aos olhos dos Estados Unidos, inclusive para efeito de um imaginado conflito com a Inglaterra, em virtude da posse das Ilhas Malvinas. Esse conflito, que ocorreu em abril de 1982, teve saldo negativo (militar e politicamente) para a República Argentina.

Nesta intenção, a prática dos governos nacionalistas era representada por dois fatores, a nacionalização das chamadas zonas produtivas estratégicas e pela contestação à presença econômica dos Estados Unidos na América do Sul. As nacionalizações foram sentidas nos setores financeiros e minerais tanto no Chile quanto no Peru: bancos, empresas de implemento agrícola, de cobre, de salitre e outros. Ao constatar que boa parte dos empreendimentos nacionalizados era de procedência norte-americana, aumentava o grau de constatação à República imperial.

Com referência à política internacional, esse período marcou formas de obter autonomia frente à hegemonia dos Estados Unidos no subcontinente americano. Ao tirar

partido da relativa importância demonstrada pelo grupo dos Países não Alinhados no arranjo da bipolaridade a América Latina, na sugestão Leonel Mello, se apresentava no clube terceiro-mundista com a filiação de alguns Estados, como o socialista Chile de Salvador Allende e o antioligárquico Perú, de Velazco Alvarado. (Mello, 1996:86, 92).

Essa posição de autonomia na economia e política internacionais foi minada durante o referido período justamente pela correlação interna entre as forças latino-americanas, substanciadas em valores de classe média com o poder de pressão proveniente da Secretaria de Estado em Washington, cujo artifício era o “*perigo vermelho e anticristão*”. Assim se deu com o golpe de Estado na República chilena, em 1973. Na Bolívia, houve a queda do governo nacionalista de Juan Torres, queda provocada pelo golpe militar de Hugo Banzer, em 1971. Aquele golpe ocorreu, inclusive, com apoio e intervenção do governo brasileiro daquele tempo. (Miyamoto, 1990:114).

Assim, a Argentina apresentou caso peculiar graças à rapidez com que migra da posição autônoma e independente para um vínculo pró-Estado Unidos, a começar pelo golpe de 1976. Aquele golpe é caracterizado na condição de um “autoritarismo economicamente destrutivo” e “politicamente repressivo”. Era de grande monta a vulnerabilidade econômica e política da República platina, por causa da frágil questão quase bélica do Canal de Beagle com o Chile e o problema ocasionado pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Seriam três questões que, se resolvidas a favor da Argentina, fariam com que a balança de poder fosse favorável a Buenos Aires.

Aqueles foram resultados de bruscas mudanças de governos que contribuíram para o aumento do caos político que passara a existir na República do Perú, do desacreditado governo de Alan García. Governo esse não confiável, inclusive pelas direitas argentina e brasileira. A saber, um governo vitimado pela guerrilha maoísta e pelo viciado sistema político e eleitoral. E, por outro lado, o refluxo da confirmação hegemônica dos Estados Unidos que elegera o Chile como país de futuro promissor para a década de 1980, já que havia “escapado” dos impasses políticos da ocasião.

Para aqueles países recalcitrantes restaria o isolamento econômico e o desgaste político que marcara os países sul-americanos no segundo lustro de 1970, denotando a opinião de que o subcontinente não teria condições de resolver seus próprios problemas.

É a imagem que ainda persiste quando se trata da administração dos recursos naturais da Amazônia ou quando a questão debatida é a movimentação da guerrilha anticapitalista na Colômbia. O passado de temor ao Comunismo é substituído pela incompetência latino-americana de governar os recursos naturais da atualidade.

Deste modo, opina o embaixador Sardenberg, América Latina adentra a década de 1980 com condições socioeconômicas bastante precárias na maioria dos países que fazem parte desta região. Apresentando problemas crônicos, como alto índice de inflação, concentração de renda, baixo grau educacional, esgotamento do modelo no qual se baseava a economia de substituição de importações e, por fim, a exclusão social, os Estados latino-americanos concorreram para aumentar o nível de marginalização que teriam de passar perante a Europa Ocidental e aos Estados Unidos da América. (Cf. Sardenberg, 1992:66).

Na primeira metade da década de 1990, quando parte expressiva dos países que compõem a América Latina adota o modelo chileno de inserção competitiva internacional, abertura de mercados e privatizações, houve o surgimento de contratempos de uma certa “ansiedade” em participar dos assuntos globais, fazendo a liberalização econômica ter ares de pregação ideológica, ainda mais quando se refere à Argentina e ao México, no começo de suas reformas econômicas e institucionais; assim aponta Paul Krugman:

“Os governos que haviam consumido meio século em busca de políticas estatizantes e protecionistas converteram-se de uma hora para outra para uma verdadeira religião de mercado aberto. Ao que parecia para muitos observadores, tratava-se do início de uma nova idade de ouro para o capitalismo global.” (Krugman, 1995:80)

Condições econômicas e sociais que contrariaram vários prognósticos em que a projeção era de desenvolvimento contínuo para a região da América Meridional, ainda mais para alguns países que haviam experimentado certo desenvolvimento econômico, por exemplo, Brasil e Venezuela. O Brasil havia aproveitado o breve período em que era grande a quantidade de “dinheiro barato” vindo das instituições multilaterais e de bancos privados que pretendiam diversificar seus negócios.

Já a Venezuela tivera forte aquecimento em sua economia que, em grande parte, é fomentada pela comercialização do petróleo. Isso se dera justamente na década de 1970, em que o produto havia subido prontamente em benefício dos países produtores: a Venezuela, o México e os países árabes membros da OPEP - Organização dos Países Produtores de Petróleo. No entanto, após esse surto, Caracas passou a sentir o desagravo de ser dependente de um produto cuja cotação muda com as perspectivas financeira internacionais.

Ao adentrar a década de 1980 os promissores, até aquele momento, países latino-americanos vêm, paulatinamente, baixar suas condições socioeconômicas, diminuiu grandemente as possibilidades de cumprir acordos e sanar dívidas adquiridas no momento de rápido crescimento. O resultado dos empréstimos desse dinheiro fácil foi o agravamento da dívida externa, ponto primordial da crise econômica e social por que passa os países latino-americanos.

Sendo também importante observar, além da crise latino-americana, a ascensão do Pacífico asiático, aquele grande espaço geográfico de atração internacional, especialmente na área de investimentos provenientes dos maiores grupos empresariais europeus, norte-americanos e japoneses. Estes são fatos relevantes que ajudam a entender, *inter alia*, a marginalização, no final da década de 1980, da América Latina frente aos grandes centros econômicos mundiais.

Por outro lado é necessário dizer que a momentânea evidência econômica vivida por alguns países da região latino-americana se deu em virtude de governos liberalizantes, principalmente Chile e México, com ideários favoráveis à privatização de importantes empresas de infra-estrutura e à abertura do comércio local, pondo fim a décadas de proteção econômica, ao seguir os passos do projeto de substituição de importações. Essas foram atitudes que, por outro lado, provocaram nova etapa de questões inerentes à vida política dos Estados: a solvência do poder público como ferramenta de poder.

Este caso foi de grande importância para aumentar a quantidade de capital europeu e norte-americano na América Latina. Certamente as privatizações de grandes empresas, por exemplo, a argentina YPF - Yacimientos Petroleros Fiscales e a brasileira CSN - Companhia Siderúrgica Nacional são afirmações patentes para esta afirmação. No

começo da década de 1990, com as eleições de Carlos Menem, na Argentina e de Carlos Salinas, no México, houve a opinião de que os Estados que se enveredaram pela liberalização econômica, como do Chile de Pinochet, teriam seu crescimento e bem-estar assegurado.

A orientação econômica, para os novos quadros acadêmicos a serviço de seus respectivos países, era encontrada, no plano da prática política, nos governos britânico de Margareth Thatcher e no norte-americano de Ronald Reagan. No aspecto intelectual, a fonte desse Liberalismo seria a Escola de Chicago, berço de muitos nomes famosos na abertura e na desregulamentação de mercados. Fonte teórica para muitas burocracias latino-americanas que emergiram na década de 1980 e na seguinte.

Após a Guerra Fria, considerou-se que a marginalização latino-americana poderia ser atribuída, igualmente, à liberalização política e econômica vivida pelo leste europeu e pela preocupação em resolver parte dos problemas existentes nos países da África do Norte; regiões encaradas pela Europa Ocidental como primordiais para a manutenção de sua segurança e equilíbrio sociopolítico, ainda mais no período em que o Tratado de Maastricht é constituído e procurando se afirmar nos moldes de um novo pólo de poder regional com aspiração à compartilhar a liderança mundial.

Por outro lado, opina Sardenberg, a atenção fornecida pela República estadunidense aos países latino-americanos era em decorrência da própria Guerra Fria, ou seja, por motivo de segurança, quando havia riscos de confronto ideológico e militar com apoio soviético na região, sobretudo na parte sudeste do continente. Finda a competição ideológica e a conservação de posições, *safety*, norte-americana, Washington reforça sua atenção na área do Pacífico, ao aproveitar os impressionantes índices de crescimento econômico capitaneados pelo grupo dos Tigres Asiáticos. (Cf. Sardenberg, 1992:53).

Na percepção européia e norte-americana, mas também admitida por parte da elite política e intelectual latino-americana, importantes países da região, Argentina, Colômbia e México substituíram suas políticas tradicionais no campo da atividade internacional, simbolizadas pelo direito ao desenvolvimento, pela negociação da dívida externa em bases favoráveis aos países devedores do Terceiro Mundo e pela busca da autonomia política e econômica dos países de modo geral.

As tradicionais políticas de autonomia foram secundadas por ações de combate às drogas, pelo Plano Nacional de Combate às Drogas nos países sul-americanos; de melhorar a imagem internacional ao negociar a dívida externa, adotando o Plano Brady, que oferecia novos acordos de pagamento; de defesa do meio ambiente ao considerar o desenvolvimento sustentável e pela adoção dos direitos humanos, resultantes da evolução democrática na região. Posição denominada “políticas dos três Dês”: drogas, dívida e democracia são a cadência atual da América Latina. (Cf. Chipman, 1992:80).

Em outras palavras, os novos governos procuraram substituir a prática do pensamento originado pelos “Não-Alinhados”, cujo terreno fértil fora, dentre outros, a América Latina com seus intelectuais e suas universidades prontos a formular conceitos de contestação, pelas políticas que foram concebidas em prol de posturas que pudessem diminuir o grau de conflito entre os países latino-americanos e os industrializados, mormente após o malogro da Conferência de Cancún, em 1982, marco do distanciamento no diálogo Norte e Sul.

O princípio atual, exercido na década de 1990, é suscitar resoluções em que haveria condições de parceria entre as duas categorias de países cujo esforço em conjunto, seria em benefício da própria humanidade, independente da etnia e da região da qual pertence, por exemplo, a ecologia, o combate a grupos organizados do terrorismo e da droga e meio ambiente, assuntos de grande apelo na “nova agenda global” que teria de ser também admitida nas diplomacias latino-americanas.

No decorrer da década de 1980, as diplomacias dos Estados latino-americanos haviam feito mudanças significativas nas instituições responsáveis pela formulação de suas políticas externas ao adotar novos conceitos, pertinentes ao entendimento internacional, para modificar a imagem de países pouco propícios aos direitos políticos e individuais; direitos debelados durante o período de autoritarismo de inspiração militar e seu sistema de segurança e repressão encontrados especificamente no Brasil, Argentina, Chile e no Uruguai.

No meio dessas modificações políticas, econômicas e institucionais que impulsionaram mudanças no âmbito internacional, a América Latina adotou a democracia, apesar de ser em modo precário, na condição de regime de governo. Foram

modificações que apresentariam um paradoxo, na opinião de José Álvaro Moisés, quando considera que a democracia passa por crises por causa das más condições sociais e econômicas ainda existentes, embora da perspectiva formal não houvesse grandes problemas.

Seriam crises que, dependendo do país, denotaria a idéia de que a democracia é um regime aquém dos problemas nacionais, um artifício (um adorno) que pode ser modificado ao gosto do executivo, conforme se averigua no Perú, do presidente Alberto Fujimori, ou da instabilidade política vivida pelo Paraguai, com a crise do general Lino Ouviaedo. Este problema se dá numa região afetada, culturalmente, pelo autoritarismo e pelas ditaduras militares na maior parte do subcontinente americano. (Cf. Moisés, 1992:29, 33).

Esta retomada da democracia, mesmo que de forma problemática, procurou contribuir para que os países da América Latina não se marginalizassem ainda mais perante a uma nova versão do concerto internacional, com maior teor de interdependência econômica, inaugurada após o fim da Guerra Fria, vista como fruto do relaxamento da disputa entre as superpotências.

Nesse processo a República Argentina expressou opinião sobre a oportunidade de se integrar, de modo ativo, no sistema internacional, conforme observações do ex-ministro das Relações Exteriores do país, Domingos Cavallo: *“Parte do novo sistema internacional de segurança emergirá da experiência adquirida neste conflito. Em outras palavras, qualquer que seja a nova ordem internacional, a Argentina quer ser vista como parte dela, baseando sua política mais em princípios amplos que em interesses nacionais limitados”*. (Cavallo **apud** Chipman, 1992:90).

Assim, o vizinho argentino enviou embarcação militar como contribuição simbólica ao grupo de países liderados pelos Estados Unidos, que se empenhou na derrota militar do Iraque em 1991. Aquele comportamento da Casa Rosada, em sua diplomacia, contrariou a opinião pública do país, que não via a República Argentina como membro numa distante operação de guerra. (Cf. Turner, 1991:70).

Não sem deliberação, foi preocupação latino-americana de obter maior atenção da sociedade internacional, como fora constatado pela procura bilateral de alguns países,

caso da Argentina, que tem se pautado na condição de iniciadora de reformas institucionais e com o intuito de ser mais atraente ao investimento internacional, demonstrando ser econômica e politicamente confiável aos pólos centrais de poder. É o que se pode perceber com o empenho demonstrado pelo período do governo Menem (as duas gestões) que começou em 1989 e terminou em 2000.

Com expressivo crescimento econômico entre 1950 e 1979, quando tem início a segunda crise do petróleo, a América Latina apresentava promissores índices de desenvolvimento, inclusive maiores de que muitos países da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico; superiores aos da maioria dos Estados em desenvolvimento, com exceção de alguns poucos casos do leste asiático, o que evidenciava o possível crescimento econômico regular da região. O contratempo principal fora percebido que tal crescimento produtivo não era acompanhado pelo bem estar da maior parte da sociedade.

No entanto, o subcontinente entra, na década de 1990, apresentando pouco desempenho econômico na participação mundial. Em parte, devido à baixa dos preços das matérias-primas e o parco investimento em ciência e educação pública e, por seu turno, a desvinculação entre os países fornecedores de matérias-primas e os industrializados, bem como a perda das vantagens comparativas representadas por grande número de mão-de-obra barata. Este comentário serve inclusive para o Brasil, cuja pauta de exportação apresenta 70% de produtos industrializados. (Cf. Moreira, 1992:116).

Estes acontecimentos provocaram grande diminuição de trocas entre a América Latina e a Europa Ocidental, inclusive pelo fato de que 60% do comércio mundial se dá no circuito dos países pertencentes à OCDE, o clube dos Estados mais industrializados que concentra grande parte das trocas internacionais no Hemisfério Norte, uma questão que imprime novo impulso à clivagem Norte-Sul.

Em outros aspectos a retração latino-americana pode ser constatada da seguinte forma: em 1963 a América Latina negociava 9,5%; em 1985 desceu para 6,4% e 1987 caiu para 5,6%. (Cf. Sardenberg, 1992:71) Em subseqüência, a participação latino-americana na economia internacional, durante a década de 1980, caiu de 6% para 3,5%.

No caso brasileiro, também houve queda no nível comercial com a Comunidade Econômica Européia: de 31,8% em 1980 foi a 28,5% 1987. (Cf. Moisés, 1992:29).

Ao se levar em conta estes fatores pouco promissores para o bem estar dos Estados latino-americanos, afetados pelo quase imobilismo econômico, fez-se necessário buscar respostas aos desafios postos neste fim de século. Resposta iniciada pela Argentina e Brasil, base natural de propostas adequadas aos desafios de maior envergadura, eis a confecção do MERCOSUL. Esta resposta implica também uma reorganização, ao menos sul-americana, à realidade por que passam os países da região latina, de acordo com a advertência de Almeida, pode se perceber que:

“O desenvolvimento institucional do MERCOSUL não implica necessariamente, na presente fase de construção do mercado comum, o estabelecimento de um órgão executivo comunitário, mas deve pelo menos significar o funcionamento de mecanismos eficazes de coordenação econômica e política entre as chancelarias e administração dos países-membros”. (Almeida, 1994:95)

Com efeito, é uma tentativa de fomentar maior participação nos negócios internacionais, na tentativa de negar a marginalidade ora crescente no subcontinente americano, desgastado inclusive pela corrupção na esfera governamental e pelos grupos organizados da guerrilha e da droga, conferindo o referido desagaste das instituições no cotidiano da Colômbia, Equador e Bolívia, países encarados na visão de cronicamente problemáticos num ambiente de equilíbrio político.

Destarte, a parceria entre os países do MERCOSUL guarda a possibilidade de se transformar no “dínamo” para os países economicamente estagnados em boa parte dos últimos vinte anos. O que permite a afirmação de que a crise, ao menos na América Latina, provou um “paradoxo” à medida que impeliu os projetos de integração regional, uma vez que os países afetados perceberam a importância da cooperação.

Mas para efetuar tarefa da integração é preciso tirar, ao máximo, partido das pesquisas na área do conhecimento mais sofisticado, que se transformam, a olhos vistos, no fator de diferença entre os Estados em busca de uma inserção positiva nos negócios internacionais; observando ainda mais a desvalorização que os produtos primários, as commodities, passam no comércio internacional, em decorrência da inelasticidade do

consumo. Portando, um grande desgaste para os países que montam sua pauta de exportação com tais produtos - um assunto pertinente ao MERCOSUL.

Mesmo que as experiências de outras unidades políticas não devem ser apreciadas e seguidas visto que são particulares e, por outro lado, evita o mimetismo. Ainda assim é bom averiguar os avanços presentes nos países do sudeste asiático, especialmente no desempenho do Estado nas questões de educação pública, ciência e tecnologia. Aqui há um imperativo de grande envergadura, conforme a opinião de Amorim e Pimentel, para os países que procuram integrar planos regionais iguais ao MERCOSUL. (Cf. Amorin et Pimentel, 1993:184).

CAPÍTULO III

Desafios Históricos do MERCOSUL

“Em quaisquer mãos que esteja a Soberania, não é da sua essência ser partilhada, mas limitada. Partilha é o conflito organizado. Limitação é ordem”.

Marquês de la Tour du Pin

A formação do MERCOSUL é resultado de esforços diplomáticos, com inspiração da União Européia, a fim de organizar política e economicamente o Cone Sul para melhor enfrentamento aos novos problemas internacionais, sendo alguns provenientes da década de 1980. Mas o MERCOSUL pode se expressar, além disso, como uma ferramenta institucional para cooperar na resolução a antigas questões pendentes entre os países-membros, por exemplo, a questão nuclear e de Corpus-Itaipu. Neste particular é que se procura saber, neste capítulo, quais os principais problemas por que passaram a República Argentina e o Brasil na década de 1970 e, por sua vez, como tais problemas estiveram na ocasião que se outorgou a integração regional.

A Política Externa Brasileira e a Questão Nuclear

A intenção do Estado brasileiro de manipular artefatos nucleares, admitindo um plano para aumentar o conhecimento nesta complexa área da ciência, provocou mal estar entre os governos da Argentina e do Brasil. Mas não foi só isso, além desse desagravo e mal estar aos países apontados, o governo brasileiro arregimentou uma linha nacionalista em protesto às ingerências dos Estados Unidos e, em menor grau, a outras potências mundiais, criticadas por terem engessado o sistema de mundial de poder em benefício desses mesmos Estados. O Brasil, para afirmar críticas às potências, passa a valer-se do direito às pesquisas nucleares.

Antes disso, sobre os esforços do governo do general Costa e Silva, proveniente do movimento político-militar de 1964, em substituição a Castelo Branco, teve aquele governo o intuito de angariar prestígio internacional ao Brasil pelo almejado meio de

pesquisa. Com efeito, para buscar o objetivo, não escapou da problemática política que acompanhava a questão nuclear, conforme repara Shiguenoli Miyamoto e Williams Gonçalves:

“Foi norteado por esse pensamento de que a nuclearização pacífica constituía um direito inalienável do Estado brasileiro e que a renúncia à nuclearização apenas contribuiria para a cristalização do poder condominial das potências nuclearizadas, que o Governo Costa e Silva recusou-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear”. (Miyamoto et Gonçalves, 1991: 29).

Tais medidas promovidas por Brasília seriam uma forma de romper a rigidez da aristocracia internacional, no tocante à pesquisa nuclear mais avançada e de difícil acesso aos Estados nacionais em desenvolvimento. O mencionado ato que fez com que a difícil agenda das três diplomacias tivesse mais uma tecla destoante a se unir com a questão de Corpus-Itaipu (de interesse argentino) e com as projeções brasileiras de poder, daquele momento histórico, concernente aos interesses norte-americano: a busca da capacitação nuclear pelo País, como bem observam Hirst e Bocco (Hirst et Bocco, 1989:63).

A apreensão argentina era, evidentemente, ver a escalada militar de um histórico rival e, em seguida, perder o controle político no plano regional. De fato, não seria prudente, para Buenos Aires, ver pacientemente a manipulação atômica ser feita do lado de cá do Prata. Isto com a constatação de que os trabalhos dos cientistas argentinos estavam bem adiantados em relação à pretensão brasileira de começar empreendimentos em pesquisas nucleares, e mais, havia estimativa de que os argentinos estavam dez anos à frente do Brasil, visto que já existia, na localidade de Ezeiza, a construção de uma usina nuclear que, em 1983, já se preparava para atividades.

E, além do mais, para Hirst e Bocco, havia planos de estender outras plantas, mais duas, para a região de Córdoba, o que ajudou na constatação de que Argentina já estava a caminho de possuir o ciclo completo sobre o combustível nuclear: O vizinho do Sul já havia superado certas polêmicas técnicas que ainda demoravam no Brasil, por exemplo, se era procedente ou não a admissão do urânio natural e água pesada, em substituição ao elemento similar enriquecido e água leve, adotados pela política nuclear brasileira.

Esse tipo de material, urânio enriquecido, era de difícil manipulação e de dramático apelo político e tecnológico, pois era material fiscalizado pela AIEA - Agência Internacional de Energia Atômica, a qual o Brasil é filiado e teria de prestar contas. A fiscalização existia, dentre outras coisas, em razão de sua combinação química com o plutônio, ser elementar para o uso bélico da manipulação nuclear, o que acarretaria inconvenientes entre os países. E, por seu turno, essa ordem a favor da Argentina não poderia se reverter em prol do Brasil, quando este conseguisse ultrapassar tais obstáculos técnicos obstáculos. (Cf. Soares, 1974:219).

Já a contestação norte-americana seria por motivo muito mais amplo do que ver a tentativa de ascensão político-tecnológica de um país latino-americano numa área sensível do conhecimento, e com possibilidades de ser utilizada no campo militar. Em princípio, Washington não teria condições de bloquear, instantaneamente, os andamentos indicados pelo Brasil na construção da usina nuclear, mas poderia exercer duas ações para fazer valer seu poder de pressão sobre outro Estado nacional, reputado como potência mediana, que procurara consolidar sua posição na política exterior na América Latina: a Alemanha Federal. (Cf. Soares, 1974:171).

Primeira ação de Washington, pressionar firmemente o governo de Bonn (aquele fora também fornecedor de instruções tecnológicas à Argentina) para não continuar tal acordo nos planos firmados, ou melhor, de não lograr conhecimento de todo o ciclo das operações ao Brasil. Essas ações de represália eram modo de os Estados Unidos não permitirem a transmissão de conhecimentos a países que poderiam futuramente contestar a forma pela qual era estabelecida sua supremacia no concerto internacional, de caráter dualista e com o papel bem nítido dos Estados Unidos na área ocidental do mundo.

E, de outro modo, tentar barrar ao máximo a relação automática entre os reflexos do domínio científico e de utilização sobre a questão da energia nuclear, que poderia consistir certo grau de prestígio ao Brasil na política internacional, como bem declarou o ex-presidente Ernesto Geisel, ao avaliar a tentativa do País de se procurar alternativa a Washington no campo da energia sensível. (Cf. Geisel *apud* D'Araujo *et* Castro, 1997:339).

E, segunda ação da Casa Branca, fazer com que as pesquisas brasileiras se tornassem dependentes dos equipamentos e conhecimentos norte-americanos, consoante à explicação de Thomas Skidmore, no livro *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Daí se extrai duas ocorrências: os Estados Unidos não poderiam garantir o serviço de enriquecimento de urânio prometido ao Brasil, como havia declarado a Comissão de Energia Atômica daquele país. Efeito esse que levou Brasília a romper negociações com a empresa norte-americana, Westinghouse, para o fornecimento de doze reatores, com orçamento de US\$10 bilhões. (Cf. Skidmore, 1989:378).

O implemento dos equipamentos primordiais da usina nuclear, sua manipulação e operacionalidade, não seria considerado de grande complexidade de saber e de custos a ponto de bloquear a construção da usina no Brasil por falta de capacidade técnica. A complexidade do funcionamento fabril estaria, na observação de Guido Soares, na compreensão científica e no fornecimento do combustível atômico, fosse esse de qualquer matéria, pois seria este insumo que indicaria o número de Estados com reais condições de fornecê-lo aos países requerentes:

“A obtenção dos combustíveis, seja matéria fissil, fissionável ou fértil. Comparativamente aos custos do urânio ou do plutônio, os outros processos envolvidos, seja na produção de uma reação em cadeia num reator, seja na explosão de um artefato nuclear, tem seu custo praticamente desprezível.” (Cf. Soares, 1974:83)

Com o intuito de melhor entendimento do problema, deve-se explicar que o desenvolvimento do projeto nuclear brasileiro foi considerado esforço retomado por parte de um planejamento diplomático para aumentar o grau de autonomia brasileira no concerto entre os Estados nacionais, a saber, a retomada do ideário ligado ao Pragmatismo Responsável do governo Ernesto Geisel (1974-1979), como meio de aceitar a nova percepção do quadro internacional.

Esse pragmatismo fora um projeto de política exterior, cuja movimentação guardara certa semelhança com a Política Externa Independente, concebida durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, com Santiago Dantas e Afonso Arinos na Chancelaria, durante os anos de 1961 a 1964. Na visão realista de Geisel, a tônica em comum entre os projetos de dilatar o poder nacional do Brasil, seria a procura de

diversificar-se, ao máximo possível, os intercâmbios do Brasil com outros países de reconhecida capacidade tecnológica, aproveitando o clima de descolonização por que passaram as metrópoles européias.

E, por vez, fazer com que o Brasil angariasse prestígio mediante apoio aos jovens Estados da África, mormente os de cultura portuguesa que iriam necessitar de canais efetivos de intercâmbio cultural, econômico e político; intercâmbio que bem poderia interessar ao Brasil num contexto de abertura de novas perspectivas diplomáticas. (Geisel *apud* D'Araujo et Castro, 1997:336).

Aquele ideário anterior de política externa, mais autônoma, fora relegado a uma posição secundária no período do governo Castelo Branco (de 1964 a 1967) cuja preferência, um tanto hesitante, foi a favor de melhor convívio com os Estados Unidos, sendo fruto dessa aproximação o envio, junto com tropas norte-americanas, de militares brasileiros à República Dominicana, em 1966, para debelar governo considerado subversivo. Aquele fora uma operação militar que diminuía bem a possibilidade de autonomia internacional do Brasil, em virtude dos programas adotados pelas elites militar e diplomática do primeiro governo do movimento político-militar de 1964.

Diga-se hesitante em razão das divergências que havia no interior das Forças Armadas Brasileiras, ao reparar que o imperativo político daquele período seria a unidade das várias correntes militares, nem sempre em concordância com o governo do marechal Castelo Branco; unidade tão salutar para o apoio e manutenção daquela administração que, além do problema da união militar, teria de encarar também o surgimento de oposições e protestos, liderados por políticos de prestígio (como Carlos Lacerda), considerados nocivos para o andamento regular da “Revolução de Março”.

Na verdade, bem observa Oliveiros Ferreira, o presidente Castelo Branco apresentava o seguinte dilema: se vincular, de fato, aos ditames do centro mundial de poder contra o Comunismo e a favor dos valores ocidentais, como se pretendia, ou se empenhar sinceramente na construção do poder nacional brasileiro, independente do que isso poderia denotar para os Estados Unidos ou para as Forças Armadas do Brasil no geral. Como aponta o professor-jornalista, a primeira tomada teve mais relevo para aquele governo. (Cf. Ferreira, 1988:28).

E, posteriormente, ao relativo esgotamento da política de maior aproximação “pró-Occidente” dos primeiros tempos do movimento político-militar de 1964, retomou-se algumas ações de autonomia internacional no período do governo Ernesto Geisel. Esse fora um governo que procurou finalizar as atividades diplomáticas baseadas nos princípios das “fronteiras ideológicas”, de segurança nacional, concebidas pelo governo de Castelo Branco e seu chanceler Vasco Leitão da Cunha.

Já no governo Geisel, o País procurou se afirmar politicamente, demonstrando o direito de adquirir tecnologia de materiais sensíveis, na assertiva do ex-chanceler Azeredo da Silveira, a seguir: *“No mundo de hoje, somente a coragem de inovar e de ousar permite romper o círculo que condena as nações a uma estratificação social internacional, com seu séquito de problemas crescentes e de inevitáveis perigos”*. (Silveira *apud* Miyamoto et Gonçalves, 1991: 50).

Nesse histórico de tentativas abre-se um parêntese. Na verdade, na ótica do ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, o Brasil não iria inaugurar suas pesquisas na área nuclear, nos anos de 1970, pois o País já apresentava conhecimentos da existência de importantes recursos naturais exemplificados nas reservas de urânio e tório, no ano de 1948. E, em consequência disso, o corpo diplomático brasileiro havia entrado em divergência com autoridades específicas das Nações Unidas, que desejavam inspecionar o território nacional com o objetivo fiscalizar o uso de tais minérios. (Cf. Guerreiro, 1992: 24).

O Brasil iria sim, na ótica de Guido Soares, retomar sua política científica em materiais sensíveis, substanciada pela fundação do CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa, em 1951, e incentivada pelo governo de Juscelino Kubstchek, em 1956. Mas tal empreendimento fora posto de lado anos depois, vale dizer, quando procurou promover pesquisas e intercâmbios com Estados que pudessem beneficiar a ciência nacional no campo nuclear. O empenho brasileiro nesta área foi cancelado pelo primeiro governo do movimento político-militar de 1964, que não divergia da posição das grandes potências mundiais do Occidente.

No segundo lustro da década de 1970 a utilização da política de Pragmatismo Responsável ocuparia espaço maior na agenda diplomática brasileira, decorrente da

situação internacional pela qual passara o Brasil e os Estados latino-americanos; acrescentando, de igual modo, o gradual afastamento em relação ao excessivo vínculo com os Estados Unidos, existente até aquela época. O interesse nuclear seria parte daquela política retomada, ao incluir a negativa brasileira de não assinar o TNP - Tratado de Não- Proliferação Nuclear, de 1969. Essa ação brasileira seguiria a seguinte lógica, no juízo de Oliveiros Ferreira:

“Ao recusar-se a subscrever o TNP, o governo brasileiro apenas acentuou as suspeitas de que por detrás do gesto de Tlatelolco estivesse a firme determinação dos governos militares egressos do movimento de março de 1964 de fazer do Brasil uma potência nuclear”. (Ferreira, 1988:168).

Alguns acontecimentos de caráter mundial são sublinhados na justificativa para a admissão da uma política externa brasileira com maior autonomia: a descolonização da África (Angola e Moçambique em 1975, 1976), a primeira crise do petróleo (1973 e 1974), o conflito diplomático entre os governos de Ernesto Geisel e de Jimmy Carter, em virtude da questão dos direitos humanos, esta última considerada uma intromissão política aos assuntos domésticos do Brasil e, por fim, a militância brasileira para aumentar espaço no mercado consumidor norte-americano. Aqueles foram acontecimentos que constituíram ações a fim de forçar a reforma do sistema econômico e financeiro mundial, para que fosse benéfico aos países em desenvolvimento. (Cf. Geisel *apud* D’Araujo et Castro, 1997:338).

E, por fim, o emprego do acordo nuclear, entre o Brasil e a República Federal da Alemanha (com a participação dos reatores da Siemens), para o desenvolvimento de artefatos atômicos em todas suas parcelas: enriquecimento do urânio, a tecnologia do combustível específico e a construção dos reatores para a usina nuclear. Acordo que legaria ao Brasil uma posição de relevo na aquisição de políticas de poder, procurando seguir o destaque que tivera incentivos em razão dos progressos indianos, em 1974, nas pesquisas nucleares.

Melhor dizendo, um Estado do Terceiro Mundo, Brasil, e outro denominado Estado Não Alinhado, a Índia (já que o Brasil não se filiara nesse grupo, a exemplo de Nova Delhi), que poderiam romper o oligopolístico clube das tradicionais potências,

como Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra e, em consequência, alterar o modo pelo qual estava se apresentando o sistema internacional e suas implicações econômicas e históricas.

Aquelas manifestações de poder projetadas pela diplomacia brasileira não foram apenas compreendidas como simples intenção de contestar, mais realisticamente possível, à hegemonia norte-americana, não somente no território platense, mas também no plano sul-americano. Fatos que impulsionaram ainda mais a rivalidade entre a Argentina e o Brasil no contexto regional, pois já estavam lançadas as características que apontavam a quebra do equilíbrio regional a favor do Brasil. Por outro lado, essa quebra de equilíbrio, não bloqueava maior aproximação entre Argentina e Estados Unidos, isto até a Guerra das Malvinas, em 1982.

O descontentamento ocorrera em razão da Argentina estar alguns graus à frente nas pesquisas nuclear, sendo que aquela era considerada de maior relevância do que os similares existentes no Brasil; fatores que possibilitaram rápidas trocas de papeis desempenhados pelos três países da região, assim relatam Hirst e Bocco (Cf. Hirst et Bocco, 1989:65). Essas trocas foram a aproximação de Buenos Aires e Washington, o relativo afastamento de Brasília e, finalmente, o Brasil passa a ganhar tempo nessa determinada empresa, não contando apenas com seus recursos locais, mas sim com a cooperação de um Estado com avançados conhecimentos nos implementos nucleares: A Alemanha Federal.

Porquanto, a Secretaria de Estado norte-americano, à procura de não perder de vista os desdobramentos possíveis, passa a vislumbrar a República Argentina à maneira de parceira preferencial para assuntos de segurança, isto é, de país confiável em substituição ao Brasil que tivera esse **status** até a administração de Ernesto Geisel, em que o governo passou por fortes embates junto à diplomacia estadunidense por causa de alguns termos de qualificação nacionalista. Foi aquela aproximação que, em parte, encorajou Buenos Aires a lutar pelas Malvinas, ao acreditar que Washington teria posição de *hands off*, na afirmação de Saraiva Guerreiro, em relação ao enfrentamento ao Reino Unido.

O acordo Nuclear com a Alemanha Federal também pode ser entendido como tipo de “adendo” para diversificar as atuações diplomáticas e comerciais no plano mundial, tentando diminuir o peso político e econômico norte-americano no Brasil. Isto ao ver que o referido acordo com o governo de Bonn cumpriria, a contento, a pretensão brasileira de ampliar seu raio de ação externa, com contatos mais substanciais com a Europa Ocidental e com o Japão, para romper o hermetismo que envolvia a política nuclear, o governo brasileiro intensifica seu programa.

Com efeito, para Coutinho et Alberti, o Brasil articulou a instauração, em 1978, do acordo de cooperação junto aos Estados pertencentes à bacia do Amazonas: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Esse acordo, o Pacto Amazônico, pretendia justamente três objetivos: primeiro, constituir mais contatos e tentativas de cooperação econômica e política entre os países da região amazônica; segundo intento, afastar a imagem de país expansionista projetada pelo Brasil por causa dos empreendimentos ligados, entre outros, à construção de Itaipu.

E terceiro objetivo, anular o risco de isolamento em conclusão da aproximação entre as Repúblicas Americana e Argentina, em represália às incursões do Brasil na pesquisa e na militância da política nuclear, cujo desfecho foi a construção da usina nuclear de Angra dos Reis, Angra II. Esse “mal estar” entre Buenos Aires e Brasília recebera algumas baixas com a eclosão da Guerra das Malvinas, que iria redirecionar o debate entre os dois governos. (Cf. Coutinho et Alberti, 1984:3185).

Explica-se que embora o governo brasileiro, do general João Baptista Figueiredo, não concordasse com as investidas militares argentinas contra o Reino Unido, no Atlântico Sul, não havia impedimentos de fazer com que o Itamaraty apoiasse a causa platina pelo direito internacional, o que diminuía as diferenças entre Buenos Aires e Brasília, aliás, o primeiro apoio brasileiro à reivindicação do vizinho deu-se em 1833. A diplomacia de San Martín deveria, na proposta do governo brasileiro, conduzir o contencioso à Assembléia das Nações Unidas a fim de obter apoio **ante bellum**, a estimar dezessete votos latino-americanos contra Londres. (Cf. Guerreiro, 1982: 108).

No entanto, apesar da solidariedade brasileira junto a Buenos Aires em virtude da guerra de 1982, a intensificação da República Argentina nas pesquisas nucleares, acabou

contrariando alguns prenúncios de convênios de pouca praticabilidade, mas de grande encenação, assinados com o Brasil em 1980, atuação que alimentava certos receios do governo brasileiro em relação à “falta de previsibilidade” platina neste tipo de assunto. (Cf. Hirst et Bocco, 1989:68).

Com alusão ao programa nuclear brasileiro, o aspecto político era de grande envergadura quando se tratava de pesquisa e aquisição de tecnologia em artefatos nucleares. Aquele programa não seria possível, a curto prazo, assim se expressa Marcelo Damy Santos, ao reparar os equívocos provocados pelas equipes científicas do governo federal, no instante em que se firmou o acordo nuclear. Eram pesquisadores equivocados em virtude do não conhecimento técnico sobre os equipamentos adquiridos, como sustenta o citado professor da Universidade de Campinas. (Cf. Santos, 1981:280).

Um dos equívocos, para o referido físico, seria a utilização de urânio enriquecido, impróprio para a fabricação de artefatos nucleares com o propósito de uso militar, mesmo que o governo brasileiro afirmasse que não seria esse o real objetivo de tal acordo e sim de caráter pacífico, isto é, de implementos energéticos para a indústria civil, mesmo assim o governo não era acreditado em seus pronunciamentos. Os pronunciamentos que afirmavam a veracidade do uso pacífico não ganharam notoriedade nos embates sobre política nuclear entre Argentina, Brasil e Estados Unidos, pois alegavam que seria bastante tênue a linha divisória entre a utilização para fins pacíficos e para uso militar dos artefatos atômicos. (Cf. Coutinho et Alberti, 1984:3185).

Para suportar várias fontes de pressão, a diplomacia simbolizada pelo Pragmatismo Responsável procurou diversificar sua política em outras geografias, pela antecipação dos fatos e pela aquisição de um tipo de interesse nacional. O reconhecimento de independência dos Estados africanos lusófonos e seus governos de inspiração marxista são um fato ilustrativo. Ilustrativo também foi a combinação de interesses entre o Brasil e os países árabes membros da OPEP em prejuízo de Israel, país considerado “ponte” para a estratégia estadunidense no Oriente Médio. Afinal, o Brasil só apresentava condições de produzir 20% do consumo nacional de petróleo e necessitava de alternativas a tais fontes de combustível. (Cf. Mello, 1996:201).

Veja que a antecipação brasileira, ao reconhecer o surgimento dos jovens Estados africanos e a ampliação de acordos econômicos e políticos com os países árabes, fez com que a presença diplomática no Oriente Média e na África subisse consideravelmente com a abertura de algumas embaixadas de suma importância: Angola, Arábia Saudita e Iraque. Essa diversificação de meios poderia garantir tanto o suprimento de petróleo quanto abrir novos mercados para os manufaturados brasileiros. (Cf. Miyamoto et Gonçalves, 1991: 48).

Verifica-se, para ilustrar tal fato, que o ex-secretário de Estado Kissinger, observou claramente o projeto brasileiro, não apenas para a transformação interna de infra-estrutura, mas igualmente para a política externa como um todo: *“Além disso, o interesse do Brasil nos assuntos mundiais – os acordos de limitação de armas nucleares, a abertura para a China a distensão Leste-Oeste, o Oriente Médio – é interesse de homens sérios, não de diletantes, pois eles pensam que têm um papel a desempenhar (...) o Brasil tem uma política global”*. (Kissinger, **apud** OESP, 13.4.1999).

É sob esse acontecimento político-econômico em que se procura dar substância à política nuclear brasileira tendo, como imperativo, a grande necessidade de assegurar reservas suficientes para a demanda nacional de petróleo, inclusive porque havia possibilidade de crescimento econômico, a longo prazo, de acordo com o indicado aumento do suprimento de combustível utilizado na fomentação do II PND para a década de 1970.

O ex-presidente Geisel, quando era indagado sobre prognóstico negativo na aquisição de combustível fóssil num tempo “aquecido” de crescimento econômico e no possível esgotamento do poder hídrico da bacia do Paraná, ainda sem Itaipu, apresentava a seguinte opinião: *“Foi esse prognóstico que nos levou ao programa de energia nuclear. Repito: não temos muito petróleo, não podemos usar lenha, não temos carvão adequado e dependemos da água dos rios, cujo aproveitamento como fonte de energia não é simples, nem pode ser feito em qualquer lugar, nem é completamente seguro”*. (Geisel **apud** D’Araujo et Castro, 1997:305).

No governo de Ernesto Geisel em que se estabeleceu uma política externa pragmática em seus fins, foi escolhidos, para a Chancelaria brasileira, um embaixador

com larga experiência diplomática em Buenos Aires, Azeredo da Silveira, em substituição a Mário Gibson Barboza (chanceler do governo Médici). No período de 1974 a 1979, houve crise política entre Argentina e Brasil, o centro da questão foi o acordo nuclear feito entre Brasil e Alemanha Federal, esta última havia também contribuído para a aquisição argentina da sensível tecnologia. Crise que, na observação de Sonia de Camargo foi deste jeito:

“O avanço nuclear da Argentina foi altamente ameaçador para o governo brasileiro e motivo de verdadeiro duelo verbal entre os dois países. Em 1974, com a inauguração da central de Atucha, o Brasil considerou que a Argentina já estava em condições de fabricar armas atômicas, o que talvez tenha precipitado o acordo nuclear brasileiro com a Alemanha”. (Camargo, 1987: 26).

O governo brasileiro, por intermédio de seu ministro Silveira, procurou relacionar o debate sobre a Questão de Corpus-Itaipu e o Acordo Nuclear com o projeto de maior autonomia na política exterior. Desta forma, a Chancelaria brasileira levaria os debates para lugares onde teriam maior trânsito, à Assembléia Geral das Nações Unidas. Não havia apenas a Argentina como país contestador dos acordos brasileiros, havia também os Estados Unidos, com receio de que o Brasil aumentasse o “leque de atuação” da diplomacia junto a outros parceiros em potencial: aproximação com o Oriente Médio e também a condenação de Israel como país racista (partidário do sionismo) são fatores exemplares. (Cf. Coutinho et Alberti, 1984:3184).

Os projetos brasileiros com intenção de se desenvolver a capacidade nuclear tornaram-se, para o governo argentino daquela ocasião, um dos mais relevantes problemas do relacionamento diplomática com o Brasil. Além das construções de infraestrutura, usina de Itaipu, hidrovía Paraná e rodovia federal 277, responsáveis pela contenda entre Brasília e Buenos Aires, emerge outro fator de crise: a usina nuclear de Angra dos Reis, Angra II, que exigia tecnologia mais sofisticada.

Isto aconteceu justamente nos governos em que a geopolítica, sendo um instrumento racional do Estado foi, além de tudo, uma projeção de poder no âmbito do Cone Sul. Isto porque, na visão das Forças Armadas dos dois países, o ponto central da organização do Estado é a força, a força militar que, para os governantes castrenses do

Brasil e da Argentina, era pensamento primordial de segurança nacional para não perder vantagens na balança de poder na região platina e, em contrapartida, levar adiante o desejo de transformar os dois Estados em reconhecidas potências.

Na projeção da geopolítica, o Brasil seria o “inimigo continental da Argentina”, na disputa pela supremacia regional. Uma disputa entre as influências brasileira e argentina na hidrovía Paraná-Prata, no sentido Norte-Sul e Este-Oeste; a antecipar ao Brasil as operações da Antártida e, por fim, aumentar a influência argentina na América do Sul. Essa realidade fora comentada inclusive pelo próprio Geisel: “*Mas alguns argentinos viviam no mundo da lua, com concepções estratégicas baseadas em conceitos geopolíticos. Uma dessas concepções era organizar uma via navegável fluvial de Buenos Aires até a saída do Orenoco (...)*” (Geisel **apud** D’Araujo et Castro, 1997:347).

Esta é também a explicação que Christian Caubet fornece, em *As Grandes Manobras de Itaipu*, para o fato dos países da bacia do Prata serem governados por militares no período de 1966 a 1985, concorreu para conservar certo grau de crise interestatal durante o referido período de autoritarismo. A concepção de relações internacionais daqueles governos, concebidas sob o signo da geopolítica, privilegiava aspectos de conflito no relacionamento entre os dois grandes Estados do Cone Sul.

Desta forma, o MERCOSUL não seria apenas um plano de integração econômica, mas um meio de superar tensões e disputas históricas legadas pelos dois impérios metropolitanos do século XIX, o português e o espanhol. Digam-se tensões que foram presentes nas relações entre Brasília e Buenos Aires: a interpretação de buscar hegemonia regional. Sobre esse fato, é com muita pertinência que Luiz Augusto de A. Castro opina sobre a concepção positiva das resoluções emitidas entre a Argentina e o Brasil em questões de controle militar e de armamentos químico e nuclear, justamente no momento em que instaura o MERCOSUL:

“O Brasil e a Argentina continuam até hoje a manter um diálogo extremamente produtivo e amplo, impulsionado no mais alto nível por uma sucessão de encontros entre os presidentes Itamar Franco e Carlos Menem. O tema da cooperação nuclear para fins pacíficos continua a ocupar um lugar de importância na agenda bilateral, ao lado de

esforços para aprofundar e enriquecer o relacionamento pela implementação do MERCOSUL(...)” (Castro, 1993: 77).

E há, além disso, propostas avançadas com o intuito de montar intercâmbios entre os dois grandes do MERCOSUL para pesquisas na área nuclear e espacial, mas descartando a idéia de se fazer uma usina binacional, haveria a oportunidade de se aproveitar técnicos dos dois países. (OESP, 29.01.2000) O que não deixa de ser, em princípio, um importante esforço para romper a pressão da oligarquia nuclear, simbolizada pelos cinco países que ocupam o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eis uma tentativa de ampliar a agenda do MERCOSUL para além dos assuntos relacionados ao comércio intra-regional e à economia.

Intercâmbio esse que marca, após as pesquisas nucleares, a tomada de estudos em informática, comunicação e eletrônica, constituindo, desta maneira, tentativa de construtivismo, tornando fundamentais a política de regionalismo e de identidade de interesses setoriais dos países do Cone Sul. Esta ação representa um melhoramento de comunicação, informação e na redução das percepções de ameaças mútuas. É evidente que essa aproximação não deixa de reconhecer diferenças de concepções nacionais que agregam valores e diferenças acerca, inclusive, da definição geográfica e da região. (Cf. Hurrel, 1995:46).

A Afirmação Diplomática Brasileira na Questão de Corpus-Itaipu

Em continuidade ao capítulo iniciado com a política externa pragmática e a questão nuclear, é possível observar o MERCOSUL vindo a ser um modelo institucional para superar problemas políticos e econômicos entre seus membros, mormente Brasil e Argentina, que são os mais importantes países da América do Sul. Com efeito, torna-se também o mencionado tratado regional, maneira de esfriar disputas históricas e rivalidades na região da bacia do Prata, ponto de discórdia entre os dois países, cujo outro desentendimento foi a crise de Corpus-Itaipu, na primeira metade da década de 1970, quando o Brasil e o Paraguai resolveram construir a usina hidrelétrica de Itaipu.

Os debates sobre o aproveitamento dos recursos hídricos das bacias Paraná e Prata ocorriam, desde 1950, entre os países da região que apresentam algum interesse nesses recursos: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Mas foi em 1973, nos governos de Emílio Garrastazu Médici e de Alfredo Strossner que Brasil e Paraguai firmaram acordo para a construção da hidrelétrica, com o Tratado denominado Itaipu. Ato que elevou, ao máximo, a contestação da República Argentina, por intermédio de seu embaixador nas Nações Unidas, ao acordo firmado entre Assunção e Brasília; tratado considerado prejudicial aos negócios argentinos.

Após aquele fato conflituoso, considera-se como sinais de aproximação e de cooperação no âmbito regional, amortecedor daquelas crises, os entendimentos políticos entre Brasil e Argentina que ganharam novo impulso com o Tratado de Buenos, de 1986; nos governos de José Sarney, de Raul Alfonsín e, complementarmente, com a eleição de Julio Sanguinetti, no Uruguai. Aqueles foram significantes entendimentos diplomáticos sobre questões do passado recente, que podem ser reforçados com o Tratado de Assunção, como se pretende averiguar com a evolução do MERCOSUL.

Foi justamente naquele período em que se desenhou maior aproximação, sob o espírito da cooperação, entre as Repúblicas argentina e brasileira, como aquela ocorrida em Buenos Aires que se firmou, efetivamente, o conceito de integração regional. Aproximação essa que ainda teria de por em entendimento a utilização, em conjunto, dos recursos energéticos das bacias do Paraná e do Prata, assunto que fora de difícil resolução para as diplomacias do Palácio San Martín e do Itamaraty, em nome de seus respectivos governos.

Mas, em outras palavras, as experiências anteriores ao MERCOSUL não abriram mão de resoluções sobre o aproveitamento ambiental e hidrelétrico, assim a palavra aparece na proposta da II reunião dos países da bacia do Prata, cujo acontecimento deu-se no mesmo ano do encontro entre Alfonsín e Sarney, em 1986, a seguir uma das sugestões do encontro: *“Impulsionar a atividade da bacia do Prata para as realizações muito concretas e específicas em termos de integração física.”* (Declaração **apud** Caubet, 1991:123)

Sob o parâmetro histórico de tal clima de agravos, desde o começo do século XX, Brasil e Argentina disputavam meios de influenciar política e economicamente na região abarcada pela atração da bacia do Prata e do Paraná: Bolívia, Paraguai e Uruguai. Tanto no Rio de Janeiro, quanto em Buenos Aires havia planos e previsões sobre os caminhos percorridos pelas duas Repúblicas, em busca de uma espécie de seus “destinos manifestos”, termo que ficou conhecido tal comportamento político no continente americano.

O Barão do Rio Branco, nesse sentido, retomou disputas e negociações no extremo sul do Brasil, com os Acordos de Palmas de 1898, direcionando maior atenção à disputa platina. Visto que a Argentina já representava fundamental importância, ainda mais numa região que é próxima ao conflituoso, naquela época, Rio Grande do Sul - com sua revolução federalista. E, como foi comentado, Buenos Aires era promissor centro econômico e político da América do Sul, quando chegou a ocupar o quarto lugar entre os países mais ricos. (Cf. Rodrigues et Seitenfus, 1995:232).

Conseqüentemente, a década de 1970 foi o período em que houve o ponto de maior tensão entre as Repúblicas argentina e brasileira pela configuração de poder no subsistema platino. Como pôde ser averiguado por alguns estudiosos do assunto, o ponto máximo da questão era resultante, também, pelo princípio de equilíbrio vivido pelas duas maiores potências regionais. Equilíbrio esse que fora rompido em virtude de projetos brasileiros que refletiram suas projeções na escala platina, mormente o Paraguai, país mediterrâneo e considerado pendular a amortecer as aspirações de políticas de atração de Buenos Aires e de Brasília.

É bom salientar que a quebra do equilíbrio pendente, até aquele tempo, em prol da Argentina, não pode ser analisada ao largo dos acontecimentos políticos por que passaram alguns Estados da região, sem apreciar problemas de relacionamento e disputa entre os países do Cone Sul. Aqueles foram acontecimentos que contribuíram para a perda da influência argentina sobre seus vizinhos Paraguai, Bolívia e Uruguai e, acrescentando, ajudou o entendimento oportuno entre o Brasil e o Chile, que também guardava dificuldades de entendimento com Buenos Aires.

O Chile estava em conflito com as posições da Casa Rosada por causa de questões de limites fronteiriços, esse ponto também tem de ser considerado para a compreensão da crise argentina, que necessitava reconstruir seu arco de apoio para os litígios contra Brasília e Santiago. Aquela rede de golpes militares sofridos por esses países, como o chileno, de 1973, fora aproveitado não somente para compor um sistema de segurança anticomunista, mas também para formar um arco de alianças com Brasília, para balancear a influência da Argentina.

E como bem avalia Moniz Bandeira, aqueles acontecimentos ocorreram justamente no instante em que a Argentina, do curto governo democrático de Perón, também tentara obter apoio junto ao Grupo dos 77, do movimento Não Alinhado, contra o Brasil, por causa das divergências resultantes do projeto brasileiro-paraguaio de se construir a grande hidrelétrica de Itaipu, porque havia, além de outros pontos, o risco do Paraguai vir a ser outro Panamá na América Latina, mas desta vez, com ingerência brasileira no lugar da norte-americana existente no estratégico istmo. (Cf. Bandeira, 1993:238).

Os argentinos temiam, nessa quebra de equilíbrio regional, a sorte dos projetos brasileiros de infra-estrutura que poderiam se transformar, não somente como pólo de atração à República guarani, mas igualmente um dínamo atrativo às vulneráveis regiões argentinas, cita-se a despovoada província de Misiones, que poderia sofrer atração do crescente desenvolvimento industrial brasileiro existente na região Sul, de acordo com Leonel Mello:

“Os argentinos temiam que a construção de Itaipu junto à sua fronteira nordeste implicasse a implantação de um pólo de desenvolvimento econômico capaz de irradiar a influência brasileira até a subdesenvolvida e despovoada região de Misiones, à semelhança do processo em curso nos departamentos paraguaios limítrofes ao Brasil”. (Mello, 1996:148).

A disputa se fez acirrada na primeira década de 1970, quando os governos brasileiro e paraguaio iniciaram, efetivamente, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu na jusante do rio Paraná. Por sua vez, o governo argentino alegava vários motivos para se opor à construção da grande hidrelétrica binacional. Aqui destacam-se dois obstáculos

suscitados pelo governo federal em Buenos Aires, um de caráter interno e outro externo como se segue.

Interno porque poderia diminuir o poder de pressão quando o rio chegasse ao território argentino, não podendo ser aproveitado em suas usinas hidrelétricas e com perigo de provocar danos ambientais. Consideravam-se, então, incompatíveis duas usinas de grande porte na mesma bacia, fato conhecido, na sugestão de Saraiva Guerreiro, como questão de “Corpus-Itaipu”. A fim de minorar o problema relacionado aos parques recursos energéticos, que queixavam-se os argentinos, o governo brasileiro fez proposta de desviar o rio Iguaçu e soltar suas águas em direção ao rio da Prata; proposta rechaçada de pronto por Buenos Aires. (Cf. Guerreiro, 1992: 96).

O problema externo, acrescentado à Argentina, seria indicado pela aproximação do Brasil e do Paraguai, parceiro menor, no montante financeiro, na construção da hidrelétrica de Itaipu, considerada obra de grandes dimensões. A presença paraguaia na construção da usina hidrelétrica viera a ser, na visão dos argentinos, uma maneira de “satelitização” de Assunção ao comando de Brasília, ainda mais em virtude de sua posição de Estado meridional, entre dois grandes vizinhos, que não tem saída marítima, a não ser pelos portos brasileiros ou portenhos. O temor seria o Paraguai se tornar dependente da energia elétrica gerada pela hidrelétrica de Itaipu, justamente com um sócio mais poderoso.

A resolução para a Crise de Corpus-Itaipu procurada pela Argentina foi debatida em duas etapas. Primeira, na Conferência Mundial das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972. Segunda etapa, sem lograr entendimento satisfatório na primeira reunião, a questão se estendeu à Assembléia Geral das Nações Unidas, onde foi debatida na abertura dos trabalhos, também em 1972, com a chance de ser transferida a instâncias especiais superiores.

O objetivo do Palácio San Martin era conseguir apoio suficiente da Assembléia Geral das Nações Unidas para levar o Brasil a perder causa na Corte Internacional de Justiça em Haia onde, no depoimento do ex-chanceler Gibson Barboza, a posição brasileira poderia estar em desvantagem, que pode ser lida neste parecer do antigo embaixador argentino na ONU ao chanceler brasileiro: “*Embaixador, o seu governo*

precisa convencer-se de que nós, os argentinos, estamos negociando de uma posição ganhadora, nós já ganhamos.” (Cf. Barboza, 1992: 117).

A resolução deu-se quando o Brasil se comprometeu a fornecer algumas informações técnicas da construção da obra nos rios internacionais aos países interessados, entende-se República Argentina. A resolução admitida pelo Brasil era as chamadas *consultas prévias* que, nos escritos do ex-chancele Barboza, a diplomacia brasileira relutou em aceitar em virtude dos boicotes que a Casa Rosada poderia utilizar para atrasar, ao máximo, a construção da obra. (Cf. Barboza, 1992: 109).

E, a partir disso, a Argentina comprometera-se a não tomar medidas de retaliação contra o Brasil, como fizera ao bloquear o túnel Cueva-Caravelas, ligação entre Argentina e Chile. Aquele ato de represália paralisou o transporte brasileiro de cargas às cidades portuárias chilenas. Os entendimentos de resolução foram firmados pelo Acordo de Nova Iorque, de 29 de setembro de 1972, com as consultas prévias. Mesmo assim, o mal estar fora conservado graças às desconfianças da imprensa argentina, cuja opinião era de que faltara empenho por parte do corpo diplomático do governo platino. (Cf. Coutinho et Alberti, 1984:3185).

Ainda, em 1977, não se havia chegado a bom termo sobre os conflitos diplomáticos entre a Argentina e o Brasil. Na avaliação de Sonia de Camargo, havia dramático impasse concernente aos dois governos: *“A disputa entre Brasil e Argentina se tornava cada vez mais árdua, acentuando-se em 1977 quando Azeredo da Silveira, ministro de Relações Exteriores do Brasil, recusou o argumento da consulta prévia, declarando que Itaipu era uma questão que só interessava ao Brasil e ao Paraguai. Contudo, a crise que parecia iminente, não ocorreu, entre outros motivos pela oposição da imprensa brasileira à linha dura de Azeredo da Silveira e pela pressão das autoridades militares que recomendavam moderação”*. (Camargo, 1987: 30).

Por outro lado, é interessante notar certas distinções da diplomacia paraguaia em relação ao Brasil e à Argentina. Características entendidas na forma de “política pendular” que procura, ao máximo, tirar partido da rivalidade entre os dois grandes Estados da América do Sul. Com efeito, o tipo de operação diplomática utilizada pela

República do Paraguai é entendida como realista à medida que reconhece seu lugar e seu grau de manobra junto a dois países mais fortes no aspecto econômico e tecnológico.

Desta forma, sugere Caubet, é mister apresentar moderação quando se analisa a relação entre Argentina, Brasil e Paraguai no arranjo de Itaipu, ao opinar que o terceiro país estaria condenado a ser um satélite brasileiro. Tem de se lembrar também do momentâneo empenho argentino-brasileiro em dois casos: primeiro passo, na procura de superar obstáculos vindos de uma possível “chantagem” do Paraguai ao fornecimento de energia hidrelétrica; segundo, na busca de lograr apoio à industrialização da República guarani com a tentativa de não fazer desse tipo de energia um meio de “subsistência financeira”, como ocorrera, em analogia, com os países árabes membros da OPEP, em 1974.

É bom salientar, conforme adverte o mencionado autor, sobre os riscos de adquirir visões estereotipadas ao tratar a política exterior paraguaia como frágil. Não obstante, vendo que a República guarani não tivesse cadenciado a solução do litígio sobre a região de Sete Quedas, mesmo assim não deixou de tirar proveito da construção da grande hidrelétrica, adquirindo metade da energia produzida em Itaipu. É curioso notar que esta manifestação da diplomacia do Paraguai também foi reproduzida junto à Argentina, quando da construção das usinas de Corpus e de Yacyreta.

O resultado dessa combinação seria a abundância de energia elétrica ao Paraguai, cuja imagem poderia ser de um “emirado hidrelétrico” com acúmulo de energia hidrelétrica equivalente a 70 milhões de barris de petróleo. (Cf. Caubet, 1991:140). Isto significa que a superprodução de energia hidrelétrica na conta da República guarani se transforma em trunfo a favor de Assunção, em seu processo de admissão ao MERCOSUL. Trunfo, aliás, que pode ser utilizado na conduta diplomática do país meridional, tanto com o Brasil quanto com a Argentina.

Assim, na construção da empresa Itaipu Binacional, cujo primeiro projeto fora ensaiado em 1956, havia duas preocupações de ordem de política externa para o Brasil. Em princípio, quando o governo brasileiro tencionara estudar o potencial energético de Sete Quedas, por intermédio da firma CIBPU - Companhia Interestatal da Bacia do Prata e do Uruguai, teria antes de dar cabo da controvérsia com a República do Paraguai graças

à não demarcação definitiva do pequeno território das Sete Quedas, como é conhecida em língua portuguesa ou Salto del Guairá, conforme se fala no vizinho paraguaio.

Aquela demarcação, que exigiu tempo e empenho diplomático do Brasil e do Paraguai, já que a questão debatida entrava na seara do direito internacional e demandava revisão de antigos documentos e tratados do Brasil Colônia e do Império bragantino, só se efetuou com a aprovação da Ata das Cataratas de 1966, alicerce sobre o qual se construiu o Tratado de Itaipu; documento que, portanto, permitiu a construção da grande hidrelétrica de caráter binacional. (Cf. Barboza, 1992: 86).

As críticas suscitadas ao Tratado de Itaipu são entendidas da seguinte forma: a aprovação paraguaia à construção da usina, bem como sua concepção técnica anulou a disputa do país pela posse, de direito, da região de Sete Quedas. Considerando que não havia uma linha precisa de demarcação sobre a região em litígio, se tomou partido da estratégia brasileira de oferecer sociedade de um empreendimento de grande monta ao Paraguai. Fato visto como nocivo à República guarani que renunciara ao direito de contestação real do território. A construção de Itaipu é entendida como uma grande manobra diplomática, à vista disso, conservou o argumento brasileiro na defesa de seus pressupostos jurídicos ao oferecer “harmonia de interesses”.

E em segundo lugar havia, de igual modo, o temor existente no governo argentino de que a construção da hidrelétrica traria riscos à soberania e à normalidade da República Argentina. Uma das questões era o fato de que a alteração do rio Paraná poderia mudar o **status** de Buenos Aires na qualidade de ponto de atração regional para o Paraguai e para a Bolívia, países outrora atraídos pela pujança e pela importância regional desempenhada pela importante capital portenha aos vizinhos mais pobres.

Contudo, não se pode deixar de levar em conta também o projeto da Argentina de construir uma usina hidrelétrica ao sul de Sete Quedas como havia pretendido, vendo a chance de se erguer o projeto da usina de Libertad. Outro fator nitidamente político é vislumbrado na forma de manobra por parte do Brasil, quando escolheu o local de Itaipu para a construção da empresa binacional, obedecendo a razões de ordem geopolítica e de segurança nacional:

“Daí até concluir que o Brasil, escolhendo assim o local de Itaipu, tinha cientemente buscado um objetivo geopolítico, que consistia em deliberadamente prejudicar a Argentina, ao mesmo tempo em que aumentava a dependência econômica e política do Paraguai, só havia um passo”. (Caubet, 1991:30).

Além do mais, havia de igual modo interpretações distintas por parte das diplomacias argentina e brasileira a respeito de conceitos utilizados no direito internacional dos rios e recursos hídricos. Com a internacionalização da crise de Corpus-Itaipu e com a admissão do parecer do Grupo dos 77, favorável à Argentina, o debate passara a ser travado no meio das Nações Unidas, tendo entendimento, dessa vez, no nível mais exclusivo entre os dois chanceleres.

Os dois governos e suas respectivas diplomacias, em questão, buscaram forma de interpretar, de modo particular aos dois Estados nacionais, termos como soberania, soberania compartilhada, condomínio e patrimônio de uso comum, conceitos sempre entendidos como dúbios e parciais pelos dois países em questão, cuja função seria a transferência de poder a órgãos e instituições multilaterais, ideais prontamente negada pelos dois países.

Visto que, justamente, o núcleo do debate travado entre os diplomatas dos Palácios do Itamaraty e de San Martín foi para saber qual a natureza dos chamados “rios internacionais”, como o Paraná e o Prata. Debatia-se, de início, se o Brasil teria direito, de fato, de construir uma barragem em Foz do Iguaçu, o que poderia agravar, ainda mais, o problema de que o rio Paraná é o principal depositante da bacia platina, portanto vital para o cotidiano e bem-estar econômico da República platina.

Eis uma dificuldade que minara iniciativa de cooperação por melhor utilização dos benefícios da junção dos rios Paraná-Prata, em congruência com os princípios da futura integração regional, conforme fora esboçado em 1969 entre os cinco países que guardam interesses na bacia platina: Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Na observação de Caubet, a dificuldade em formular políticas de harmonia e de cooperação nas bacias do Prata e do Paraná, conforme princípios internacionalistas, era assim percebida na argumentação do representante brasileiro nas Nações Unidas:

“O Brasil julga oportuno, uma vez mais, deixar consagrado que atribuir a entidades internacionais, qualquer que elas sejam, poderes decisórios sobre projetos de desenvolvimento de qualquer Estado, sob forma de veto ou de medidas de efeito suspensivo, seria um abuso de poder e equivaleria a questionar a soberania dos Estados, no que lhe é mais sensível e imprescindível à própria sobrevivência: a livre disponibilidade de seus recursos naturais”. (Sérgio Frazão **apud** Caubet, 1991:81)

Contando, ademais, com publicações diárias nos principais jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires, parecia difícil encontrar solução que agradasse aos dois países do Cone Sul, já que o Paraguai concordava com a posição brasileira, concernente ao aspecto da questão que envolvia o direito de explorar o potencial energético da bacia do rio Paraná. Não obstante, pode-se perceber que as crises momentâneas por que passam os países do MERCOSUL não são fatos únicos no processo histórico de integração regional entre os países do Cone Sul.

Outra obra de infra-estrutura feita pelo governo brasileiro, somada à hidrelétrica de Itaipu, também denotava “ambições expansionistas” para a Chancelaria argentina, a saber, a rodovia federal 277, meio de ligação entre o porto de Paranaguá e a cidade de Foz de Iguaçu, entrada e saída paraguaia pelo Paraná, constituindo-se forma de influenciar na economia do Paraguai e de perturbar a política externa argentina, como escreve o estudioso argentino N. Boscovich: *“O Brasil tinha idéias claras sobre o modo de atuar para diminuir ou anular nossas possibilidades; por isso construiu a estrada de Foz do Iguaçu ao porto marítimo de Paranaguá e concluiu sua obra edificando a ponte internacional entre Foz do Iguaçu e Puerto Stroessner”.*(Boscovich **apud** Minvielle, 1994:140).

Tanto o Brasil quanto à Argentina eram governados por militares tencionados a influenciar seus vizinhos economicamente mais fracos, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Mesmo o breve período democrático do governo Perón, de 1973, contribuiu para a intensificação do conflito diplomático entre Brasília e Buenos Aires. Era justamente o período em que aos dois Estados projetavam suas políticas de poder para além de suas fronteiras nacionais, como fora patente com o aproveitamento do rio Paraná pela construção de Itaipu.

CAPÍTULO IV

A Realização do MERCOSUL

“Os tratados são atos sagrados cuja execução é a primeira garantia que as nações podem se dar”.

Napoleão Bonaparte

O Tratado de Assunção é resultado da experiência histórica e política dos países do Cone Sul no plano da integração e dos blocos regionais. A intenção deste capítulo é saber quais os fatores que contribuíram para o surgimento do Tratado de Assunção, procurando contextualizar o MERCOSUL em comparação a outras iniciativas de função integracionista que tiveram existência entre os Estados latino-americanos desde a década de 1960. E mais, tentar apreender os resultados que este tratado tem provocado nos relacionamentos políticos e econômicos em seus partícipes: dinamização comercial e no alargamento da participação democrática. Mas também não esquecer dos problemas resultantes da assimetria e do não alinhamento de projetos entre os países-sócios do MERCOSUL.

Os Fatores Históricos da Integração na América Latina

No decorrer da história latino-americana, a partir de 1948, houve algumas implementações de experiências de integração regional que antecederam e contribuíram para lograr o MERCOSUL, em 1991. No ano de 1955, sob os auspícios da CEPAL em suas primeiras sessões, deu-se o ensaio de se instituir a primeira União Aduaneira da América Latina, por intermédio do Comitê de Comércio (órgão imaginado pela CEPAL), com o projeto de difundir o conceito de integração econômica regional ainda não tão bem debatido na América Latina.

Em 1958, a CEPAL contribuiu para organizar a Primeira Reunião de Consulta Sobre Política Comercial do Sul do Continente, encontro organizado por Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, na cidade de Santiago, capital do Chile. Aquela primeira reunião

pretendia fazer com que os Estados participantes adotassem políticas de liberalização comercial. O mesmo tipo de encontro, com o nome de Segunda Reunião de Consulta, aconteceu no ano de 1959 quando a CEPAL pretendeu instituir um tratado de livre comércio, o que acabou inspirando a criação da ALALC. (Cf. Almeida, 1998: 38).

O passo seguinte, àquele acontecimento, ocorreu com o Tratado de Montevideu, no Uruguai, de 1960, quando o assunto de cooperação passa a ocupar cada vez mais espaço nos meios políticos e intelectuais latino-americanos. Assim, ao congregar todos os países sul-americanos, exceto as Guianas, para efetuar uma área de livre comércio, criou-se a ALALC, uma das experiências antecessoras de integração mais remotos do Mercado Comum do Sul, que já pretendia reformular e mudar as relações de dependência econômica entre os países industrializados e os não-industrializados, ou melhor, alterar a divisão internacional do comércio.

O ponto principal da ALALC, naquele ambicioso programa, era a industrialização e a diversificação econômica do subcontinente, cuja pauta de exportação se baseava, em grande parte nos produtos agrícolas e outros tipos primários. Naquele programa de integração havia também a intenção de abrir os mercados consumidores dos países-membros, mas sem tomar parte nos temas de política comercial de maior complexidade. Para que os objetivos da ALALC fossem reais, aumentar o comércio intra-regional e a industrialização, seria necessário, no prisma do embaixador chileno Heraldo Muñoz, baixar 10% as barreiras alfandegárias ao ano, fato que não aconteceu. (Cf. Muñoz, 1996:107).

Vários fatores ajudaram a malograr a primeira Associação, que pretendia lograr êxitos em doze anos, dentre os mais relevantes, como escrevem Florêncio e Araújo, destacam-se a rigidez nos mecanismos de liberalização comercial, a instabilidade política vivida pela região, com a ascensão de governos nacionalistas sendo alguns por golpes-de-Estado, e o projeto de substituição de importações que formava barreiras tarifárias e não-tarifárias às importações, como forma de incrementar a produção industrial interna. Na verdade, as trocas comerciais da ALALC só funcionavam para produtos que integravam as “listas de exceções” que era bem pequena.

Mas é necessário sublinhar que o estabelecimento de altas tarifas para produtos importados não foi o único instrumento usado para a industrialização brasileira, argentina ou mexicana. Esse instrumento deu-se por ambicioso projeto de substituição de importações, com mais intensidade no Brasil, país que fomentou investimento governamental na indústria de base e de infra-estrutura, máquinas, petroquímica e siderurgia e telecomunicações; que diferenciou o Brasil dos outros Estados latino-americanos no que tange à industrialização, mais diversificada e bem-sucedida do que a dos outros países, apesar das distorções. (Cf. Florêncio et Araújo, 1996:34).

O passo seguinte, já sob o espírito da redemocratização latino-americana da década de 1980, procurou-se outorgar um novo acordo que superasse o clima de competição sob inspiração geopolítica e da política de poder entre os países do subcontinente, para se constituir resistências comuns à emergente crise econômica resultante das crises do petróleo e dos serviços da dívida externa e, em outra instância, diminuísse as barreiras alfandegárias e não-alfandegárias. E, além disso, que o novo tratado fornecesse terreno fértil para uma instituição de maior envergadura que viesse a dar conta dos históricos problemas econômicos latino-americanos.

Desta forma, em 1980, igualmente com o tratado de mesmo nome que dera instituto à ALALC, o Tratado de Montevideú, os países integrantes daquele órgão negociaram outro tratado de integração regional, menos formal e rígido no estabelecimento de prazos e datas. Eles criaram a ALADI, associação que procurou trazer mais êxitos que sua antecessora na procura de aumentar a liberalização comercial e, além do mais, a citada associação demonstrou ânimo para mudar a dinâmica de relações meramente competitivas, entre Argentina e Brasil, para se montar um tipo de relacionamento em que houvesse o entendimento bilateral entre os dois Estados sul-americanos:

“Esse êxito criou as bases para um passo ainda mais ambicioso: em 1988, Brasil e Argentina assinaram (sempre ao abrigo do sistema jurídico da ALADI) um tratado de integração, que previa a formação de um Mercado Comum entre os dois países – incluindo a completa eliminação de barreiras ao comércio(...), a adoção de uma Tarifa

Externa Comum e a coordenação de políticas macroeconômicas.” (Florêncio et Araújo, 1996: 37).

Por outro lado, ao refletir que o parque industrial dos maiores países latino-americanos já estaria suficientemente madura para um acordo de abertura comercial, a ALADI procurou se tornar um apoio ao processo de integração visto, em princípio, como algo “quixotesco” em virtude dos parcos progressos que a ALALC havia alcançado. Sob a presença da ALADI, firmaram-se acordos sub-regionais, mais modestos, de complementarão econômica, a saber, o PEC – Protocolo de Expansão Econômica, entre o Brasil e o Uruguai; e o CAUCE – Convênio Argentino-Uruguaio de Complementação Econômica, duas escalas progressivas que resultariam, em médio prazo, no MERCOSUL (Cf. Florêncio et Araújo, 1996: 36).

E daí, na percepção de Tullo Vigevani, houve profícuo rumo da ALADI para a arregimentação do MERCOSUL e a maior inserção liberal da Argentina e do Brasil nos mercados internacionais, sendo que este último seria a coroação dos esforços de integração vindos da década de 1960; ainda que o Mercado Comum do Sul tenha que se aprofundar em relevantes temas de política, de economia, de fatores energéticos e outros que, de início, escapam da função primeira do MERCOSUL: a inserção internacional dos países-membros. (Cf. Vigevani, 26.09.1997, A: 2).

O surgimento do MERCOSUL contribuiu para o impulso do processo de integração, cuja evolução, deu-se efetivamente nos encontros governamentais de 1985 e pela experiência deixada pela ALALC e ALADI. Além deste ponto, na avaliação de Feliz Peña, a Declaração de Iguazu e o Tratado de Cooperação Econômica entre a República Argentina e Brasil, de 1986, são considerados dois atos que legitimam o antigo processo de criação do Mercado Comum do Sul, inclusive, porque este último é concebido sob a instauração do regime democrático, o alicerce sobre o qual se concebe o Tratado de Assunção. (Cf. Peña, 2000: 12).

O citado Tratado de Cooperação Econômica, substanciado pelo Brasil e Argentina merece breves comentários, pois ele antecipou alguns dos importantes temas que foram integrados ao MERCOSUL, em 1991, assim pensa Neantro Saavedra-Rivano. De início, para o referido autor, o programa de integração brasileiro-argentino guarda o mérito de

procurar reeditar o espírito de cooperação Sul-Sul, que seria de fundamental importância econômica e política para os países da América do Sul, sobretudo sob várias crises da década de 1980, em que o Norte industrializado se esgotara como fonte dinâmica ao desenvolvimento, segue o autor:

“Há pelo menos duas vantagens em se examinar o programa de integração Brasileiro-Argentino no contexto mais amplo da Cooperação Econômica Sul-Sul. Por um lado, o programa de integração pode ser melhor entendido como componente de um processo global. Por outro lado, a experiência histórica de outros programas de integração, em particular latino-americanos, pode ser aproveitada para análise das perspectivas futuras do programa.” (Cf. Saavedra-Rivano, 1987: 71).

Em consequência daquele encontro entre Sarney e Alfonsín, o Tratado de Cooperação (também conhecido pelo nome de Tratado de Buenos Aires, de 1986) procurou instituir três instrumentos, dentre outros, de integração que futuramente seriam utilizados pelo Tratado de Assunção para a confecção do MERCOSUL: 1, os objetivos econômicos internos; 2, os objetivos econômicos externos e 3, os objetivos políticos e estratégicos.

De acordo com Saavedra-Rivano, esses três objetivos se sintetizam da seguinte forma: os objetivos econômicos internos seriam aqueles cujo fito é promover o crescimento produtivo dos países com a estabilidade de intercâmbio com os outros parceiros, como passou a procurar a Argentina e o Brasil. O segundo objetivo levaria em consideração a criação de um órgão multilateral sul-americano para promover harmonia de projetos frente a grupos ou Estados mais poderosos no que tangesse a economia, o que se pode dizer que houve com a criação do MERCOSUL. E, terceiro objetivo, reconhecer o papel estratégico que será utilizado para embates de natureza mais política. (Cf. Saavedra-Rivano, 1987: 72).

De modo paralelo aos contratempos resultantes de diferenças vindas de várias ordens entre os dois grandes parceiros do mencionado bloco regional, Argentina e Brasil, o plano de integração dos países do Cone Sul já demonstra resultados louváveis no intercâmbio econômico e no fato de afastar vícios e degenerações, consideradas típicas de

economias fechadas, bem como de governos politicamente herméticos aos debates e a críticas provenientes de toda a sociedade.

Fatores aqueles de integração regional, da segunda década de 1980, que se constituíram num importante alicerce para a formação do bloco internacional do MERCOSUL, com a entrada do Paraguai e Uruguai e a possibilidade de se ampliar, numa escala para o futuro, os acordos de Assunção em algo de maior envergadura, a contar com a possível junção dos países da Comunidade Andina aos integrantes do Mercado Comum do Sul, o que seria fundamental para a feição do bloco sul-americano. (Cf. Almeida, 1998: 20).

O Advento do MERCOSUL

Com referência ao Mercado Comum do Sul, de início, em março de 1991, o MERCOSUL se estabeleceu como Zona de Livre Comércio procurando, mais uma vez aumentar, a exemplo de seus projetos antecessores, as trocas comerciais entre os quatro países da região do Cone Sul que, gradualmente, iriam procurar diminuir os direitos alfandegários e restrições alfandegárias que perpassaram praticamente incólumes pelos antigos acordos e tratados econômicos que tomaram lugar na história das relações internacionais da América do Sul.

Já no final de 1994, em dezembro, o bloco regional do Cone Sul se transformou numa área de União Aduaneira, estágio superior à Zona de Livre Comércio e anterior à formação do Mercado Comum (como há na Europa), tendo o fito primordial de baixar a zero as restrições alfandegárias nas trocas intra-regionais e estabelecer, para outros mercados, uma Tarifa Externa Comum pertinente aos quatro países membros, isto para proteger a concorrência interna nos Estados pertencentes ao bloco regional. (Cf. Almeida, 1998: 14).

Retomando ponto comentado, deve-se considerar não apenas os dois encontros referidos como primordiais para a confecção do MERCOSUL, há outros eventos relevantes, conforme recorda Alberto do Amaral Júnior. A celebração do Acordo Sobre o Aproveitamento de Recursos Hídricos do rio Paraná, em 1979, encontro feito ainda sob a

égide dos governos autoritários nos três países da região, conseguiu findar as crises pendentes por causa da usina hidrelétrica de Itaipu e, ao mesmo tempo, inaugurar uma seqüência de diálogos entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai.

E, além desse ponto específico, deu-se o Acordo de Cooperação Nuclear, de 1980, que tencionou restringir a pesquisa e a produção de artefatos nucleares para objetivos que não fossem pacíficos. Além do mais, aquele acordo também permitiu grande impulso ao processo de construção de uma relativa confiança entre Argentina e Brasil no campo estratégico e militar. Evolução de confiança que, inclusive, tomou parte na construção integrativa de Argentina e Brasil, em 1986. (Saavedra-Rivano, 1987: 73).

E diga-se que o termo “processo” é em razão dos acordos regionais estarem sempre sob observações e reparos que cotidianamente são necessários nos diálogos governamentais entre Estados sócios, na lógica de Amaral Júnior. Ou melhor, acordos suscetíveis de bom entendimento, bem como de obstáculos que surgem nos relacionamento entre os membros. (Cf. Amaral Júnior, 1994:13).

Neste aspecto, para Jaguaribe, o MERCOSUL contribui igualmente para transformar a idéia de que tanto os problemas da política doméstica, quanto os assuntos ligados a questões internacionais, só podem ser versados por elites intelectuais ou pertencentes ao alto escalão governamental da diplomacia. Nesta linha, é lícito afirmar, de acordo com Hélio Jaguaribe, que apesar dos obstáculos existentes entre Argentina e Brasil no que tange o plano de integração, o MERCOSUL cumpre positivamente seu papel, principalmente na condição de bloco afirmativo à ALCA, que pretende se afirmar a partir de 2005. (Cf. Jaguaribe, 2000: 30).

Por conseguinte, as relações econômicas entre Argentina e Brasil têm-se mostrado assimétricas, *inter alia*, pela presença da indústria brasileira que se faz superior à do vizinho argentino em seu território nacional. Visto que, considerável parte da população e do PIB no MERCOSUL é representado pelo Brasil, constatação que também pode ser vista no comércio dos Estados Unidos com Canadá e México, vislumbrando uma relação assimétrica intra-regional.

Mesmo assim, o MERCOSUL se mostra como a melhor experiência integracionista para a América do Sul, sobretudo no aspecto da cooperação política após o

período autoritário-militar em que os países são sempre receosos dos ajustes propostos no campo da aproximação política. Apesar de muitos progressos econômicos e políticos terem sido iniciados antes da formação do MERCOSUL, é mister considerar este plano como resultado do reforço de programas efetuados nas décadas de 1960 e 1980, com o advento da ALALC e da ALADI.

Embora sua participação no comércio mundial seja ainda modesta, menos de 2%, o MERCOSUL poderá revelar progressos que, paulatinamente, crescem em importância, a ponto de chamar atenção da agenda norte-americana para relações internacionais da América Latina, cujo programa defendido pela Casa Branca é a ALCA, projeto integrativo repensado pelo governo Clinton, em 1994 (Cúpula de Miami); um contraponto à ALCSA-Área de Livre Comércio Sul-Americana, um MERCOSUL-plus, lançada em 1993 (como Iniciativa Amazônica) pelo presidente Itamar Franco e seu, então chanceler, Fernando Henrique Cardoso. (Cf. Florêncio et Araújo, 1996:92).

Não obstante, o debate sobre a formação da ALCSA não está fora de propósito, ao menos no artigo de Paulo Roberto de Almeida, cujo pensamento é o de que a concepção de um plano de integração sul americano, de maior envergadura, contribuiria para maior conjugação política, por exemplo, entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. A revitalização da ALCSA teria de passar pela anuência da ALADI para representar a visão, em conjunto, do MERCOSUL em face dos avanços da ALCA antes de 2005, como ficou acordado em encontro ocorrido em abril de 1998. (Cf. Almeida, 2000: 17).

O MERCOSUL, da mesma forma que outros planos de integração regional, contribuiu para aumentar o fluxo comercial entre os países-membros. Permitindo, neste caso, melhor aproveitamento da estrutura econômica existente, embora esta estrutura não seja ainda suficiente nos programas de bens de capital, ferrovias, portos e outras obras que venham a ajudar para melhorar o intercâmbio entre os Estados sócios. É claro que esse intercâmbio não se fez sem resistências setoriais tanto do lado brasileiro quanto do argentino que, na atenção de Florêncio e Araújo, apresentavam a seguinte reação:

“As maiores resistências ao processo, contudo nasceram no setor industrial argentino. A indústria desse país via-se subitamente exposta à intensa e eficaz concorrência da indústria brasileira. (...) Deve-se acrescentar a esse quadro, ainda, a

defasagem tecnológica e a obsolescência de muitas indústrias argentinas nessa época, tornando-as pouco competitivas com relação à indústria brasileira, mais moderna e mais dinâmica em diversos ramos”. (Florêncio et Araújo, 1996: 43,44).

Não obstante, isto possibilita, além do comentado, a retomada da economia de escala, do aproveitamento de recursos ociosos pela falta de investimentos; acrescentando o trânsito de empresas locais que passam a contar com o aumento de consumo para seus produtos: laticínios, agroindustriais e cosméticos para os quatro países do Cone Sul. Desta forma, concebe-se, no MERCOSUL, concorrência entre empreendimentos que procuram melhorar seus produtos para conquistar novos mercados por intermédio de produções que procurariam qualidade e baixo preço.

Na assertiva Jaguaribe, o MERCOSUL pode promover o melhoramento e um aprendizado, no padrão comercial e econômico do Brasil, da Argentina e dos outros Estados partes na inserção internacional destes países nos aspectos de maior eficiência produtiva, pela especialização crescente dos agentes econômicos e maior aproveitamento de economia de escala, com a ampliação do mercado e melhor posição de barganha no plano internacional.

Mas, além disso, na ótica do citado cientista político, o MERCOSUL procura instituir, na percepção desse cientista político, uma espécie de pedagogia política bastante positiva no relacionamento entre os quatro Estados do Cone Sul, sempre às voltas com questões que exigem bom diálogo e entendimento em benefício do bloco regional que será um “antídoto” numa ordem internacional de assimetrias. (Cf. Jaguaribe, 2000:31).

O Brasil, pelo fato de ser o maior país da região, em economia e população, contribui para atrair investimentos diretos para além do MERCOSUL, o que significa dizer, investimentos que tocam mais aos interesses econômicos brasileiros. Em particular, o País recebeu maior quantidade de investimentos diretos no campo da industrialização e dos serviços do que os outros Estados parceiros: de US\$ 9 bilhões em 1996, para US \$14 bilhões em de 1997 e, para o ano de 1998, a quantidade foi na ordem de US\$ 20 bilhões. (Cf. Dupas, 16.12.2000, A:2).

O resultado dos investimentos aplicados poderá ser a retomada da industrialização no interior de algumas unidades federativas brasileiras, por exemplo, o interior paulista, o

paranaense e o mineiro, onde algumas montadoras automobilísticas norte-americanas e asiáticas, de início estas, aproveitam as boas condições de infra-estrutura dessas três unidades federativas, como boas estradas, razoável capital tecnológico e telecomunicações, fatores que ajudam na construção de novas filiais.

O MERCOSUL, na visão de Henrique Altermani de Oliveira, revela-se na expectativa de ser um plano de integração regional promissor e com caráter próprio, montado culturalmente com as contribuições dos países-membros. Este fato chega a ponto de provocar críticas severas por parte do governo norte-americano e também de algumas agências multilaterais, por exemplo, o Banco Mundial, quando eles opinam que o comércio interno no MERCOSUL ou por sua tentativa de ampliação, não é relevante para o mercado mundial.

De início, pode-se afirmar que a constituição da ALCA, empenhada com vigor pelo governo dos Estados Unidos, seria uma forma de demonstrar certo controle político sobre o Hemisfério Sul, procurando ser uma demonstração de força, em face da União Européia e da Ásia, na busca de garantir mercados. Mas, de acordo com Oliveira, não seria prioridade do governo norte-americano o embate entre os projetos do grande mercado continental, do Alasca à Terra do Fogo, e o MERCOSUL. (Cf. Oliveira, 1997: 6).

Isto seria, deste modo, um “jogo de cena” para sensibilizar outros atores do comércio internacional sobre o papel representado pela grande potência da América. (Cf. Oliveira, 1997: 7). Já no parecer de Almeida, os conflitos de concepção entre a ALCA e o MERCOSUL não são de razão direta econômica e comercial, mas sim entre projetos específicos de poder e de estratégia entre o Brasil e os Estados Unidos para o século XXI. (Cf. Almeida, 2000:25).

Para confirmar a evolução do sentido progressivo do comércio intra-regional, bem como a modernização competitiva, fruto do intercâmbio econômico e da inserção dos países numa arena de competição mundial, o MERCOSUL procura aumentar o fluxo comercial na América do Sul de modo salutar. Esta evolução econômica e comercial, para o ex-governador de São Paulo, André Franco Montoro, é representada da seguinte

maneira: *“Caminho necessário para enfrentar os riscos e benefícios da globalização e para a inserção competitiva na economia mundial”*. (Montoro, 2000: 675).

Entretanto, mesmo que o crescimento destes valores seja quase geométrico, não anula o emprego de políticas públicas para investimentos e reformas de infra-estrutura: estradas, ferrovias, portos, comunicações e receita federal; reformas imperativas para o rápido crescimento, em conjunto, dos países em benefício do MERCOSUL. Uma das questões no implemento dos acordos de integração regional se encontra na canalização de esforços conjuntos para o planejamento de investimentos em áreas e setores mais necessitados.

Semelhante à União Européia, o MERCOSUL é um órgão multilateral em que os membros, em princípio, podem “perder” alguns princípios de soberania nos moldes do pensamento realista clássico, por exemplo, intenção de proteção econômica, mudanças de câmbio e controle de informações são posições defensivas e não comuns num plano de integração deste porte, cujo objetivo é fomentar melhor inserção internacional para os países-membros ou organizá-los para uma realidade que requer união de iniciativas. Esta é a leitura que Bobbio faz de alguns blocos regionais existentes no mundo (Cf. Bobbio et alii, 1997: 1096).

Mas é preciso sublinhar que a possível perda de elementos de soberania no MERCOSUL, pelo menos no caso brasileiro, está ainda longe de acontecer, assim avalia Paulo Roberto de Almeida, da mesma maneira que ocorre na União Européia, cuja mutação deste conceito clássico começara na década de 1950, com o Tratado de Roma, e se intensificou com a interdependência na economia, na ecologia e na justiça, em que poderá haver o desenho de uma futura federação em que haja possibilidade de existir um “super-Estado”. (Cf. Almeida, 2000: 33).

Outro ponto importante do Tratado de Assunção é que este plano é firmado em processo de democracia como regime de governo, procurando afastar análises de política internacional de comportamento elitista, o que seria assunto apreciado apenas por especialistas ou funcionários da burocracia estatais. A emergência de ONG - Organizações Não Governamentais, dentre outros, demonstra o fato de que o Estado não tem mais o teor esotérico de pensar as relações internacionais e a política exterior das

unidades políticas, embora o parecer destas últimas continuem a ser os mais importantes nos assuntos ligados ao campo internacional.

O teor de cooperação entre os parceiros Argentina e Brasil no aspecto militar, incluindo a área nuclear, com participação institucional destes Estados no MERCOSUL, é vislumbrado de maneira exemplar para a busca de entendimento entre outros países que já tiveram disputas e crises que os levaram, além de guerras, à fabricação de artefatos atômicos, alimentando certa competição armamentista de “pequena Guerra Fria”. Foi justamente isto, na anotação do ex-chanceler Lampreia, que a Argentina e o Brasil procuraram evitar:

“A lógica de confrontação com a Argentina cedeu espaço à lógica da cooperação, consubstanciada no MERCOSUL. Essa cooperação é hoje o aspecto fundamental de nossa concepção de segurança nacional. (Lampreia, 1999: 385).

Com efeito, percebe-se o papel salutar a ser representado pelo MERCOSUL no subcontinente, ao contribuir para o teor de cooperação entre os países-membros. Com pouco tempo de existência, o Mercado Comum do Sul conseguiu se afirmar na condição de “âncora” institucional, para influenciar a política doméstica dos Estados integrantes no que se refere às regras do jogo da política doméstica, contribuindo para repensar termos como soberania e democracia com concepção positiva e não como assuntos que só dizem respeito às soberanias individuais.

Outro ponto positivo do bloco regional do Cone Sul é a valorização da democracia, como regime de governo, e a referendar a opinião pública na forma de pressão vinda da sociedade civil organizada: imprensa livre, partidos políticos independentes e opinião sem censura. A tentativa de golpe-de-Estado exercido no Paraguai no começo de 1996, foi malograda, em grande parte, por causa da pressão dos países-membros, sobretudo do Brasil, que não gostaria de ver instável sua fronteira oeste. Se tal golpe acontecesse, de fato, Assunção poderia ser excluída do Tratado de Assunção, o que seria bastante prejudicial a seu desenvolvimento.

Aliás, a integração do Paraguai ao MERCOSUL obedece justamente não apenas a imperativos econômicos, mas igualmente à necessidade de renovação política e institucional, parcelas desgastadas pelo viciado sistema político e também pelos anos de

ditadura do general Alfredo Stroessner. Assim, daria-se a possibilidade de uma renovação política que seja refratária aos abalos políticos que beiram ao autoritarismo, cujo fantasma sempre ronda a América Latina. (Rolon, 2000:39).

Atualmente, no comentário de Luís Augusto de Castro, caminha-se para maior racionalização da atuação internacional que tem, como símbolo e paradigma, a União Europeia, importante para o MERCOSUL. A amostra desta afirmação se encontra em vários acordos no plano do Novo Mundo Latino. O Tratado regional do Cone Sul procura eliminar o uso de armas não convencionais, ou químicas, por intermédio do Acordo de Mendoza, de 1991.

O MERCOSUL também procura seguir, de forma linear, o Tratado de Tlatelolco, também denominado Tratado do México, de 1967, que tenciona contestar a fabricação de artefatos nucleares no subcontinente latino-americano. Com a evolução institucional do MERCOSUL, o Tratado do México pode se transformar numa vocação que ajuda a cimentar um histórico de Pacifismo de suma importância para a América Latina. (Cf. Castro, 1993: 77).

Ou melhor, concede ao Tratado do México, assinado pelo Brasil e pela Argentina, importância que aquele Tratado de limitação havia perdido, de início, por causa de sua ambigüidade e pelo apego à realidade política por parte dos países da parte Sul da América Meridional. Isto ao averiguar que o esforço coletivo dos países latino-americanos não era acompanhado pelas grandes potências nucleares, responsáveis pela quase totalidade do uso dos equipamentos advindos dessa sensível tecnologia no uso militar.

Ou seja, o dique institucional e político daquela ocasião, firmado em tratado, era interpretado como sendo de “dois pesos duas medidas”, pois conservava a posição oligopolística dos Estados-potências no uso dos artefatos atômicos em detrimento das outras unidades políticas, diga-se dos países em desenvolvimento, que desejavam ingressar na pesquisa e na produção de materiais nucleares, conforme exprime Guido Soares. (Cf. Soares, 1974:166).

Isto significa dizer que o MERCOSUL não se limita a debater somente questões de ordem econômica e comercial, assuntos que ocupam o primeiro nível dos debates entre

os países-membros. Ele vai além desse ponto, pois o plano pretende também constituir base política para que possa existir um projeto de segurança coletiva e a formulação de iniciativa externa conjunta, organizada sob a inspiração da experiência coletiva encontrada na União Européia nos modos comunitários, assim prefere o diplomata Almeida. (Cf. Almeida, 1998: 13).

A Razão do MERCOSUL

Após anos de convivência com indicadores pouco promissores em assuntos econômicos e sociais, contratemplos que concorreram para imprimir certa marginalização regional, e apresentar instituições políticas de pouco prestígio no que tange ao respeito à democracia e à permanência de direitos humanos em sua forma plena, a América Ibérica e, em particular a República Argentina e o Brasil, montara formas de garantir positivamente uma nova escalada de inserção internacional por meio de novos acordos de integração regional. Gesto importante que se deu após anos de políticas refratárias à normalidade e depois de várias décadas de economias herméticas e de desconfianças políticas vindas da conturbada década de 1970.

Atuação essa, de impulso à integração, com instantes de perturbação em que havia a necessidade de repensar ou formular alternativa para novos compromissos no concerto internacional, por exemplo, saber qual o papel a ser representado pelo vizinho platino ou pelo Brasil na Guerra do Golfo, em 1991. E mais, qual seria o teor de soberania que há nesse novo teatro conduzido pelos Estados Unidos da América, com sua intenção de liderar a instituição de uma ordem americana de livre comércio, a ALCA, questão que também se faz presença na política dos países do Cone Sul, que não pode ser diferente com a Argentina e o Brasil.

É com tal realidade presente na atividade mundial que os dois maiores países sul-americanos tentam implementar sua inserção nos negócios internacionais. No mundo em que as grandes potências cadenciam o ordenamento dos Estados nacionais, os países da América do Sul procuram, à maneira da Europa Ocidental, formar seu bloco regional, seu plano de integração para que possam se afirmar por meio de um elemento de coesão que

poderá se iniciar com o MERCOSUL e se diversificar a outras áreas da América do Sul. (Cf. Almeida, 1998: 17).

Ou melhor, o MERCOSUL poderá atuar com o intento de fazer com que a união sul-americana seja benéfica, ao menos, no contexto regional contra ações desagregadoras vindas de fortes transformações do sistema internacional. O Mercado Comum do Sul, desta forma, procurará confirmar a opinião de que, sem o modo unitário de atuação, não haverá ganhos promissores numa realidade pautada pela política de poder em que os países periféricos têm poucas chances de serem realçados em atuações individuais. (Almeida, 1998: 14).

Nesta medida, o MERCOSUL é concebido não apenas na forma de plano de inserção nos assuntos regional ou global, mas também como modo de resolver questões políticas e históricas, com empenho e sem o caráter de posições nitidamente excludentes, como o encontrado entre Estados Unidos e México no NAFTA. Além disso, é uma maneira de procurar resolver problemas políticos e econômicos subsistentes da crise pela qual passou a América do Sul na década de 1980. Crise que, em parte, é resultado da posição latino-americana no arranjo internacional.

Ao seguir a inspiração da União Européia, pelo Tratado de Maastricht, ou de sua gênese, o Tratado de Roma, que conseguiu dar cabo da remanescente hostilidade franco-alemã que ainda se fazia presente mesmo depois de 1950, em virtude da disputa do território do Sarre e suas minas de carvão (Cf. Aron, 1986:576), o MERCOSUL também contribui para que a Argentina e o Brasil consigam dar continuidade a entendimentos sobre as históricas crises da década de 1970, como Corpus-Itaipu e outras provenientes das construções brasileiras de infra-estrutura.

Além do aspecto político, considerado suficiente para lograr um tratado de integração nos moldes do MERCOSUL, há igualmente razões de ordem econômica para a formação de um agrupamento entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, visto na condição de um dos mais bem sucedidos empreendimentos integracionistas no Novo Mundo Latino, ao menos na proposta de aumentar a circulação de investimentos, pessoas e mercadorias, conforme opina Almeida. (Cf. Almeida, 1999, s/ed.).

O bloco internacional de inserção econômica vislumbrado para os países do Cone Sul seria um meio de angariar melhores condições de vida para a comunidade nacional, na forma de grande projeto estratégico da diplomacia do Brasil. Seria após esse fato de projeção, que viriam outros objetivos mais ascéticos de política econômica internacional ou de política externa brasileira desenvolvida para a América do Sul pelo Itamaraty. (Cf. Almeida, s/ed.).

Em consequência deste termo, visão estratégica, é necessário dizer, bem assentada no argumento da política clássica presente nas ações das Chancelarias argentina e brasileira em algumas passagens do relacionamento. Em outras palavras, a montagem estratégica para lograr bem-estar à comunidade nacional ou para defender “interesses nacionais” não calcados exclusivamente pela esfera privada, da política ou da economia, é também observada por Aron: “*O comportamento diplomático-estratégico é, por definição, aquele em que se age em função do interesse coletivo*”. (Aron, 1986:148).

No entanto, no que tange ao fator interesse, o MERCOSUL seria um plano menos problemático e mais dinâmico do que o NAFTA, pois não há preocupantes questões de segurança interna, de ordem imigratória clandestina, nem traumas sobre perda **manu militari** de territórios que ainda venham a ocupar a agenda diplomática dos quatro Estados do Cone Sul.

E, por seu turno, o Mercado Comum do Sul não é tão burocratizado como a União Européia, ao observar a falta de sensibilidade da tecnocracia de Bruxelas que, às vezes, emperra o bom entendimento da comunidade do Velho Continente em virtude de grande codificação e leis, dentre outros, em economia e empregos. Este empecilho deve ser observado para que se o evite, no referido bloco, uma certa “mercocracia” sediada em Montevideú. (Cf. Almeida, sem/ed.).

Além desse fato, se pode outorgar, a este último, o caráter de plano mais representativo para a América do Sul; seria um apoio a ALCSA ou a um MERCOSUL ampliado. Essa é uma imagem que levou o presidente Fernando Henrique Cardoso a dizer que o MERCOSUL se assenta como um “*Pequeno Maastricht*”, seguindo exemplos da União Européia. O que significa também dizer que o Mercado Comum do Sul denota

interesse estratégico para o Brasil, mormente numa arena em que o eixo de disputa seria o advento da ALCA sob ditames norte-americanos. (Cf. OESP, 15.07.2000: A3).

Por conseguinte existe, neste momento, intenção da parte da Bolívia e do Chile para a possível integração desses dois países ao MERCOSUL, justamente para imprimir a visão estratégica que o governo brasileiro pede na hora de afirmar o Mercado Comum do Sul ante a ALCA. Isto é, evidentemente, se tal posição de Santiago for levada a bom termo, pois assim não entraria em conflito com o Tratado de Assunção que prega para admitir novos membros:

“O presente Tratado estará aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos de vigência do Tratado. (por outro lado). Não obstante, poderão ser consideradas antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração subregional ou de uma outra associação extra-regional.” (Tratado de Assunção, capítulo IV, artigo 20).

Intenção que não está ainda bem definida por parte do Chile, que aguarda pela melhor resolução da política externa dos Estados Unidos para a admissão de novos integrantes ao NAFTA, o aguardado *fast track*, ou como “nação de caráter preferencial” economicamente a Washington. Em todo caso, se os dois países sul-americanos forem integrados ao MERCOSUL, fará com que aumente a importância política e institucional do bloco sulista.

Na avaliação de Mário César Flores, três fatores contribuiriam para a iniciativa de ampliação do MERCOSUL. Primeiro, a resolução para a crise do Canal de Beagle, que estivera em litígio entre a Argentina e o Chile. A resolução para aquele conflito se deu por intermédio da arbitragem do Papa João Paulo II, no ano de 1984 e confirmada em 1991, pela qual os dois países passaram a reconhecer as delimitações de suas fronteiras no extremo Sul do continente. Já nos entendimentos com o MERCOSUL Buenos Aires, Santiago e Brasília se empenham para aumentar o grau de confiabilidade benéfica para minar certo “resíduo cultural e histórico” entre os três países do Cone Sul. (Cf. Flores, 12.09.1998, A: 2).

O segundo fator é a maior aproximação político-econômica entre a República da Bolívia e o Brasil para a construção do gasoduto *Bolívia-Brasil* aprovado, em 1996, pelo Tratado de La Paz. Sobre este tratado, comenta o embaixador Carlos Moreira Garcia, tem de se comentar que embora sua concepção já fosse pensada na década de 1950, com a compra do petróleo boliviano no lugar do gás natural, sua realização não foi concluída, em parte, por causa da pressão vinda da Argentina que temia ver seu vizinho andino ser influenciado pelo Brasil acarretando, assim, a progressiva perda da preeminência de Buenos Aires sobre a Bolívia.

De fato, a construção desse importante empreendimento que se conclui atenderia, inclusive, aos anseios da projeção de País continental angariada pelo Brasil, que precisaria se equipar com nova política energética e, além disso, conseguir arregimentar maior contato entre os países do MERCOSUL e os pertencentes à parte andina da América Meridional, o bloco da Comunidade Andina, de modo geral, isso apesar dos interesses diversos entre eles que acabam perturbando a visão de um projeto unitário para a região. (Cf. Garcia, 2000: 104).

Já o terceiro fator se relaciona à franca admissão do regime democrático nos países que pleiteiam entrada no MERCOSUL: a redemocratização do Chile, marcando o fim do período autoritário do general Pinochet e o respeito às “regras do jogo”, do estado de direito, quanto ao acato dos resultados obtidos em eleições livres são artifícios essenciais para fomentar a imagem de que o Mercado Comum do Sul contribui para o bem-estar da democracia na América do Sul.

Neste ponto, o que se deve elevar a um nível de maior importância, é o fator estratégico de tal empreendimento para o Brasil, com sua procura de garantir insumos energéticos para a região mais industrializada: o Sudeste. Esta visão, de acordo com a opinião de importante jornal paulista, se apresenta da seguinte forma: “*O que significa um comprometimento maior do Brasil, em suas fronteiras, com tudo o que significa do ponto de vista econômico, social, político e estratégico*”. (OESP, 31.01.1997: A3).

Em parte, este intercâmbio entre Brasília e La Paz, é uma tentativa regional para diminuir a dependência, em energia, que o Brasil teria junto aos Estados fornecedores de petróleo do Oriente Médio, sempre a par com crises que beiram ao racionamento e ao

boicote do petróleo. É com este conceito a respeito de política energética que se expressa a Organização Latino-Americana de Energia, em encontro realizado na cidade de Quito, em 1990. (Cf. Chipman, 1992:95).

Nas palavras, um tanto otimistas do ministro Celso Lafer, o processo primeiro de formação para a integração regional, em princípio baseada na cooperação entre a Argentina e o Brasil, é sustentado por um componente de confiança mútua entre os dois grandes países da América do Sul. Em outras palavras, esse componente seria representado pela lealdade (*loyaty*) presente no comportamento dos dois governos à procura de soluções em conjunto.

Esta tomada de confiança entre Buenos Aires e Brasília torna-se possível, de acordo com Lafer, em razão de dois fatores. Primeiro fator, a superação de dificuldades históricas vistas mais no campo da retórica, de acordo com o referido professor. O segundo fator acontece em virtude da atuação relativamente despolitizada, ou com pouco teor conflitante, entre os dois Estados sul-americanos que passam a procurar a prudência da cooperação com a normalidade política.

Mas é mister dizer que outros componentes contribuem para o impulso de integração regional no Cone Sul, um no campo de ação de política interna e outro de posição geográfica. No âmbito da política interna, pensa-se na já comentada admissão da democracia como efetivo regime de governo, a partir da eleição do presidente Raul Afonsín, em 1983; do fim do período autoritário no Brasil, em 1985 e pelas eleições livres no Uruguai. Estes três acontecimentos começaram a marcar o fim de ditaduras militares na América do Sul.

O aspecto externo é visto, no olhar de Lafer, na localização geográfica entre Argentina e Brasil, ambos os países compartilham os benefícios naturais das bacias do Paraná e do Prata. Após o período de disputa e de crises políticas resultantes da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, emergem iniciativas de cooperação e de compromisso tendo, do lado brasileiro, o entendimento com o recém empossado governo de João Baptista Figueiredo tendo, na diplomacia do Itamaraty, o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro.

Assim, se observa o acordo sobre a utilização do rio Paraná em 1979 que, finalmente, começara a por fim à crise resultante da construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Embora tanto o Brasil quanto a Argentina estivessem sob governos autoritários, aqueles governos conseguiram um mínimo de aproximação para dar cabo dos conflitos provenientes dos anos 1970; acordos que conseguiram definir a construção da grande hidrelétrica binacional. (Cf. Lafer, 1997:250).

Com efeito, faz-se necessário constatar a evolução política e econômica que existe entre a Argentina e o Brasil desde os encontros de 1985 a 1988; evolução que iria ao encontro das perspectivas internacionalistas e sem o excesso de politização, como sugere o atual chanceler do governo Fernando Henrique Cardoso, Celso Lafer. Contudo, é inevitável, na forma de unidade política, averiguar certas tomadas que a República Argentina tem demonstrado, quando procura formas de aumentar sua autonomia e capacidade de articulação internacional.

Para isto reflete, com equilíbrio de observação, o ex-ministro da Defesa da Argentina, Oscar Camillon, quando opina ser um equívoco o eventual ingresso de seu país na OTAN, como segue: *“Estas considerações são, sem dúvida, as que têm provocado a reação do Brasil. Em nossa opinião, o aspecto menos defensável da iniciativa do governo (argentino) é o que ignorou qualquer mecanismo de consulta, até o de mera informação ao governo brasileiro, estando em vigência o MERCOSUL, cuja interpretação, no mínimo, tem que ser de real ação de confiança entre seus membros”*. (Camillon, 19.07.1999).

Eis um fator destoante presente nas relações entre Buenos Aires e Brasília que pode diminuir o ânimo na consulta, inclusive o possível grau de confiabilidade entre as duas Repúblicas em assuntos de maior envergadura, como a conformação de uma política de alianças no meio militar. Este diálogo tem sido salutar para a conservação do MERCOSUL em sua proposta de aumentar o grau de cooperação enquanto não suscitam comportamentos de coloração realistas entre os dois grandes Estados sul-americanos, como serão comentados a seguir.

CAPÍTULO V

A Paralisia do MERCOSUL

“Jamais contes com a boa vontade dos outros, a ponto de esperares que venham a dar uma interpretação favorável aos teus atos. Não há uma só pessoa no mundo que seja capaz disso”.

Cardeal Mazarino

O Tratado de Assunção, por intermédio do Mercado Comum do Sul, conseguiu dar cabo de décadas de rivalidade que haviam ganhado corpo no relacionamento da Argentina com o Brasil, o Tratado de Assunção conseguiu fazer com que houvesse certa compactação entre os quatro países do Cone Sul. Mas após a segunda metade de 1990, começa a haver indícios de que o MERCOSUL não tem mais fôlego para conseguir sanar questões recentes e mais complexas que passaram a existir na convivência da Argentina e do Brasil sob acordos de integração regional. Este capítulo procura mostrar que parte destes novos problemas é, *inter alia*, resultante da política econômica argentina, de retorno ao agronegócio, e das diferenças de projetos do Brasil e da Argentina sobre o MERCOSUL.

Os Contratempos entre Argentina e Brasil no MERCOSUL

Em resultado de tais questões e apegos realistas, surgem alguns obstáculos que podem ser encontrados na conformação do MERCOSUL. São obstáculos resultantes do próprio comportamento da política doméstica de cada Estado signatário do tratado que concebeu a integração regional no Cone Sul. Não obstante, são questões internas ao Tratado de Assunção, que são entendidas como diferenças residuais e com o propósito de solver qualquer mancha na história do relacionamento entre a Argentina e o Brasil, conforme a opinião do chanceler Lafer.

Mas, por outro lado, é de suma importância atentar para as observações do embaixador Samuel Guimarães sobre a assimetria existente não só entre a Argentina e o

Brasil, mas também entre a primeira República com o Paraguai e o Uruguai, fenômeno maior do que o encontrado na conjunção europeia do Tratado de Roma. Com este prisma, pensa o citado diplomata, no conjunto de Estados que formam a atual União Europeia, há o princípio de equilíbrio político-econômico que ajuda a balancear o processo de emergência da Alemanha, levando em conta o papel representado pela Grã-Bretanha, França e Itália na composição da unidade europeia.

No arranjo político do Cone Sul ainda existiriam, para Guimarães, fatores relativos aos aspectos geopolíticos do Brasil. Em virtude de ser um País de dimensões continentais, o Brasil teria características próprias no conjunto do continente americano, o que o impulsionaria para uma posição de “jogador mundial” semelhante à China na Ásia. Em certa medida, esses são elementos clássicos de suma importância para a fomentação dos Estados como potência por meio do espaço ocupado, recursos materiais, capacidade e organização coletiva e aquisição de conhecimento tecnológico.

É deste modo, igualmente contando com tais peculiaridades inerentes ao Brasil, que Almeida percebe a projeção natural na América do Sul, como se o País fosse o detentor da chave estratégica dos negócios da região no século XXI, mesmo considerando que não há, aparentemente, nenhuma ação diplomática ou militar brasileira que venha a se constituir num “destino manifesto”. Esta nítida feição hegemônica do Brasil se dará, ainda mais, se não houver um claro projeto de construção de um espaço econômico feito por todos os membros do MERCOSUL. (Cf. Almeida, 2000: 24).

Estas características são vistas não apenas no tamanho do território e na capacidade de liderança política na região, mas são igualmente vislumbradas na presença brasileira nas sete fronteiras que o País tem além das existentes com os vizinhos que formam o MERCOSUL. Além disso, teria também de se levar em conta os laços com a região da África Austral, os países de língua portuguesa e com a República Sul Africana, de grande importância regional para o Brasil poder arregimentar capacidades de um *global trader*, de uma potência ascendente.

São laços que afetam os interesses econômicos e políticos em relação à geopolítica do comentado tratado sul-americano de integração regional. Esta projeção de feição central contribui para a formação da aliança hemisférica que, além de fortalecer laços

com a Argentina, ajuda a manter a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que significa grande avanço para a “tradição de pacifismo da diplomacia brasileira” e o seu reconhecimento de liderança. (Cf. Castro, 1993:76).

Estes fatores uma vez agregados, na percepção de Samuel Guimarães, fazem com que: “(...) *a atividade brasileira seja naturalmente distinta da atividade dos três outros países.*” Isto é, são atividades diferentes dos três países-membros do MERCOSUL, limitados em virtude das circunstâncias internacionais. Neste princípio, acerca da idéia de unidade política como potência ascendente, pode-se constatar alguma semelhança entre as concepções de poder do estudioso da política internacional realista e a do diplomata Guimarães. (Guimarães, 1996:20).

Por conseguinte, Samuel Guimarães é também da opinião de que o mercado consumidor argentino, em decorrência de seu pequeno tamanho, não atrai efetivamente a atenção da economia brasileira que busca atividades mais amplas; questão que faz da atuação do Brasil um obstáculo igualmente para o conjunto do MERCOSUL, que ficaria a mercê dos interesses brasileiros. Enquanto que em 1994 a Argentina apresentava 27% de seu comércio total com o bloco regional, o Paraguai apresentava 41% e o Uruguai 48%, o comércio do Brasil com os parceiros do MERCOSUL representava somente 14% (Cf. Guimarães, 1996:20).

Sobre esta particularidade brasileira presente na conjugação platina e sul-americana, o presidente Fernando Henrique Cardoso opina a respeito dos caminhos a serem percorridos pelo Brasil no campo da infra-estrutura nacional para melhor preparar o País neste fim de século. São caminhos que, na visão do presidente brasileiro, poderão ultrapassar os acordos e os compromissos firmados no MERCOSUL, visto como estreitos para um Estado de dimensões continentais.

Sendo que, alguns desses projetos de infra-estrutura, remontam ainda aos planejamentos concebidos no período político-militar de 1964, como a procura de uma saída brasileira ao oceano Pacífico, via Peru ou Chile, importante saída para a produção agrícola nacional, esta afirmação pode ser averiguada no depoimento do ex-presidente Ernesto Geisel, sobre as realizações do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1974. (Geisel *apud* D’Araujo *et* Castro, 1997:312).

Neste aspecto, o pensamento do presidente da República tem semelhança com o apresentado pelo embaixador Guimarães. O avanço da consolidação da infra-estrutura brasileira é simbolizado, entre outras atividades, por uma saída marítima no Caribe e com a reforma do porto de Macapá – porto considerado essencial para esse fim. Além disso, há também a idéia de reformular portos no Maranhão para melhor escoar a produção agrícola do Cerrado. Ou obter esforços para tornar o Rio Madeira, no Mato Grosso, como meio escoável para a produção agrícola do Centro Oeste; maneira esta igualmente salutar para compor entendimentos com a República do Peru.

A conclusão desses implementos de infra-estrutura seria um modo para que a produção agrícola brasileira se tornasse de grande valor na formação de intercâmbio comercial com os países da Ásia, mormente a China, que passa a necessitar de grandes quantidades de alimentos provenientes do Exterior. Esta seria também a possibilidade de se tirar partido do aumento da exportação nacional do agronegócio, mais dinamizado, cujo aumento se deu na faixa dos 12% no último ano, mesmo que os preços das commodities tradicionais, açúcar, café, soja e celulose não tenham subido no comércio internacional. (Cf. OESP, 26.12.1999: A3).

A busca de transformar estruturalmente o Brasil ou de conservar o que há de importante no programa de esforços à inserção internacional, pode criar fatores negativos com os parceiros do MERCOSUL, mesmo que o governo expresse o pensamento de que trata-se de ação concernente à segurança interna do Estado e benéfica ao bloco regional. No campo da industrialização avançada e da tecnologia já há polêmicas com a Argentina, nesta afirmação do presidente Fernando Henrique Cardoso:

“Temos uma base agrícola imensa, mas a Argentina também tem e vai continuar sendo muito importante no agribusiness. Nosso futuro está no desenvolvimento dos setores industrial e financeiro. (...) Precisamos dessa integração mais ampla. E com essa integração acho que a tendência é a de o investimento tecnológico e industrial concentrar-se no Brasil”. (Cardoso, 30.01.2000: A11).

Desta forma, este trabalho pretende apenas analisar o comportamento político e econômico de Argentina e Brasil no âmbito do mencionado plano. De maneira alguma desconhece o avanço do MERCOSUL para a cooperação internacional, ainda mais numa

região historicamente conturbada como a América Latina. Mas será que não há elementos de configuração dissociativas no plano citado, da mesma forma que há na União Européia e no NAFTA? Vejamos este parecer de Alberto do Amaral Júnior:

“No processo de criação institucional do MERCOSUL, a questão central é estabelecer os critérios que permitirão a tomada de decisões vinculantes para os Estados-membros. O critério de unanimidade, ora vigente, que confere a cada Estado o direito de veto em relação às decisões contrárias aos seus interesses, parece incompatível com o período de implementação definitiva do MERCOSUL”. (Amaral Júnior, 1995: 20).

No bloco europeu, há complicadores ainda não resolvidos de modo satisfatório, por exemplo, produções artesanais de países menos desenvolvidos economicamente, Portugal e Grécia, que deixam de existir, a cada ano, em razão da padronização de grandes empresas da União Européia no que tange ao preço e à produção em escala de vinho, queijo, azeite e outros. A adoção de uma moeda européia que refletiria o peso da economia alemã, bem como o projeto de formar forças militares conjuntas também é algo exemplar como elementos complicadores na União Européia.

No MERCOSUL, também há problemas a serem debatidos, como a importância que o Brasil tem para os membros do plano, principalmente a Argentina; o mercado brasileiro se tornou o principal parceiro comercial para Buenos Aires, mas o contrário não poder ser afirmado, considerando também um problema histórico simbolizado pelo tamanho do mercado consumidor argentino. O Brasil procura se expressar no modo de *global trader*; a América Latina é a circunstância do Brasil, conforme salienta o ministro Ronaldo Sardenberg. (Sardenberg, 1997:3).

Outro fator importante é a projeção na política internacional para cada país. A Argentina, na primeira metade da década de 1990, para Mônica Hirst e Leticia Pinheiro, preferiu ajustar sua política exterior com os Estados Unidos, o que se tornou algo muito patente na Guerra do Golfo, de 1991. Com relação ao Brasil, este preferiu formular política externa alternativa, conforme sua tradição na área diplomática. Esta atitude tomada pelo Brasil frustrou tentativas de formar uma agenda positiva com os Estados Unidos, para dar resolução a questões pendentes na década de 1990, como combate às

drogas ou a participação efetiva do Brasil em assuntos militares de interesse norte-americano.

Por outro lado, conforme opinam Hirst e Pinheiro, o tipo de aproximação da República Argentina aos Estados Unidos permitiu não somente procurar aumentar espaço junto a Washington, mas também diluir desconfianças pendentes desde a Segunda Guerra Mundial, em virtude de tomadas nacionalistas por parte de Buenos Aires. Era tipo de desconfiança que indicava o nosso parceiro do Sul como país politicamente não confiável para compromissos em aliança a longo prazo. (Cf. Hirst et Pinheiro, 1995:7).

Com efeito, não há, de fato, tentativa de fazer deste trabalho um ensaio de análise puramente realista, sem considerar as variantes do convívio interestatal, que nem sempre são pautadas pela política de poder em primeiro grau, o que seria inviável. Se assim fosse, seria um Realismo tardio com riscos de miopia. No entanto, tem de se levar em conta que cada país procura defender interesses próprios, de acordo com a escola praticada por Aron e Morgenthau.

E mais, sem se esquecer do ambiente de competição que, às vezes, emerge no contexto de cooperação internacional, por exemplo, no próprio MERCOSUL, competição que marcou os anos de 1998 e 1999 com grandes embates diplomáticos em virtude de barreiras alfandegárias e sanitárias. Esta passagem é averiguada da seguinte forma no editorial de um grande diário: *“Tantas e tão generosas concessões fizeram com que o governo argentino se sentisse à vontade para adotar medidas abertamente protecionistas, desde que o real foi desvalorizado e se inverteu a tendência de grandes superávits comerciais favoráveis a Buenos Aires”*. (OESP, 28.07.1999: A3).

Nesse caso, esta dissertação procura somente demonstrar alguns tradicionais vetores resultantes da política internacional ainda presentes neste fim de século. Vetores com poder suficiente para moldar o comportamento político-econômico dos Estados, isto seja em tomadas de cooperação, como no MERCOSUL e outros tratados de integração regional, ou seja de modo individual que podem contrariar o andamento progressivo desses mesmos blocos regionais. Para demonstrar tal fenômeno cita-se o argumento do atual embaixador brasileiro na Argentina, Sebastião do Rego Barros:

“De alguma forma, neste fim dos anos 90, o MERCOSUL parece haver perdido o sentido de urgência. Estamos há quase 12 meses marcando passo, administrando uma perigosa ‘agenda-perigo’ de disputas comerciais importantes entre si, mas que se tornam mesquinhas e corrosivas se não forem tratadas numa moldura mais ampla de construção de um grande projeto.” (Barros, 13.12.1999, B:10).

É necessário frisar que a ausência de um grande projeto para proteger o MERCOSUL de eventuais crises não ganha prioridade, na opinião do colega de embaixada de Buenos Aires, Sérgio Danese, em razão da falta de uma política apropriada dos governos argentino e brasileiro para garantir o equilíbrio desse mesmo projeto. O resultado dessa lacuna é que as alianças para o MERCOSUL são sempre condicionadas em prol da estratégia brasileira. A lógica das alianças não é, no momento, de caráter afirmativo e sim circunstancial. (Cf. Danese, 05.12.2000, A: 3).

Os países deixam de praticar relações nitidamente tradicionais, visualizadas na pressão político-militar, e passam a defender seus interesses, não por armas ou por pressão política propriamente dita, mas pelo concorrido comércio dentre os Estados nacionais. Ser partidário do Realismo é, nas palavras de Amaral Júnior, também ter forte influência nos negócios globais, tirar proveito desse mesmo comércio em proveito do próprio país na conjunção da economia global. Assim parece ser a realidade do agressivo mercado exportador asiático. (Amaral Júnior, 1995:22).

A Relativa Desindustrialização da Argentina

Na conformação geral do MERCOSUL, tenciona-se fomentar maior cooperação política e econômica entre os países da América do Sul. Esta proposta é encontrada sob o espírito em que foi concebido o Tratado de Assunção, visto como essencial para confirmar e continuar os entendimentos acordados entre a Argentina e o Brasil a partir da década de 1980, principalmente com o Tratado de Buenos Aires de 1986; acordo fundamental para a formação do comentado bloco regional, como prega o Tratado de Assunção:

“Conscientes de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da América Latina, conforme o Tratado de Montevideu de 1980”. (Tratado de Assunção, capítulo 1).

Contudo, o MERCOSUL poderá reproduzir, a longo prazo, alguns elementos que podem vir a caracterizar “dependência” ou uma versão de interdependência assimétrica dos parceiros menos desenvolvidos economicamente com relação ao Brasil. Esse fato pode ser observado pela fragilidade por que passam as economias dos três países da região, principalmente a Argentina e sua relativa perda de capacidade industrial marcada pelas décadas de 1980 e 1990.

País cujo parque industrial alcançou relativa importância a partir da década de 1950, a Argentina percorreu caminho inverso nos últimos vinte anos, vale dizer, iniciou-se, relativamente, na “desindustrialização” desde os governos militares que tomaram o poder em 1976; processo que continuou na década de 1980 e permaneceu na gestão do presidente Carlos Menem. O prosseguimento desse processo, na percepção de Aldo Ferrer, acarreta a seguinte análise:

“A assimetria das estratégias nacionais de desenvolvimento referem-se na divisão internacional do trabalho nas relações bilaterais. O predomínio dos produtos e energéticos nas exportações argentinas diante das manufaturas nas exportações brasileiras é revelador da formação de um regime centro-periferia”. (Ferrer, 2000:12).

A escolha da Argentina para observar esta realidade econômica e política não é aleatória, isto com a concepção de que o referido país fora, até a década de 1950, dono do melhor padrão de vida da América Latina e também de maior importância política, quando seu PIB - Produto Interno Bruto, chegou a ser o dobro em comparação ao brasileiro, e equivalente a de todos os países sul-americanos daquele período.

Assim, é de se estranhar a vulnerabilidade do Estado argentino, que demonstra retornar ao agronegócio do começo do século XX (idade de ouro da nação), no instante em que tal postura veio a ser anacrônica em razão dos importantes investimentos em novos produtos de alta tecnologia. E mais, o agronegócio é uma área em que os preços são cadentes em virtude dos fortes subsídios governamentais, sobretudo na Europa Ocidental, e da redução substancial no preço de algumas matérias primas. Em termos

reais, os valores atuais são 40% inferiores aos de 1970, no cálculo de Paulo Nogueira Batista. (Cf. Batista, 1995:101).

O neologismo agronegócio significa, para o vizinho do Sul, ter na tradicional economia de base, lã, couro, carne e frutas e outros, o apoio para seu comércio externo. Em outras palavras, fazer valer o clássico termo *vantagens comparativas*, utilizado pelo economista inglês David Ricardo (1772 – 1823) na sistematização da ciência econômica e do comércio internacional, para angariar lugar de destaque nos negócios de bens primários.

De outra forma, na crítica de Gelson Fonseca Júnior, a Argentina e outros países já estão a participar, na Divisão Internacional do Trabalho, com aquilo que melhor sabem fazer, apresentando produtos que se mostrariam famosos pela qualidade de origem, o que permitiria dizer, na opinião do diplomata, que o mundo passa a ter “*menos Clausewitz e mais Ricardo*” numa realidade política e econômica considerada conturbada após a Guerra Fria, mas que já começa a se desenhar propicia para os países mais bem preparados. (Fonseca Júnior, 1999: 48).

Na década de 1980 surgiram esforços de aumentar as trocas comerciais, entre os Estados, nos moldes do século XIX, o denominado *neoliberalismo*. Para tal, procuraram contar com a possibilidade de os países diminuírem, ao possível, o grau de protecionismo econômico. É curioso notar, na observação de Tullo Vigevani, que isso se dá no período em que há grande intercâmbio na economia internacional, inerente a algo da chamada globalização, cujo papel é o de marcar, internamente, o perfil liberal dos tratados de integração regional, animados pelos acordos políticos da citada década. (Cf. Vigevani, 26.09.1997, A: 2).

Destarte, mesmo um país de grande tradição liberal, como a Grã-Bretanha, está menos integrado ao comércio exterior, atualmente, do que fora no áureo período anterior à Primeira Guerra Mundial, quando ainda havia poucos obstáculos ao Livre-cambismo. Esta assertiva permite refletir que a globalização, além de ser um conceito ambíguo, é uma forma de ideologia que procura minimizar a função representativa dos Estados nacionais neste fim de século. (Cf. Batista Júnior. 1997:6).

A presença da agroindústria argentina ganhara ânimo na década de 1960 com a possibilidade de incorporação à ALALC, entidade substituída pela ALADI. Havia, naquele tempo, o pensamento de que a referida entidade de integração poderia dilatar o campo de comércio regional para os produtos primários do Estado platino. A instalação de regimes de exceção na Argentina e no Brasil, bem como a filiação a projetos economicamente autárquicos, prejudicaram amplamente o desenvolvimento dessa entidade de livre comércio. (Cf. Adams, 1990: 203,204).

As vantagens de operação são esperadas com o incremento do processo de integração regional, com a sorte de aproveitar as vantagens de escala de um mercado adicionado de mais de cem milhões de consumidores dos produtos argentinos. Elevados índices de produção agrícola e baixo custo da terra e de insumos, são as vantagens esperadas pelo agronegócio argentino, ou seja, um grande potencial de excedente exportável, ainda mais em produtos como trigo, soja e milho tão importantes para o mercado brasileiro e global.

Esse potencial agroexportador seria a maneira de se obter nova inserção econômica argentina nos negócios internacionais. Além de serem produtos de razoável presença nos mercados europeu e asiático, a agroindústria platina seria de grande poder competitivo em mercados protegidos com políticas de subsídios tão debatidas nos encontros do Rio de Janeiro e Seattle, sobre os entendimentos na política agrícola no centro da OMC, em 1999.

De modo geral, os Estados nacionais competem, no comércio exterior, com produtos que se confundem com a própria imagem deles. No caso argentino, essa conduta acontece não por opção, mas pelas circunstâncias da economia internacional, pela emergência de questões presentes numa “nova agenda global” , como combate ao narcotráfico, defesa do meio ambiente, substituição ao projeto de desenvolvimento em bases *cepalinas* e abertura de mercado. Elementos que, na ótica de Raúl Bernal-Meza, são utilizados para montar a imagem de *trading state* à Argentina. (Cf. Bernal-Meza, 2000: 45).

E, por fim, a reforma da burocracia pública iniciada pelo primeiro governo de Carlos Menem que veio lograr, à Casa Rosada, uma postura de mais afinidade com os

países industrializados do Hemisfério Norte, justamente para não aplicar uma nova edição de conflitos nos moldes Norte-Sul. Embora o Brasil também tenha sido receptor de idéias liberalizantes com o intuito de reformar os conceitos diplomáticos do País não houve, na versão de Bernal-Meza, o abandono de se reeditar os conflitos entre países industrializados e em desenvolvimento neste fim de século. (Cf. Bernal-Meza, 2000: 49).

Essa reforma seria implementada na Argentina, inclusive, com intuito de facilitar a absorção de conceitos formulados nos tradicionais centros de poder, cujo vetor é à nova elite de *policy makers*. São fatores que o Brasil também adotara, mas com bastante moderação quando comparado à postura da Argentina. Dando palavra a Aldo Ferrer, esta passagem é: “*A questão agrava, posteriormente muito mais na Argentina que no Brasil, por causa do predomínio da visão fundamentalista da globalização*”. (Cf. Ferrer, 2000: 10).

Para este fim, o governo argentino, de Menem, procurou reforçar o estabelecimento de uma espécie de “em busca do tempo perdido” à moda platina. Programa político com pretensão de retomar o emprego da economia de base, mas adaptada aos novos tempos em que a hegemonia britânica fora responsável pelo *boom* da economia platina até 1930. Para esse propósito, o *lócus* deixado pelo Reino Unido seria substituído pela ascensão norte-americana como sócio primordial a Buenos Aires. Com efeito, a retomada da economia de base é o implemento do agronegócio no lugar na economia industrial mais competitiva.

A Argentina, desta forma, pretende restabelecer o *status* de *informal member* que tivera com o Reino Unido há cinco décadas. Ou melhor, pretende utilizar este aspecto no alinhamento automático com os Estados Unidos, na tentativa de ter maior participação em assuntos internacionais via Washington. Com respeito a este assunto, é lícito reproduzir a opinião de importante crítico das posições políticas ordenadas ao Palácio San Martín, sede da diplomacia argentina:

“Aqueles que defendem o alinhamento com os Estados Unidos somente argumentam que a Argentina tem que regressar à suas fontes e reduzir-se ao modelo de crescimento econômico e inserção internacional vigente entre 1880 e 1930, que formidáveis resultados produziu”. (Borón, 1992:127).

Essa progressiva perda de importância industrial passa a existir justamente num período específico, governos militares do presidente Ungaria de 1966 e provenientes do golpe de 1976, quando a industrialização e pesquisas tecnológicas já haviam-se transformado na tônica do desenvolvimento e a industrialização argentina passa a ter outro objetivo com relação à substituição de importações: tirar vantagem da economia agrícola sem participar da terceira revolução tecnológica; posição que fora sublinhada na segunda metade da década de 1970.

Em contra partida, sublinha-se que, com igual ênfase, a importância da industrialização nos moldes mais avançados não reside, unicamente, na formação da riqueza e da evidência da unidade nacional perante outros países. Há de relevar-se, igualmente, alguns aspectos econômicos incrementados pelos novos meios de comunicação a favor do setor de serviços e, deste jeito, vê o escritor Peter Drucker. *“Os valores dos bens primários têm, para esse autor, estacionado enquanto o comércio de outros bens tem realmente crescido mais rápido deste a Segunda Guerra Mundial, isto é, serviços financeiros, consultorias empresariais, seguridade e intermediação de vendas”*. (Drucker, 1997:166).

Neste aspecto, faz-se necessário saber qual a natureza da industrialização e da produção de bens presentes na República Argentina, ao considerar o ambiente cujo tipo de economia industrial, concebida pelo Desenvolvimentismo do segundo pós-guerra, deixa de ser paradigmático, neste fim de século, para angariar posição de relevo no campo das tecnologias mais sofisticadas. Uma questão válida, inclusive, para o Brasil, País vinculado ao campo das potências emergentes.

Desta forma, o processo de relativa perda industrial e de tecnologia pode contribuir para legar posição assimétrica entre Argentina e Brasil nas negociações políticas e econômicas no MERCOSUL. Mesmo que a Argentina venha a propiciar à atração de investimentos internacionais, não há como redimir, a médio prazo, os efeitos da perda em incrementos de tecnologia. Esta é também a opinião do diretor da entidade *Ecolatina*, de Buenos Aires, Roberto Lavagna: *“Argentina e Brasil seguem seus respectivos cursos de ação divergentes: Isto conduziria a Argentina a se transformar, relativamente, em um país primário e menos industrializado”*.(Lavagna, 1997:5).

É bom lembrar que os “Tigres Asiáticos”, Coréia do Sul, principalmente, não enveredaram por semelhante caminho. Ao contrário, não abriram mão da pesquisa científica e tecnológica e do desenvolvimento industrial para virem a ser grandes exportadores e donos de importantes avanços nas áreas da mecânica, eletrônica e informática. Em face da Argentina, Coréia do Sul e Cingapura e Taiwan já podem ser considerados países exportadores de tecnologia de vanguarda, a ponto de ultrapassar a Europa em algumas áreas de eletrônica e informática.

Percebe-se que o desmonte de parcela do parque industrial argentino não segue razões tipicamente militares e de segurança nacional. Ao menos, no contexto da América Latina, não é um programa que os militares aplicam aos governos que passam a comandar. No Brasil, a industrialização não parou no período em que os membros do movimento político-militar de 1964 estiveram no poder. Ao contrário, houve, por intermédio do Estado brasileiro, certa proteção à indústria brasileira, como reserva de mercado que se fez patente no governo do ex-presidente Ernesto Geisel. Ao fazer comparação assevera Aldo Ferrer:

“A partir da instalação da ditadura militar inaugurada em 1976, iniciou uma extraordinária política de desmantelamento, do aparato industrial a destruição de suas bases científico-tecnológicas e o endividamento extremo, cujas conseqüências ainda prevalece e da qual o país não conseguiu sair (...) destruição não encontrada nos militares brasileiros”. (Ferrer, 2000: 11).

De certo modo, os militares deram seqüência e até acentuaram os programas desenvolvimentistas e industrializantes da década de 1950: a versão de Nacional-desenvolvimentismo com a criação da indústria aeronáutica (Embraer) e na organização dos pólos petroquímicos de Camaçari, na Bahia e de Triunfo, no Rio Grande do Sul é fator exemplar. Em conseqüência, houve sim uma tomada de modernização da infraestrutura brasileira que não encontrou aquisição semelhante nos programas de economia de base dos governos militares argentinos.

Em contrapartida, sobre este fenômeno, é conveniente reproduzir este parecer de Gilberto Dupas a respeito das condições econômicas da República platina nos tensos instantes de concorrência com produtos brasileiros, como houve no ano de 1998: “A

abrupta e precoce abertura do país desmantelou o parque industrial. A dívida externa elevou-se de US\$ 3 bilhões para US\$ 50 bilhões de 1975 a 1983 e a capacidade industrial caiu 40%. A crise aprofundou-se durante todos os anos 80 quando a economia argentina perdeu 21% de seu PIB – a média da América Latina foi de 9%” (Dupas, 21.11.1998:A2).

Vale dizer, a Argentina tem se pautado muitas vezes como iniciadora de políticas econômicas que poderiam, se fossem elas feitas a contento, contribuir para reestruturar seu parque fabril. Mas que, em virtude de sua fragilidade industrial e tecnológica, acabam minando sua capacidade de competir com outros parques manufatureiros, incluindo o do Brasil, o que se torna problema dramático com a concorrência interna do MERCOSUL. O primeiro e segundo governos de Carlos Menem têm demonstrado esta afirmação de Dupas.

Assim, o número de indústrias brasileiras na Argentina é maior do que as do vizinho platino no Brasil, sendo que boa parte das presentes é tradicional no comércio agrícola porque, no prisma de Fernando Sarti, o superávit argentino é baseado principalmente na exportação de trigo (US\$600 milhões) e de petróleo (US\$800 milhões). E além do mais, é maior também o número de certificados de qualidade atribuídos a indústrias brasileiras que operam na Argentina, qualificação que pode suscitar desconfianças por parte dos empresários argentinos com aqueles recebem as indústrias platinas que concorrem no Brasil.

Por outro lado, na visão de Sarti, boa parte das importações argentinas é constituída por produtos industrializados do Brasil, pauta que aumentou ainda mais após a desvalorização cambial brasileira, em janeiro de 1999. Para maioria dos setores industriais, plásticos, químicos, siderúrgicos e de metalurgia há grande penetração desses produtos no mercado argentino, apresentando a possibilidade de efetuar um superávit do Brasil, estimado em US\$1,9 bilhão em 1998. Esta relação de importação e exportação intrabloco, na opinião do citado autor, pode provocar danos irreversíveis aos produtos industriais da Argentina. (Cf. Sarti, 16.08.1999: B2).

Neste ponto, o MERCOSUL apresenta características realistas por dois motivos: primeiro, a Argentina demonstraria vantagem neste comércio com o Brasil, que apresenta

déficit com a parceira. No ano de 1997, o Brasil exportou US\$6 bilhões ao vizinho do Sul e, em contrapartida, importou US\$8.100 bilhões dele. Segundo ponto a reparar, poderá haver um tipo de dependência comercial (interdependência assimétrica) entre os dois países, fato que poderá levar ao emprego de instrumentos protecionistas em razão da emergência de interesses setoriais que se qualificam como nacionais. (Fonte: Câmara de Comércio Argentino-Brasileira de São Paulo, 1999).

De fato, mesmo que os últimos governos brasileiros, dos presidentes Fernando Collor a Fernando Henrique Cardoso, possam ter tido políticas liberalizantes, abertura econômica, fim da reserva de mercado, privatização e reformulação do Estado, não há como afirmar, nesse ínterim, que são governos deliberadamente desindustrializantes, mesmo que alguns setores industriais estejam em crise, como estiveram os de tecidos e autopeças. A importância do parque industrial brasileiro ainda é suficientemente grande para minimizar os efeitos da integração internacional do País.

De fato, parte do desemprego no setor industrial, sobretudo paulista, é resultado de transferências de unidades empresariais, como àquelas do ABC paulista. São fatos que obedecem a imperativos internos, por exemplo, falta de política apropriada, alta de juros e diminuição no crédito a pequenos e médios empresários. Sem falar na transferência de fábricas à procura de melhores condições de empreendimentos, em Minas Gerais, em Goiás e no Nordeste; estados brasileiros que acabam recebendo incentivos fiscais, subsídios de governos locais, salários menores, dentre outros motivos que alteram a composição, sobretudo, da industrial paulista.

Apenas o desemprego provocado por intermédio de transformações tecnológicas, reengenharia do Globalismo como se convencionou chamar a utilização de sofisticados instrumentos e robótica e de informática para aumentar a produção industrial ou de serviços, conforme se observa no setor bancário e nas novas indústrias automobilísticas de Minas Gerais e Paraná. Apenas este desemprego é gerado pela situação externa que, afinal, afeta todo o mundo.

Os Dilemas da Argentina e do Brasil no MERCOSUL

No âmbito do MERCOSUL há dois dilemas inerentes à política exterior da Argentina e do Brasil. O dilema argentino consiste saber qual seria seu modelo econômico vigente, cuja averiguação seria para saber se o predomínio deveria ser a economia industrial ou agrícola, o agronegócio no sentido *trading state*. Já o dilema brasileiro é definir o melhor comportamento que ele deve desenvolver no setor do comércio internacional, isto é, privilegiar os relacionamentos do MERCOSUL ou procurar ser um *global trader*, junto a grandes Estados nacionais de suficiente importância e poder: Índia, China e Rússia. (Cf. Bernal-Meza, 2000: 50).

Este dilema deve ser patente quando o governo do Brasil estabelece normas diferentes (às vezes conflitante em si) de intercâmbio econômico para o Mercado Comum do Sul, pois nem sempre o Ministério das Relações Exteriores e os parceiros do Ministério da Fazenda e outros pertencentes ao governo federal conseguem apresentar conduta linear, entre seus funcionários mais graduados, sobre qual papel a ser representado pelo MERCOSUL, isto é o que sugere um jornal paulista sobre a falta de unidade entre os quadros do Itamaraty e uma possível suscetibilidade que este último teria com o Ministério da Fazenda. (Cf. OESP, 09.12.2000: A3).

O governo argentino, em sua retomada do agronegócio, apresenta tanto o PIB quanto sua pauta de exportação constituída, em grande parte, de produtos de baixo valor agregado. Num intercâmbio comercial com a África do Sul, Como bem nota Glady Alvarez, país de parque industrial em mesmo nível da Argentina, a nação de Perón exportou, no ano de 1996, 80% da sua pauta (cerca de US\$ 180 milhões) em produtos agrícolas, como azeite e óleo de girassol. Em contrapartida, Buenos Aires importou laminados de aço, papel e elementos químicos do Estado sul-africano, produtos, que outrora, eram familiares à indústria da Argentina. (Cf. Alvarez, 1996: 4).

Assim, quando uma determinada empresa internacional expõe planos de construir unidades no Brasil, tem-se o caso de uma montadora automobilística na Bahia, logo criam-se conflitos protocolares nos quadros do MERCOSUL, como a declaração de se construir montadoras de automóveis no Nordeste brasileiro, o que ajuda a configurar certa

“guerra fiscal”. A observação é de Roberto Lavagna, para quem o governo brasileiro deveria racionalizar e fixar limites para a política promocional e fiscal entre as unidades federais brasileiras, em benefício dos acordos do Tratado de Assunção, que teriam efeito maior sobre os quatro países-membros:

“A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes”. (Tratado de Assunção, cap. 1, artigo 1).

Ao comentar este impasse, lembra-se que a formação da política internacional depende em grande parte, se o país estiver sob regime democrático, de desdobramentos da política doméstica. A sociedade civil, de modo organizado, conseguiria influenciar os caminhos pelos quais percorrem os negócios particulares ou de composições políticas e partidárias importantes na órbita federal, é o caso do Brasil. Sobre esse fato, vê-se quando o governo agrega fortes demandas institucionais em prol dessas mesmas organizações, o resultado pode ser o comentário do jornal *O Estado de S. Paulo*:

“Entre conservar a fidelidade da bancada nordestina e contentar os interlocutores argentinos, o governo não hesitou: atendeu primeiro a deputados e senadores e explicará depois aos argentinos as (...) condições de atração de capital para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste”. (OESP, 16.03.1997: A3).

No aspecto econômico, a privatização da indústria de base, criada na década de 1950, com pouca presença de grupos nacionais é exemplo do retorno à economia agrícola de base. Fator preocupante veja, justamente, porque este fim de século demonstra o pequeno papel a ser representado pela indústria de base que vem diminuindo sensivelmente ano a ano, mas no caso argentino, é o abandono do modelo industrial sem a adoção de tecnologias mais sofisticadas, microeletrônica, informática, aeronáutica e robótica. Por outro lado, é necessário notar que a falta de incremento tecnológico pode resultar nesta advertência de Gelson Fonseca Junior:

“O Estado que concentrar vantagens tecnológicas corre mais do que os que não têm, determinando o risco de aprofundamento de diferenças, já dramáticas entre os have e os have-not”. (Fonseca Júnior, 1994: 70).

No aspecto político, a Argentina ainda não expressa bem seu papel a ser representado na condição do MERCOSUL, comportamento que ajuda a reforçar a imagem do Brasil como país hegemônico na América Latina. Entretanto, esta “ausência” de projeto da Argentina no plano de integração, vem a reforçar o ideário realista de que Buenos Aires perde identidade de país autônomo nos negócios internacionais. Ou melhor, como prefere Bernal-Meza, Esta deficiência política da Casa Rosada reforça a idéia de que o MERCOSUL é, para o governo brasileiro (inclusive o governo Cardoso), um projeto de *realpolitik* para se amparar contra a implementação da ALCA e realçar a liderança de Brasília. (Cf. Bernal-Meza, 2000: 48).

Com efeito, este problema é verificado por pesquisadores argentinos como resultado negativo da participação do vizinho meridional nas questões do Cone Sul nos últimos dez anos. A reconstrução de um pensamento defensivo a respeito da política externa argentina na América do Sul e, principalmente, com o Brasil pode ganhar ânimo com os desdobramentos da área internacional, se constata que: *“(...) a perda do equilíbrio no Cone Sul devido ao incrível retrocesso argentino nas últimas seis décadas e ao avanço brasileiro nos últimos 25 anos é de suma gravidade mesmo para a integração territorial de nosso país.”* (Boscovich **apud** Minvielle, 1994:142).

No que tange ao Brasil, verifica-se que há uma passagem no sistema realista, com considerável grau de verdade, de que as forças econômicas são, de fato, forças políticas. (Cf. Carr, 1981: 119). No MERCOSUL, esta afirmação tem de ser levada a sério, pois desde a década de 1960 a Chancelaria e alguns governos brasileiros investigam meios de lograr ao País um consistente programa para a política internacional em que o poder político e poder econômico não sejam distintos, separação que os internacionalistas tentaram fazer, considerando a política algo com pouca utilidade ou virtude. Algumas indicações, neste caso, podem ser percebidas no Ministério das Relações Exteriores quando pensam o comércio internacional desvinculado da política.

A nova geração de especialistas e diplomatas procura compreender os negócios internacionais como categorias que vão além dos embates políticos; políticos nos moldes realistas. A “nova agenda” internacional do Brasil e de vários Estados não é mais preenchida exclusivamente com assuntos de interesse de política externa propriamente dita. Dedicam-se esta agenda, entre outros, a assuntos vinculados ao comércio internacional, bem como às questões da OMC. Não há mais a preeminência do debate político na agenda diplomática.

Ainda que a política e sua vertente realista na arena internacional não seja mais o eixo principal dos debates diplomáticos, sendo que estes debates abrem mais, passo a passo, espaço a assuntos do comércio, dos problemas ambientais ou de caráter cultural, esses gêneros não são suficientes para anular o Realismo dos Estados nacionais. O Realismo, então, migra dos negócios políticos para o seio do comércio internacional e da “harmonia de interesses”.

Esta passagem é patente quando se lê o comentário saído em jornal paulista, referindo-se à suplantação de problemas político-militares dos anos 70 pelos problemas econômicos: *“Não faz muito tempo, um bando de generais perdia tempo calculando como usar as comportas de Itaipu para produzir uma catástrofe em Buenos Aires. Agora basta desvalorizar o real em 30% para fazer soar as trombetas de Jericó: os produtos argentinos ficariam caros e os brasileiros oferecidos pela metade do preço. Não fazemos mais política externa do gorila; quem segura o porrete é o economista do governo.”* (OESP, 22.06.1996: A3).

O comportamento realista não pode ser observado apenas como expressão pura do interesse estatal, do Estado à procura de potência. Pode-se constatar a versão realista quando um determinado Estado defende seus interesses no campo comercial, quando procura abrir novos meios de exportação, ou quando resiste em abrir mão de suas vantagens no intercâmbio comercial frente a produções industriais importantes. A dissuasão deixa o âmbito da política clássica e penetra a esfera do comércio global. (Cf. Bernal-Meza, 2000: 47).

O atual ministro da pasta de Ciência e Tecnologia, embaixador Ronaldo Sandenberg, projeta-se como um dos mais destacados diplomatas nos meios

especializados e acadêmicos ao mesmo plano do ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia. A posição brasileira deverá ser projetada, imagina Sardenberg, de maneira similar às potências ascendentes da Ásia, entende-se em primeiro plano a China e a Índia. O fator primordial não é negar a existência da mundialização e a interdependência, mas sim fazer com o que o Brasil tenha papel ativo no novo jogo internacional por meio de sua diplomacia tradicional.

Por conseguinte, a posição da diplomacia brasileira, na nota do ex-ministro brasileiro das relações exteriores, Luiz Felipe Lampreia, não pode ser mudada em virtude de modismos trazidos pelo surgimento da “nova agenda”, o que poderia levar a tradicional política exterior brasileira a se descaracterizar: *“Nossa melhor tradição diplomática, desde a Independência, é dar sentido estratégico e pragmático à nossa política externa recusando iniciativas que tenham apenas uma fosforescência fácil e evitando guinadas bruscas de doutrina. Quase sempre foi assim e é necessário que seja sempre assim”*. (Lampreia, 1999: 19).

O pensamento do atual ministro do MCT, Sardenberg, é compacto e coerente para tais propósitos. Seus artigos na imprensa e seminários demonstram o raciocínio realista em defesa do legítimo interesse, uma alternativa frente ao processo de mundialização, **inter alia**, econômica, a atender o lugar a ser ocupado pelo Brasil no novo cenário internacional. O País teria de assumir, em consonância com o diplomata, seu lugar de potência regional, como segue num artigo: *“Da vocação global e do peso próprio decorre o empenho brasileiro na promoção dos interesses nacionais, quando se define a ordem internacional”*. (Sardenberg, 1997: 3).

A visão de parte importante da diplomacia brasileira deixou o ideário terceiro-mundista das décadas de 1960 e 1970, exceto o breve período “ocidentalista” de Castelo Branco, em prol do designo de grande mercado emergente. Esta diplomacia abandonou também as posturas anti-sistemas, reivindicativas e de denúncias e, por outro lado, passou a aceitar e até tomar parte das regras das instituições multilaterais. Fruto disso foi a participação do País na condição de participante de primeira linha, quando o Brasil esteve na Reunião promovida pela OMC em Cingapura, no final de 1996. (Cf. OESP, 18.12.1996: A: 3).

Com os citados pressupostos, o Brasil se vê com chances de pleitear espaços mais relevantes do ponto-de-vista político, como o assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações unidas, assim vê Raúl Bernal-Meza. Ainda que, ultimamente, o governo nacional não tenha direcionado muita atenção à candidatura ao Conselho de Segurança, seria uma boa prova para demonstrar liderança, na forma de iniciador de posturas políticas na América do Sul, vale dizer, afirmar sua hegemonia política. (Cf. Bernal-Meza, 2000: 46).

No entanto, esta posição projetada pelo Brasil, foi facilitada pelo fato de que a Argentina abriu mão de ser país competidor pela liderança na região. O alinhamento ao Ocidentalismo com os Estados Unidos, em 1991, e a relativa decadência de seu parque industrial, têm contribuído para que Buenos Aires venha a se tornar a capital de um país outrora orgulhoso de sua condição, mas relegado ao segundo plano na política internacional, em razão de fatores também de ordem interna.

Neste caso, há grandes dificuldades de contestar instituições financeiras, sediadas em Washington, pelos caminhos percorridos pelo vizinho do Sul, pois nem sempre há campo fértil para a conspiração internacional, quando as elites político-econômicas do país assumem seu papel. Esta é uma parte difícil de se refletir porque, afinal, tem de se saber como surgem as elites e o que condicionam seu comportamento. É esta uma questão ainda não muito bem explicada, seja na Argentina, no Brasil ou na América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nada exprime melhor a nossa atitude desinteressada e originalíssima, de povo cavaleiro-andante, imaginando na América do Sul, robustecida pela fraternidade republicana, a garantia suprema e talvez única de toda a raça latina diante da concorrência formidável de outros povos”.

Euclides da Cunha

Com o fim do bloco socialista europeu e com o crescimento de programas de cooperação regional, tendo na União Européia a primeira “vedete”, inaugurou-se novo período na política internacional, vislumbrado na retomada de um modelo cujo eixo é o Liberalismo econômico em sua versão mais ascética para os defensores do mercado internacional sem restrições das amarras do poder e dos arcanos responsáveis pelos indesejáveis períodos de crises, conforme pensam os admiradores do presidente Wilson e do seu Idealismo.

Por conseguinte, um período em que haveria militância para defender os fundamentos da harmonização de interesses próprios, projetando uma ideologia de que o interesse de um determinado Estado seria, igualmente, o interesse de todo o mundo em que as concessões seriam dadas para que se pudessem obter também ganhos. (Cf. Carr, 1981:65). Período cuja pregação econômica internacional ainda se faz presente nos acordos e conferências em todo o mundo, inclusive na reprodução de tais debates nos meios internos dos blocos regionais.

É isso que se pode perceber num novo período de embates diplomáticos entre a República Argentina e o Brasil sobre o tamanho que devem ser as trocas comerciais sob a preponderância do MERCOSUL. Há sempre o temor de que a indústria nacional dos países venha a sofrer com a da concorrência em vários setores. Os setores escolhidos, desta vez, são autopeças e açúcar, exportados pelo Brasil ao território argentino, ainda mais depois da desvalorização do real, no mês de janeiro de 1999, e a conotação de que os produtos brasileiros iriam “dominar” o mercado consumidor argentino.

E a questão vai mais longe, ao ver que o protecionismo no parceiro platino é resultante do descompasso entre o poder Executivo daquele país, considerado vacilante, e

os outros poderes mais receptíveis a grupos de pressão que sempre pregam, com grandes chances de sucesso, políticas protecionistas contra o Brasil, é com esta análise que escreve o periódico paulista: *“O Futuro do MERCOSUL continua a depender, perigosamente, da resistência do governo argentino às pressões protecionistas”*. (OESP, 11.09.2000:A3).

Isto significa sublinhar, num plano geral, que o fim da Guerra Fria e dos embates ideológicos de validade universal, intervalo de tempo em que as medidas tomadas pelos dois maiores centros de poder tinham valor para todos os outros Estados nacionais agregados em seus arranjos políticos e militares, organizados sob uma manifestação de ordem internacional. Era, na teoria, a retomada do Internacionalismo como contraponto ao pensamento realista, este fruto das conjugações da tradição e da política no amparo da razão de Estado, que desconhece qualquer apego aos sentidos de imoralidade para fazer valer seu objetivo.

Substituíram-se os embates, com o fim da experiência socialista soviética, de teor amplamente ideológico nos negócios internacionais (Socialismos e Capitalismos), pelos conflitos denominados diplomático-comerciais amplamente presentes neste tempo de consolidação, em que os altos e positivos índices nas trocas comerciais indicam a posição na escala dos países mais bem situados, como tem sido publicado nos meios especializados.

Assim, seria necessário encontrar um novo ponto de aglutinação para as unidades políticas neste fim de século em que a definição de poder ainda não está bem compreendida. Essa definição pode ser avaliada, na ótica de Celso Lafer, com a instituição de um novo paradigma substanciado pela OMC. (Lafer, 1999:33). Neste caso, há a entender que o professor do Largo São Francisco não deixa de seguir as orientações de Raymond Aron: *“As ‘relações internacionais’ não têm fronteiras reais; não podem ser separadas materialmente dos outros fenômenos sociais”*. (Aron, 1986:51).

No decorrer deste período, na falta do debate ideológico de maior envergadura, procura-se também relegar, ao menos em parte do meio diplomático, o uso de conceitos representativos do “Estado potência”, da política propriamente dita, como categorias que

não podem mais auxiliar na compreensão dos novos tempos, de uma “nova agenda” para as relações entre os Estados-nações.

Ainda mais, eles procuram-se justificar, num mundo multipolar no aspecto econômico, mas não se pode obliterar o fato de que há um Estado suficientemente forte na categoria força militar, o que foi demonstrado na Guerra do Golfo e na pacificação da ex-Iugoslávia: uma ação norte-americana. São duas ações vistas como manifestações de poder da hiperpotência mundial na conformação para tentativa de **pax americana**. Assim, por si só, estas espécies de implicações realistas não deixam de fazer presença nas análises persistentes de relações internacionais.

Neste ponto, também Celso Lafer fornece pareceres para a compreensão das rápidas transformações no sistema internacional, nos aspectos tanto da política, quanto da economia, pois quando havia o período de polaridades definidas no embate Leste-Oeste, os conflitos eram conceituados na visão de *conflitos de concepção*. Mas após o fim dos referidos embates ideológicos os conflitos passam a ser, em grande parte, *conflitos de interesses* que, basicamente giram em torno de avaliações econômicas dos países que podem ganhar ou perder mercados. (Cf. Lafer, 1999:34).

Nos debates relacionados ao MERCOSUL ou ligados à globalização, há pertinente crítica de Oliveiros Ferreira a respeito da ascendente pauta econômica para questões internacionais: “*Se tudo fosse econômico no mundo globalizado e tivessem desaparecido as relações políticas, de poder, o Brasil deveria estar sentado ao lado dos outros. Não está. Quando estiver, se chegar lá, sentar-se-á não como Brasil, representante da quinta ou sexta massa territorial do Globo e da oitava economia, mas do MERCOSUL – ou alguém tem dúvida de que é para isso que caminhamos(...)*” (Ferreira, 22.05.1998).

Assim, o debate entre unidades políticas deixa de ser nitidamente de aspecto político, em primeiro plano, para se basear em pressupostos econômicos, comerciais e ambientais. Na crítica de Aldo Ferrer, esta afirmação já é realidade: “*O mercado assumiu, então, a conduta do processo e a política praticamente desapareceu do mapa.*” (Ferrer, 2000: 12).

Mas a questão é saber se o comércio internacional não revelaria características de Realismo do mesmo modo que a política em sua forma de expressão do Estado à procura de ampliar poderes. Em outras palavras, se não é lícito pensar na possibilidade de se revelar hegemonia e dependência com outros vetores (com outros símbolos), a partir da fragilidade presente em diversos Estados, inclusive no campo da integração regional. Esta particularidade pode transparecer, averigua o diplomata Gelson Fonseca Júnior, nos assuntos do MERCOSUL:

“(...) os processos regionais de integração podem ser uma ponte para um sistema internacional mais unificado, mas isto não lhes dá crédito de generosidade, em outras palavras, os processos são, em última instância, instrumentos realistas, constituindo mecanismos de formação de poder econômico. Podem, assim, sustentar com maior ou menor eficácia, pólos de poder político.” (Fonseca Júnior, 1994: 77).

É contra este tipo de comportamento político que, em princípio, procura contestar a corrente teórica neoliberal, na tentativa de legitimar as fortes mudanças provocadas pela onda globalizante, á procura de demonstrar as qualidades trazidas neste fim de século pela “nova abertura dos portos”. Os neoliberais opinam que um dos benefícios é, além de tudo, o ocaso da política de poder e da Razão de Estado nas relações internacionais em prol de um Internacionalismo universalista que vai além dos conflitos e embates da tradição. (Cf. Camargo, 1997:28).

Entende-se o conceito de política, em todas as suas dimensões, como elemento central que pode se elevar à aquisição de poder, de força, por exemplo, a favor dos Estados nacionais mais bem preparados aos embates mais ásperos, seja na diplomacia, na guerra, ou nos conflitos do comércio internacional; vale dizer, conceito agregado ao Realismo que ainda se faz bem presente nas relações internacionais, conforme pensa Leonel Mello. (Cf. Mello, 1996: 240).

O Realismo deixa de ser apenas a procura pelo Estado para influenciar outros e se transforma à procura de exportar mais, de negociar vantajosamente em seu proveito, portanto, de ganhar no intercâmbio econômico. Este Realismo pode ser encontrado no sudeste asiático onde China, Coréia do Sul e Japão vêm a ser as potências da economia

internacional, logrando a outros grandes Estados um relativo atraso tecnológico e déficit comercial.

Entende-se, por esse lado, o impulso concentrado para constituir a engenharia política e econômica simbolizada pela União Européia: como se equiparar econômica e tecnologicamente ao Japão e aos novos países industrializados do sudeste asiático; países donos de grandes avanços em novas tecnologias na informática e na eletrônica, e também responsáveis por pesados danos criados às indústrias de elétricos e eletrônicos na Europa e nos Estados Unidos.

Assim tem sido a opinião de Andrew Hurrell a respeito dos tratados de integração regional. Isto ao verificar que a própria gênese da unificação européia, na segunda metade da década de 1950, atendia a desejos de configurações realistas de transformar a idéia de cooperação do Velho Continente num “dique” contra as forças da União Soviética, daí o projeto de organização regional, na esperança de montar um raio de aliados em que a segurança propriamente dita estaria sob a liderança do Estado nacional hegemônico, os Estados Unidos, mas também com fito para que este último também fosse, passo a passo, afastado dos negócios europeus, desta vez, mais amadurecidos. (Cf. Hurrell, 1995: 32).

Com referência ao MERCOSUL, a questão leva-nos a pensar sobre a possível reprodução de dependência, apresentada em versão “interdependência assimétrica”, e hegemonia entre a República Argentina e o Brasil, considerando a assertiva de Robert Keohane, de que seu conceito de interdependência é baseado nas formulações de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, portanto **primus inter pares**. (Cf. Keohane, 1992:168).

Seria o advento da dependência, retomando o conceito analisado, por causa da vulnerabilidade econômica de Buenos Aires aos acordos praticados no MERCOSUL. Esta é uma questão relativa ao vizinho platino que, no olhar de tullo Vigevani pode ser: *“Tendo em vista a assimetria nas relações e a proporcionalmente maior dependência (da Argentina) em relação ao Brasil, parece colocar-se a necessidade de oferecer garantias que evitem ou minimizem o sentimento de segurança existente”*. (Vigevani, 26.09.1997: A:2).

Sobre esta problemática, há diversos debates a respeito da possível emergência de Estados, política e economicamente hegemônicos, e difusores de interdependência economicamente assimétrica nos planos de integração regional, exemplo desta afirmação, seria a Alemanha unificada na União Européia e o receio de alguns grupos de analistas mexicanos e canadenses, temerosos da hipótese de ver seus países reduzidos a apêndices dos Estados Unidos, quando das negociações no âmbito do NAFTA. (Cf. Hurrell, 1995:34).

Na órbita do MERCOSUL, a preocupação com referência ao destino dos quatro Estados não é ausente, ainda mais para os analistas argentinos. O vínculo da economia argentina ao agronegócio do início do século é, para o ex-ministro do comércio Roberto Lavagna, fator de advertência numa relação em que a importância da industrialização não se faz presente justamente, na opinião do analista, quando se tem parceria com o Brasil, cujo comportamento no Mercado Comum é dúbio. Dependência econômica também é categoria hegemônica quando é conjugada com liderança política.

Preocupação esta que ainda ganha corpo com a instauração do novo governo de Fernando de la Rúa na Presidência da Argentina. As diferentes formas dos governos argentino e brasileiro em encarar o andamento do MERCOSUL em suas questões econômicas, têm permitido uma continuada transferência de empresas sediadas no vizinho platino para os estados brasileiros da região Sul e Sudeste. Considerando as vantagens operacionais encontradas no Brasil e a existência de “escala de produção”, os empresários argentinos vêem o território brasileiro como opção à depressão econômica de seu país.

Pelo menos é desta forma que ganha dimensão o conflito entre a Argentina e o Brasil sobre a transferência de unidades empresariais, fato que já chegou a desagregar politicamente os novos governos federal e provincial argentinos, cuja visão é a de que Brasília procura alimentar a tradicional Divisão Internacional do Trabalho, sendo o Brasil encarregado da produção de produtos de alta tecnologia e valor agregado; e a Argentina como país especializado na economia agrícola de base.

Ao observar um comentário do presidente Fernando Henrique Cardoso a uma revista semanal de variedades, comentário considerado polêmico, o jornal “*O Estado de*

S. Paulo” escreve em seu editorial: “*Mas, dias depois, desfez os efeitos dessas palavras, afirmando em entrevista à revista Época que o futuro da Argentina está no agrribusiness e o do Brasil na indústria e na economia de serviços*”. O reconhecimento pelos seus dirigentes desta particularidade econômica revela por que a República Argentina é vista, pelo diário paulista como portadora de “*realismo*” salutar para o bom entendimento entre os dois países. (OESP, 13.03.2000: A3).

Outro componente de advertência nas relações Argentina e Brasil é, no prisma de Atilio Borón, a falta de uma coerente política externa por parte da Casa Rosada que, política que seja pertinente com a importância da Argentina no Cone Sul. Nas últimas três décadas, a Chancelaria argentina apresentou três modos de atuação na política internacional, cada uma obedecendo a princípio distintos um do outro: Neutralismo, Terceiro-Mundismo e Ocidentalismo, também chamado “seguidismo” pelo citado crítico. (Cf. Borón, 1992:123).

Esta postura de Ocidentalismo não tem passado em vão pelos estudiosos do assunto, visto que, na tentativa de marcar presença militar, a República Argentina tinha aceitado, junto a Washington, tarefas para tomar parte em teatros de conflitos cuja complexidade era maior que a capacidade de resolução norte-americana ou da ex-União soviética para apontar saídas válidas, por exemplo, a guerra civil libanesa que, de certo modo, não faz parte da realidade mencionada República nem do Cone Sul, com bem analisa Atilio Borón.

E, se porventura, em virtude da situação interna e externa da Argentina, o Brasil desprezar os acordos de intercâmbio comercial com o vizinho do Sul, membro fundamental do MERCOSUL, qual seria o resultado deste comportamento econômico e político encontrado no relacionamento desses dois governos? Este fato pode ser considerado como um dos responsáveis pela releitura do conceito de dependência a partir de novos vetores econômicos e políticos nas relações internacionais, no campo dos blocos internacionais.

A Presidência na Casa Rosada atribui, ao contar com o pronunciamento do presidente de la Rúa, atenção aos acordos do Tratado de Assunção, pois ela sabe que o crescimento do MERCOSUL representa capacidade de grandes ganhos econômicos, o

Brasil é o primeiro parceiro comercial de Buenos Aires. Nesta medida, o parceiro do Sul pede maior participação de Brasília nos negócios do mercado comum para não ver desestruturar o grande acordo. A apreensão do governo argentino à relativa pouca atenção brasileira aos acordos tratados significa amostra da dependência econômica, bem como falta de alternativa para os negócios econômicos da Argentina.

Em princípio, se o conceito de dependência pode ser utilizado nas análises de relações internacionais, de acordo com as implicações, é também possível resgatar o termo “enclave”. Este termo é direcionado especificamente para compreender a economia colonial integrada ao mercado mundial sob a divisão internacional do trabalho. Enclaves, para Cardoso e Faletto, são setores dinâmicos responsáveis pelo fornecimento de produtos com grande representação: os minerais do Chile, as frutas do Caribe continental e outros. São regiões que nem sempre passam pela cadência do governo nacional, a não ser na tributação; são regiões que gozam de certa autonomia.

Com esta caracterização da economia internacional, refratária aos projetos nacionais, e com o papel cada vez mais decisivo dos grandes grupos empresariais privados na escolha das regiões onde serão aplicados investimentos, isto com a anuência dos Estados, poder-se-á constituir modernos enclaves industriais em que os investidores poderão ter controle sobre o território aplicado e na infra-estrutura como elementos de atração permanente para outros investidores nacionais ou internacionais.

Seriam regiões industrializadas e bem sofisticadas em algumas produções, mas que, necessariamente, não teriam ligações sociais com a maior parte da economia nacional. Esta é uma das críticas feitas ao NAFTA, plano mais livre cambista do que comunitário para Paulo Roberto de Almeida, e a algumas das empresas estrangeiras, *maquiladoras*, encontradas no México e outros Estados que seguem o mesmo modelo econômico.

São empreendimentos com relativa autonomia no que se refere a leis trabalhistas e empenhadas na produção para exportação que podem existir, inclusive no próprio MERCOSUL. Conforme a ótica de Sérgio Florêncio e de Ernesto Araújo, se o artifício da TEC – Tarifa Externa Comum - não conseguir mais resistir os embates regionais. Ou seja,

levar em conta que a TEC é primordial para a manutenção do MERCOSUL no que se refere à tarifa de produtos importados.

“(...) há que considerar que esse mecanismo tarifário de criação de competitividade é prejudicial no médio e longo prazo, porque tende a transformar o país que o pratica em uma simples plataforma de exportações, onde simplesmente se monta o produto final a partir de insumos, peças e componentes importados, praticamente sem agregação de valor”. (Cf. Florêncio et Araújo, 1996: 60).

O instrumento da TEC, tão importante para a equidade de investimentos e de regulação das tarifas de importação, já começa a apontar sinais de fadiga por causa das variadas formas de utilização de tal regulador que fora fundamental na gênese no MERCOSUL, mas que, atualmente, sofre em meio às várias disputas entre a Argentina e o Brasil. Várias questões concorrem para a existência de crises que afetam a TEC: a falta de acordos para o mercado automobilístico, produto taxado a 35% no mercado brasileiro (a taxa acordada é de 20% para o MERCOSUL), a pouca penetração do açúcar brasileiro na Argentina etc. (Cf. OESP, 09.12.1999: B10).

O artigo para demonstrar, em princípio, o esforço do Tratado de Assunção para evitar tais diferenças de interpretação e comportamento dos Estados Partes a respeito da TEC pode ser visto da seguinte configuração: *“O estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamento de Estados e a coordenação de posições em foros econômicos-comerciais regionais e internacionais”.* (Tratado de Assunção, capítulo 1, artigo 1).

Não obstante, na Argentina há certo paradoxo: enquanto fazem-se investimentos industriais, a economia nacional tende para o agronegócio por causa da situação do comércio internacional. Contudo, o investimento industrial de empresas multinacionais guarda semelhança com o caso mexicano e com a concepção de enclave de economia primária: não há garantias de que a construção de novas empresas seja integrada à economia nacional e ao mercado interno.

A posição do Brasil na condição de país de caráter hegemônico se deve, entre outras coisas, à retirada por parte da República Argentina de maior participação autônoma dos negócios internacionais, de continuar sua antiga política externa em procurar

locomoção no sistema internacional. Na década de 1990, Buenos Aires entendeu que seria melhor se vincular ao alinhamento automático com os Estados Unidos, até porque esta postura ajudaria a equilibrar a influência Brasileira na América do Sul, preocupante para a escola geopolítica da Argentina.

Com efeito, a virtual hegemonia brasileira no MERCOSUL não seria construída à semelhança das aglomerações da Antigüidade greco-romana, nem nos moldes logrados pela Grã-Bretanha do século passado. A possível hegemonia de Brasília seria, antes de tudo, um instrumento das posições defendidas pela Chancelaria nacional. Deste modo, o MERCOSUL se expressa não somente como plano de integração regional, mas, além disso, um meio em que o Brasil pode negociar ou defender posições regionais perante outras projeções hegemônicas, como a ALCA.

Não se trata de posições em que, necessariamente há apenas perdas e ganhos nos dois megaprojetos. O MERCOSUL não é uma reserva de mercado contra o apetite das empresas estrangeiras à procura de novos mercados emergentes; não há como afirmar, de pronto, que a integração continental seria prejudicial para a economia brasileira ou argentina. Contudo, pode-se perceber que reina, pelo lado brasileiro, uma postura realista como aspecto de prudência.

Com referência ao conceito “interesse nacional”, procura-se precisar qual teor aplicativo tem este conceito nos assuntos relacionados ao MERCOSUL. Não se trata mais de expressar o teor de interesse nacional por intermédio do Estado, vale dizer, este último como defensor dos interesses particulares. Assim, no pensamento da política de poder, se entendia o interesse nacional como uma conjugação ao Estado que, por vez, defrontava-se contra seu homônimo.

A partir da mundialização econômica e da dinamização das tecnologias na informática e na comunicação, torna-se progressivamente anacrônico falar em interesse nacional. No lugar de um tipo de interesse se fala, então, em interesses diluídos pelo território nacional: sindicatos de trabalhadores preocupados com seus direitos, empresários à procura de proteção econômica e alfandegária, burocratas públicos desejosos de prestígio; estes são setores portadores de interesses que, necessariamente, não passa pela chancela do Estado.

Em seguida, não procurando “reinventar a roda”, tenciona-se entender a sociedade civil, de concepção marxista, na forma de **locus** em que se baseiam os interesses nacionais, públicos e privados. Em outra instância, as relações entre interesses no MERCOSUL são também de sociedades civis. É em virtude desta relação que emerge, em parte do pensamento acadêmico argentino, temor de que, no fundo, o projeto de integração regional disfarça medidas de desintegração e vulnerabilidade dos países do Cone Sul frente ao Brasil.

Neste trabalho, empenhou-se em examinar o tratado do Cone Sul como fruto de esforços internacionalistas, a tentativa de encontrar identidade cultural aos países da América do Sul, pelo fato de serem reproduções culturais da colonização ibérica. Identificação desejada desde o século XIX, quando do processo de descolonização da América Latina; líderes importantes no combate pela independência, Simon Bolívar, por exemplo, já expressavam desejo de ver a unidade latino-americana, sempre tendo por base a gênese cultural.

Mas após a independência dos Estados do subcontinente americano, esse ideário de integração foi por terra em virtude de inúmeros conflitos locais desintegrantes. O ideário integrativo não suportou a formação dos Estados nacionais. Aquilo que era apontado como culturas nascidas da mesma mãe, portuguesa ou espanhola, revelaram tantas diferenças quanto à cultura anglo-americana dos Estados Unidos, ou eslava na Europa central.

No final do século XIX, as diferenças originadas pela formação dos Estados já eram marcantes. Um escritor argentino, Domingos Sarmiento que, também fora presidente de seu país, opinava a favor de construções institucionais com características européias, inglesas e, posteriormente, norte-americanas. O escritor-presidente, autor de *Facundo* (de 1885), se mostrava admirador do teórico francês Alexis de Tocqueville, assim gostaria de ter as instituições democráticas, comentadas pelo autor de *A Democracia na América*, presentes na Argentina.

Houve algumas tentativas de constituir projetos de integração regional na América Latina no decorrer do século XX, como esta dissertação tenta demonstrar, mas sempre deparavam com problemas resultantes da política interna de cada Estado-nação.

No período imediato à Segunda Guerra Mundial, se preocupou em aplicar, da melhor forma possível orientações do economista argentino Raul Prebisch, da CEPAL. O imperativo era a industrialização latino-americana.

O comportamento da política externa tanto do Brasil, quanto da Argentina é neo-realista, esta é a essência da diplomacia; é a negociação pelo interesse nacional, mesmo que este termo seja tão debatido e diversificado. Sendo que o caráter neo-realista não é, necessariamente, abandonado nos planos de integração regional. Ao contrário, poderá até ser reforçado a partir do ponto que os interesses deixam de ser conhecidos pelo Estado na função reguladora.

Quando os governos e ministros de relações exteriores se encontram para constituir um plano de integração regional, tentam fazer com que seus governos reconheçam algumas transformações inerentes ao conceito de soberania; porquanto a soberania (semelhante a interesse nacional) passa também por revisões ou por interpretações em seu uso nos tempos modernos, como prefere examinar Keohane no contexto de interdependência.

O professor norte-americano oferece uma escala de soberania que vai além da análise da soberania pura e indivisível: *soberania formal* e *soberania operacional*. Dois conceitos da mesma origem presentes no debate sobre a formação de blocos regionais. E, por conseguinte, ao ver que no nível dos tratados, a mudança no teor de soberania seria sublinhada em padrões operacionais: “*Esses acordos não abolem a soberania formal dos participantes, mas efetivamente reduzem o que denominei ‘soberania operacional’: a liberdade legal de ação dos Estados*”. (Keohane, 1992:183).

O que fica cada vez mais difícil obter controle sobre comunicação, idéias, transporte e investimentos financeiros de toda ordem (como *hot money*), cujo papel representado provocou amplo debate após as crises originadas na Ásia, com os países de médio desenvolvimento. Desta forma, a diplomacia se empenha para fazer com que os governos tomem conhecimento de que a integração em mercados comuns regionais é resultado das modificações de soberania: não é mais possível a autarquia política, pura e simples, para o controle interno.

A soberania proveniente dos acordos chamados Paz de Vestfália, de 1648, para dar cabo da Guerra dos Trinta Anos e da ambição da Casa da Áustria apresentava alguns pressupostos básicos, por exemplo, singularidade cultural, lingüística, religiosa e política que são progressivamente alterados neste final de século. Ou seja, há a expectativa de mudarem os componentes essenciais do Estado, o que não se pode deixar de reparar no conceito de soberania como um destes conceitos básicos advindos da Idade Moderna e da formação dos Estados modernos.

Atualmente, é lícito entender o conceito de soberania como algo correspondente à fonte da moral e da autoridade legítima para se utilizar os elementos de poder, uma indicação dos órgãos ou grupos que gozam de influência sobre outros membros que têm autoridade legal. Foi o Tratado de Vestifália que contribuiu para as bases do moderno Estado nacional e, por outro lado, é pelo Tratado de Maastricht e de Assunção que este mesmo Estado sofre modificações.

Fazendo outro exercício intelectual, os negócios de um determinado país são efetivados pelos particulares, pelos grupos privados que não necessitam dos “diques” do Estado; é a amostra do neo-Realismo. O escritor J. J. Rosseau no *O Contrato Social* (de 1762) não admitia nenhuma manifestação do país para o Exterior que não passasse pela chancela do Estado e seu espírito, o povo soberano:

“A Guerra não é em absoluto um relacionamento entre homens, mas sim entre Estados, no qual os particulares só ocasionalmente se tornam inimigos – não como homens ou mesmo como cidadãos, mas como soldados: não na qualidade de membros da pátria, mas na condição de seus defensores”. (Rousseau **apud** Aron, 1986:174).

Assim o MERCOSUL, nasce como plano de cooperação regional em que os maiores países abrem mão, no possível, da concorrência e do “amor próprio” em benefício da existência do plano. O esforço em conjunto tem a intenção de procuram diminuir subsídios e ampliar os acordos de cooperação. Mas não é um fator destoante haver no MERCOSUL países com plataformas de atuação diferentes, a ponto de permitir a emergência de posturas que modificam o espírito do Tratado de Assunção? Esta dissertação tenta provar tal afirmação.

Por acaso, se o Brasil privilegiar o comportamento de *global trader*, não irá complicar o desenvolvimento do MERCOSUL, criando imagem de país, cuja visão é de indiferença à evolução do Tratado de Assunção, por causa de sua visão do plano como estratégia. É desta forma que parte dos analistas políticos argentinos vêem a posição do Brasil perante seus vizinhos. Há a opinião de que o Mercado Comum do Sul seria de caráter instrumental para a Chancelaria brasileira.

Outra questão pertinente, diferente da União Européia, cujo grupo é composto de unidades políticas que se equilibram quando unidos França, Reino Unido e Itália são Estados equivalentes à posição da Alemanha, tratando-se de produção de riquezas, de importância política e na demografia. Já o MERCOSUL é formado por quatro países com diferentes graus de industrialização e de desenvolvimento social, quando somente a Argentina poderia contrabalançar a posição do Brasil na região.

Esta constatação não contribuirá para a formação de um corpo com membros desproporcionais, em que não haveria como aglutinar uma compensação de poder, como tem sido observado no modelo europeu? É a razão desta dissertação em procurar entender o distanciamento econômico e político entre os dois maiores Estados da América do Sul: a República Argentina e o Brasil.

E, por último, a questão principal é se a tecnologia e o desenvolvimento econômico presente na região será suficiente para lograr bem-estar à população ou, como escrevem Cardoso e Faletto em 1967, é um capricho da classe média à procura de projeção social e política, sem levar em conta os outros grupos sociais não interligados com as instituições a serviço das categorias mais bem preparadas. Comportamento político com aferrada resistência a mudanças em benefício da maioria tem sido uma constante na história da América Latina.

Parafraseando o pensamento de Hanna Arendt, de que a permanência da Grã-Bretanha na África do Sul era uma maneira de satisfazer mais os planos da burocracia estatal e da aristocracia, à procura de prestígio, do que uma vontade nacional. (Cf. Arendt, 1989:153 e segs.), eis um dilema para o MERCOSUL em sua tentativa de democratizar os assuntos relacionados a questões internacionais. A saber, até que ponto este bloco regional é fruto dos anseios de bem-estar à maioria das populações dos países integrantes.

O plano resultante do Tratado de Assunção é o mais bem sucedido empreendimento de integração da história latino-americana; e um meio ainda mais importante da política externa do Brasil contemporâneo. (Cf. Almeida, s/ed.). Portanto os governos têm de se empenhar para que esta experiência se desenvolva plenamente em prol da democracia e do bem-estar das sociedades integrantes. É a oportunidade de se fazer valer o ideário latino-americano dos *el libertadores* tão presente no imaginário popular da região.

Anexos

A - Dados Comparativos

Argentina

Nome oficial: República Argentina.

Capital: Buenos Aires.

Área (1.000km²): 2.766

População: 36.6 milhões

Crescimento de 1996 a 2000: 1,3%

População urbana: 89%

Mortalidade infantil (1.000): 19,6

Expectativa de vida (anos): 74,3

Taxa de alfabetização: 96%

Produto Nacional Bruto-PIB (dados de 1999) US\$ 298.1 bilhões.

PNB em renda per capita: US\$ 8.570

Despesa social total: 21,9%

Índice de desenvolvimento humano: 35°

Brasil

Nome oficial: República Federativa do Brasil.

Capital: Brasília.

Área (1.000km²): 8.511

População: 169.544.443

Crescimento de 1996 a 2000: 1,6%

População urbana: 80%

Mortalidade infantil (1.000): 53,4

Expectativa de vida (anos): 61,4

Taxa de alfabetização: 83%

Produto Nacional Bruto-PIB (dados de 1999) US\$ 558 bilhões

PNB em renda per capita: US\$ 4.720

Despesa social total: 27,7%

Índice de desenvolvimento humano: 74°

(Fonte: PNUD; Almanaque Abril, 2001).

B - Cronologia

São apresentadas, nesta breve cronologia, as principais datas que marcam encontros e tratados que, de alguma forma, contribuem para a normalização das relações entre Argentina e Brasil. E, além disso, para o processo de criação do bloco regional entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, já que são tratados e atos que antecedem o MERCOSUL.

1960 – Nessa data, criou-se a ALALC, Associação Latino-Americana de Livre Comércio, um dos antecessores mais remotos do MERCOSUL.

1979 – Celebra-se na Argentina, Brasil e no Paraguai, o Acordo Sobre o Aproveitamento de Recursos Hídricos do Rio Paraná.

1980 – No primeiro semestre daquele ano, os países-membros da ALALC, negociaram um novo tratado e criaram a ALADI, Associação Latino-Americana de Integração.

1980 – Dá-se o Acordo de Cooperação Nuclear entre Argentina e Brasil, procurando restringir a produção e pesquisa nucleares para fins não pacíficos.

1985 – Essa data marca, em clima de redemocratização, o encontro entre o presidente argentino Raul Afonsín e o brasileiro José Sarney, no debate para a Declaração de Iguazu.

1986 – Nessa data promoveu-se, entre os governos de Afonsín e Sarney, o Tratado de Cooperação Econômica, que irá, posteriormente, fundamentar o MERCOSUL.

1986 – Nesse ano ocorreu encontro entre Estados para maior liberalização do comércio internacional, pelo GATT - Acordo Geral de Comércio e Tarifas, cujo momento ficou conhecido como Rodada Uruguia do GATT.

1990 – Em junho daquele ano, o presidente norte-americano, George Bush, sugere o acordo de integração econômica denominado Iniciativa Para as Américas, um ensaio à projeção da ALCA.

1991 – Concepção do MERCOSUL, foi no primeiro semestre desse ano que os governos da Argentina e do Brasil procuraram ampliar o acordo firmado em 1986, o de cooperação econômica, mas desta vez, com a inclusão de mais dois países: o Paraguai e o Uruguai. O MERCOSUL se inicia como ZLC - Zona de Livre Comércio.

1993 – O antigo GATT é substituído, nesse ano, pela formação da OMC – Organização Mundial do Comércio, sendo concebida como maneira de aumentar o comércio internacional, bem como atrair novos Estados que não participavam do GATT.

1994 – O MERCOSUL deixa de ser ZLC e é elevado à categoria de União Aduaneira, adotando o instrumento da TEC, Tarifa Externa Comum. A União Aduaneira é um estágio anterior ao Mercado Comum propriamente dito, que ainda não tem data estabelecida.

1997 – Em virtude da crise econômica da Argentina, emergem conflitos com o Brasil sobre o emprego de capital internacional que, de início, planejava investir no Brasil, por exemplo, indústria automobilística na Bahia. Em contrapartida, Buenos Aires limitava a entrada de produtos brasileiros como o açúcar e frango.

1999 – Em janeiro daquele ano, o Brasil desvalorizou o real em relação ao dólar, medida que suscitou nova crise com a Argentina (cuja economia é “dolarizada”) e, de extensão, ao MERCOSUL.

Referências Bibliográficas

Bibliografia Principal

- ADAMS, Reinaldo. *Agricultura e Agroindústria no Cone Sul*. In SEITENFUS, Vera et DE BONI, Luís (coords) Temas de Integração Latino-Americana. Petrópolis; Porto Alegre, Ed. Vozes; Ed. Da Universidade, 1990.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Brasil e o MERCOSUL em Face do NAFTA*. In Política Externa. Vol. 3, Nº1. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP, 1994.
- _____ ; MERCOSUL: Fundamentos e Perspectivas. São Paulo, Ed. LTR, 1998.
- _____ ; *MERCOSUL: Situação Atual, Cenários Previsíveis, Desenvolvimentos Prováveis*. Conferência feita à International Law Association. FADUSP, São Paulo 26.07.1999. S/ed.
- _____ ; *O Brasil e o Futuro do MERCOSUL: Dilemas e Opções*. In CASELLA, Paulo et alii (coords.) MERCOSUL: Integração Regional e Globalização. Rio de Janeiro, Ed. Renovar, 2000.
- ALVAREZ, Glady. *A Argentina Está mais Próxima da África do Sul*. In Carta Internacional. Nº 45. São Paulo, USP; FUNAG, nov. 1996.
- AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *MERCOSUL, Questões Política e Institucionais*. In MERCOSUL: Desafios a Vencer. São Paulo, Conselho Brasileiro de Relações Internacionais, 1994.
- AMORIM, Celso. Política Externa, Democracia, Desenvolvimento: Gestão do Ministro Celso Amorim no Itamaraty. Brasília, FUNAG, 1995.
- _____ ; et PIMENTEL, Renata. *A América Latina Diante da Regionalização e do Multilateralismo*. In Contexto Internacional. Vol. 15, N. ° 2. Rio de Janeiro, PUC, 1993.
- ARDISSONE, Carlos Maurício. Percepções e Ações do Empresário Industrial Brasileiro no Contexto do MERCOSUL. Dissertação de mestrado - IRI. Rio de Janeiro, PUC, 1999.
- ARON, Raymond. Paz e Guerra Entre as Nações. Col. Pensamento Político, 7. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986.

- _____ ; Estudos Políticos. Col. Pensamento Político, 18. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1980.
- _____ ; Os Últimos Anos do Século. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.
- BANDEIRA, Moniz. Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: O Continente nas Relações Argentina – Brasil (1930 a 1992). São Paulo, Brasília; Ed. Ensaio, Ed. Universidade de Brasília, 1993.
- BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos*. In Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1995.
- BATISTA JÚNIOR. Paulo Nogueira. Mitos da “Globalização”. Série Assuntos Internacionais. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados; USP, 1997.
- BERNAL-MEZA, Raúl. *Políticas Exteriores Comparadas de Brasil y Argentina Hacia el MERCOSUR*. In O MERCOSUL no Limiar do Século XXI. LIMA, Marcos et MEDEIROS, Marcelo (orgs). São Paulo, Buenos Aires; Ed. Cortes, CLACSO, 2000.
- BORÓN, Atilio. *Las Transformaciones del Sistema Internacional y las Alternativas de la Política Exterior Argentina*. In RUSSEL, Roberto (org). La Política Exterior Argentina en La Nueva Orden Mundial. Buenos Aires, FLACSO; Grupo Editor Latinoamericano, 1992.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. EUA vs. URSS: O Grande Desafio. Rio de Janeiro, Ed. Nórdica, 1989.
- CAMARGO, Sônia de. *Economia e Política na Ordem Mundial Contemporânea*. In Contexto Internacional. Vol. 19, N. ° 1. Rio de Janeiro, PUC, 1997.
- _____ ; *Política Interna e Relações Internacionais na Bacia do Prata*. In SEINTENFUS, Ricardo (org.) Bacia do Prata. Ed. da Universidade; CEDEP, 1987.
- CARDOSO, Fernando H. et FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- CARR, Edward H. Vinte Anos de Crise: 1919-1939: Uma Introdução ao Estudo de Relações Internacionais. Col. Pensamento Político, 24. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.

- CASTRO, Luiz Augusto de Araujo. *Brasil-Argentina: Medidas Bilaterais de Fortalecimento de Confiança na Área de Controle de Armamentos*. In Política Externa. Vol. 2, N.º 2. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP, 1993.
- CAUBET, Christian G. As Grandes Manobras de Itaipu: Energia, Diplomacia e Direito na Bacia do Prata. São Paulo, Ed. Acadêmica, 1991.
- CHIPMAN, John. *A América Latina e os Novos Desafios da Ordem Internacional: a Política do Alinhamento Banal*. In MOISÉS, José A. (org.) O Futuro do Brasil: A América Latina e o Fim da Guerra Fria. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP, 1992.
- D'ARAUJO, Maria Celina et CASTRO, Celso. (orgs.) Ernesto Geisel. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1997.
- DEUTSCH, Karl. Análise das Relações Internacionais. Col. Pensamento Político, 1. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1978.
- DRUCKER, Peter. *The Global Economy and the Nation-State*. In Foreign Affairs. Vol. 76, N.º 5. New York, 1997.
- FERREIRA, Oliveiros S. Forças Armadas Para Quê? São Paulo, Edições GRD, 1988.
- FLORENCIO, Sérgio Abreu e Lima et ARAÚJO, Ernesto Henrique. MERCOSUL Hoje. São Paulo, Ed. Alfa – Omega, 1996.
- FERRER, Aldo. *As Relações Brasil-Argentina no Contexto do MERCOSUL e a Integração Sul-Americana*. In Política Externa. Vol. 9, N.º 2. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP, 2000.
- FONSECA JÚNIOR, Gelson. *Notas Sobre os Processos de Integração e a Ordem Internacional*. In MERCOSUL: Desafios a Vencer. São Paulo, Conselho Brasileiro de Relações Internacionais, 1994.
- _____; *Anotações Sobre as Condições do Sistema Internacional no Limiar do Século XXI: A Distribuição dos Pólos de Poder e a Inserção Internacional do Brasil*. In Política Externa. Vol. 7, N.º 8. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP, 1999.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Afonso Arinos na UnB. Coleção Itinerários. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- FURTADO, Celso. *O Brasil não se desenvolveu, Modernizou-se*. In MOTA, Lourenço D. (org.) A História Viva: Documentos Abertos, tomo 2. São Paulo, O Estado de São Paulo, 1981.

- GARCIA, Carlos Moreira. *América del Sur: Un Nuevo Concepto Político?* In Política Exterior. Nº 78. Madrid, Estudios de Política Exterior SA, 2000.
- GUIMARÃES, Samuel P. *Aspectos Econômicos do MERCOSUL*. In Revista Brasileira de Política Internacional. Nº 1. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968.
- HAESBAERT, Rogério. Blocos Internacionais de Poder: Leste Europeu e Comunidade Econômica Européia, o Japão e os “Tigres” Asiáticos. Uma Nova Divisão do Trabalho? Série Repensando a Geografia. São Paulo, Ed. Contexto, 1994.
- HIRST, Mônica et PINHEIRO, Leticia. *A Política Externa do Brasil em Dois Tempos*. In Revista Brasileira de Política Internacional. Nº 1. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1995.
- _____; et BOCCO, Héctor E. *Cooperação Nuclear e Integração Brasil-Argentina*. In Contexto Internacional. Ano 4, N.º 9. Rio de Janeiro, PUC, 1989.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã: Ou Matéria, forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. In Os Pensadores. São Paulo, Ed. Abril, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: O Breve Século XX - 1914 a 1991. São Paulo, Cia das Letras, 1994.
- HOLBRAAD, Carsten. Las Potencias Medias en la Política Internacional. México DF, Ed. Fondo de Cultura Económica, 1989.
- HURREL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional. Vol. 17, N.º 1. Rio de Janeiro, PUC, 1995.
- JAGUARIBE, Helio. *Argentina e Brasil Diante de Suas Alternativas Históricas*. In Política Externa. Vol. 9, Nº 3. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP, 2000.
- KEOHANE, Robert. *Soberania Estatal e Instituições Multilaterais: Respostas à Interdependência Assimétrica*. In MOISÉS, José A. (org.) O Futuro do Brasil: A América Latina e o Fim da Guerra Fria. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP, 1992.
- KISSINGER, Henry. Diplomacy. New York, Touchstone Book, 1994.
- KRUGMAN, Paul. *Tulipas Holandesas e Mercados Emergentes*. In Política Externa. Vol. 4, N.º 2. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP, 1995.

LAFER, Celso. *Relações Brasil-Argentina: Alcance e Significado de uma Parceria Estratégica*. In Contexto Internacional. Vol. 19, N.º 2. Rio de Janeiro, PUC, julho-dezembro de 1997.

_____; Comércio, Desarmamento, Direitos Humanos: Reflexões Sobre uma Experiência Diplomática. São Paulo, Ed. Paz e Terra; FUNAG, 1999.

_____; et PEÑA, Felix. Argentina e Brasil no Sistema das Relações Internacionais. São Paulo, Ed. Duas Cidades, 1973.

_____; et FONSECA Junior. *A Problemática da Integração num Mundo de Polaridades Indefinidas*. In A Integração Aberta: Um projeto da União da União Européia e do MERCOSUL. Lisboa, Fórum Euro-Latino-Americano, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1995.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Diplomacia Brasileira: Palavras, Contextos e Razões. Rio de Janeiro, Lacerda Editores, 1999.

LAVAGNA, Roberto. *No se Puede Olvidar los Compromisos del Mercosur*. In, Carta Internacional. Nº 50. São Paulo, USP; FUNAG, abril, 1997.

LEBRUN, Gérard. O Que é Poder. Col. Primeiros Passos. São Paulo, Ed. Abril; Ed. Brasiliense, 1984.

MELLO, João Manuel C. de. O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revisão Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.

MELLO, Leonel Itaussu A. Argentina e Brasil: A Balança de Poder no Cone Sul. São Paulo, Ed. Annablume, 1996.

MERLE, Marcel. Sociologia das Relações Internacionais. Col. Pensamento Político, 25. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.

MINVIELLE, Sandra Eva. *Integração e Hegemonia na Bacia do Prata: Novas Estratégias do Discurso Geopolítico Argentino (1986-1992)* In SANTOS, Milton et alii (orgs.) Globalização e Espaço Latino-Americano. São Paulo, Ed. Hucitec; ANPUR, 1994.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Integração Brasil-Argentina: Aspectos Político-Estratégicos*. In SEITENFUS et DE BONI, Vera (coords). Temas de Integração Latino Americana. Petrópolis; Porto Alegre; Ed. Vozes; Ed. da Universidade, 1990.

_____; *A Inserção do Brasil no Sistema Internacional*. In Primeira Versão. Nº 45. Campinas, IFCH; UNICAMP, 1992.

- _____ ; et GONÇALVES, Williams da S. *A Política Externa Brasileira e o Regime Militar: 1964 – 1984*. In Primeira Versão. Nº 38. Campinas, IFCH, UNICAMP, 1991.
- MONTORO, André Franco. *Perspectivas de Integração da América Latina e um Mundo Multipolar*. In COSELLA, Paulo et alii (coords.). MERCOSUL: Integração Regional e Globalização. Rio de Janeiro, Ed. Renovar, 2000.
- MOREIRA, Marcílio M. *O Brasil no Contexto Internacional do Final do Século XX*. In MOISÉS, José A. (org.) O Futuro do Brasil: A América Latina e o Fim da Guerra Fria. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP, 1992.
- MOISÉS, José A. *Democracia e Crise Econômica: o Paradoxo da América Latina*. In MOISÉS, José A. (org.) O Futuro do Brasil: A América Latina e o Fim da Guerra Fria. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP, 1992.
- MORGENTHAU, Hans. J. Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace. New York, McGraw-Hill Inc, 1985.
- MUÑOS, Heraldo. A Nova Política Internacional. São Paulo, Ed. Alfa-Omega; FUNAG, 1996.
- OLIVEIRA, Henrique Altermani de. *MERCOSUL: uma Pedra no Sapato?* In Carta Internacional. Nº50. São Paulo, USP; FUNAG, abril de 1997.
- ORGANSKI, A F.K. World Politics. New York, Alfred Knopf, 1958.
- POLANYI, Karl. A Grande Transformação: As Origens do Nosso Tempo. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1985.
- PENÃ, Felix. *Sobre o Futuro do MERCOSUL*. In Política Externa. Vol. 8, Nº 3. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP, 1999.
- RAMONET, Ignacio. Geopolítica do Caos. Col. Zero à Esquerda. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.
- REZEK, J. Francisco. Direito Internacional Público: Curso Elementar. São Paulo, Ed. Saraiva, 1996.
- RODRIGUES, José Honório et SEITENFUS, Ricardo. Uma História Diplomática do Brasil: 1531 a 1945. Org. Lêda B. Rodrigues. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1995.

- ROLON, José Aparecido. O Paraguai no MERCOSUL: Limites e Possibilidades. Dissertação de mestrado. PROLAN-USP, 2000.
- SAAVEDRA-RIVANO, Neantro. *A Integração Econômica Brasileiro-Argentina no Contexto da Cooperação Econômica Sul-Sul*. In BAUMANN, Renato et all (orgs.) A Integração em Debate Brasil, Argentina e Uruguai. Brasília, ed. Universidade de Brasília; Ed. Marco Zero, 1987.
- SARDENBERG, Ronaldo M. *O Brasil Está no Caminho Certo da Inserção Mundial*. In Carta Internacional, N°47. São Paulo, USP; FUNAG, jan. 1997.
- _____ ; *As Relações Entre a América Latina e a Europa Ocidental no Atual Quadro Internacional*. In MOISÉS, José A. (org.) O Futuro do Brasil: A América Latina e o Fim da Guerra Fria. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP 1992.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1989.
- SOARES, Guido Fernando S. Contribuição ao Estudo da Política Nuclear Brasileira. Tese de doutorado. Depto. de Ciências Humanas (ciência política). São Paulo, PUC, 1974.
- THOMPSON, Kenneth W. Fathers of International Thought: The Legacy of the Political Theory. Baton Rouge, Louisiana University Press, 1994.
- TRATADO DE ASSUNÇÃO. Tratado de integração regional firmado entre as Repúblicas da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, em Assunção a 26.03.1991. O Tratado de Assunção é encontrado no site www.mre.org.br
- TURNER, Frederick. *Hegemonia Regional e o Caso do Brasil*. In Contexto Internacional. Vol. 13, N° 1. Rio de Janeiro, PUC, 1991.
- WEBER, Max. Ciência e Política: Duas Vocações. São Paulo, Ed. Cutrix, 1999.

Bibliografia complementar

- ALBERTI, Verena et COUTINHO, Amélia. In BELOCH, Israel et ABREU, Alzira (coords.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930 a 1983. Vol. 4. Rio de Janeiro, Forense-Universitária; Fundação Getulio Vargas, 1984.
- ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo, Cia. Das Letras, 1989.

- BARBOZA, Mário G. Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1992.
- BOBBIO, Norberto **et alii** (coords). Verbetes *Social-Democracia*. In Dicionário de Política. 2 volumes. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1997.
- BOLETIM DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 1994.
- CÂMARA DE COMÉRCIO BRASILEIRO - ARGENTINA. São Paulo, 1999.
- CASTAÑEDA, Jorge **et** HEREDIA, Carlos. *O México e o NAFTA: É Possível Propor Outro Acordo de Livre Comércio*. In Política Externa. Vol. 2 N.º 1. São Paulo, Ed. Paz e Terra; USP, 1993.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Lembranças de um Empregado do Itamaraty. São Paulo, Ed. Siciliano, 1992.
- PARETO, Vilfredo. Pareto. Sociologia. In RODRIGUES, João Albertino. (org.) Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ed. Ática, 1984.
- PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2000. O relatório é encontrado no site www.undp.org.br.
- SANTOS, Marcelo Damy S. *O Acordo Nuclear é Mais do que um Escândalo*. In MOTA, Lourenço D. (org.) A História Vivida: Documentos Abertos, tomo 3. São Paulo. O Estado de São Paulo, 1981.
- TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- ZERKOWSKI, Ralph. Verbetes *Dependência*. In SILVA, Benedicto (org.) Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas; MEC, 1987.

Artigos de Jornais

- BARROS, Sebastião do Rego. *MERCOSUL Quo Vadis?* In O Estado de S. Paulo. São Paulo, 13.12.1999.
- CAMILION, Oscar. *La Argentina y la OTAN*. In El Clarín Tribuna Abierta. Buenos Aires, 17.07.1999.
- CARDOSO, Fernando H. *FHC Propõe Eixos Estratégicos Para o País*. **Apud** O Estado de S. Paulo. São Paulo, 30.01.2000.

- CLINTON, William J. *As Oportunidades da China e as Nossas*. In O Estado de S. Paulo. São Paulo, 27.09.2000.
- DANESSE, Sérgio França. *O Interesse Nacional e a Lógica das Alianças*. In O Estado de S. Paulo. São Paulo, 05.12.2000.
- DUPAS, Gilberto. *Por que se Assustam os Argentinos*. In O Estado de S. Paulo. São Paulo, 21.11.1998.
- _____ ; *Por que Dizer Não à ALCA*. In O Estado de S. Paulo. São Paulo, 16.12.2000.
- FERREIRA, Oliveiros S. *Os Estados não Morreram*. In O Estado de S. Paulo. São Paulo, 22.05.1998.
- FLORES, Mário César. *O Calcanhar-de-Aquiles do MERCOSUL*. In O Estado de S. Paulo. São Paulo, 12.09.1998.
- KISSINGER, Henry. *O FMI não está Apto a Lidar com a Crise*. In O Estado de São Paulo. São Paulo, 04.10.1998.
- PEREIRA, Antonio Carlos. *A Utopia do Desarmamento*. In O Estado de S. Paulo. São Paulo, 02.05.2000.
- SARTI, Fernando. *Lições do MERCOSUL: Brasil não Pode Querer Solucionar no Mercado Comum Regional seu Déficit Comercial Global*. In O Estado de S. Paulo. São Paulo, 16.08.1999.
- VIGEVANI, Tullo. *MERCOSUL e Interesse Nacional*. In O Estado de S. Paulo. São Paulo, 26.09.1997.

Editoriais

- O ESTADO DE S. PAULO. *A Venezuela se Volta Para o Sul*. São Paulo, 26.05.1996.
- _____ ; *Mudanças no Continente*. São Paulo, 22.06.1996.
- _____ ; *Uma Questão Doutrinária*. São Paulo, 15.08.1996.
- _____ ; *O MERCOSUL, Ponto de Partida*. São Paulo, 18.12.1996.
- _____ ; *A Definição da Matriz Energética*. São Paulo, 31.01.1997.

- _____ ; *Prioridades Diplomáticas*. São Paulo, 16.03.1997.
- _____ ; *A Política Pendular da Argentina*. São Paulo, 19.10.1997.
- _____ ; *Livro de Kissinger Analisa Relações com o Brasil*. São Paulo, 13.04.1999.
- _____ ; *A Crise do MERCOSUL*. São Paulo, 28.07.1999.
- _____ ; *A Agricultura e a Rodada do Milênio*. São Paulo, 31.08.1999.
- _____ ; *FHC Muda Rumo de Negociação com Argentina*. São Paulo, 09.12.1999.
- _____ ; *O Superávit do Agronegócio*. São Paulo, 26.12.1999.
- _____ ; *Brasil e Argentina Farão Parceria na Área Nuclear*. São Paulo, 29.01.2000.
- _____ ; *O Bom Sento de Machinea*. São Paulo, 13.03.2000.
- _____ ; *O MERCOSUL no Caminho Certo*. São Paulo, 15.07.2000.
- _____ ; *O Governo Argentino e o Protecionismo*. São Paulo, 11.09.2000.
- _____ ; *O Brasil Acabará Falando Sozinho*. São Paulo, 09.12.2000.